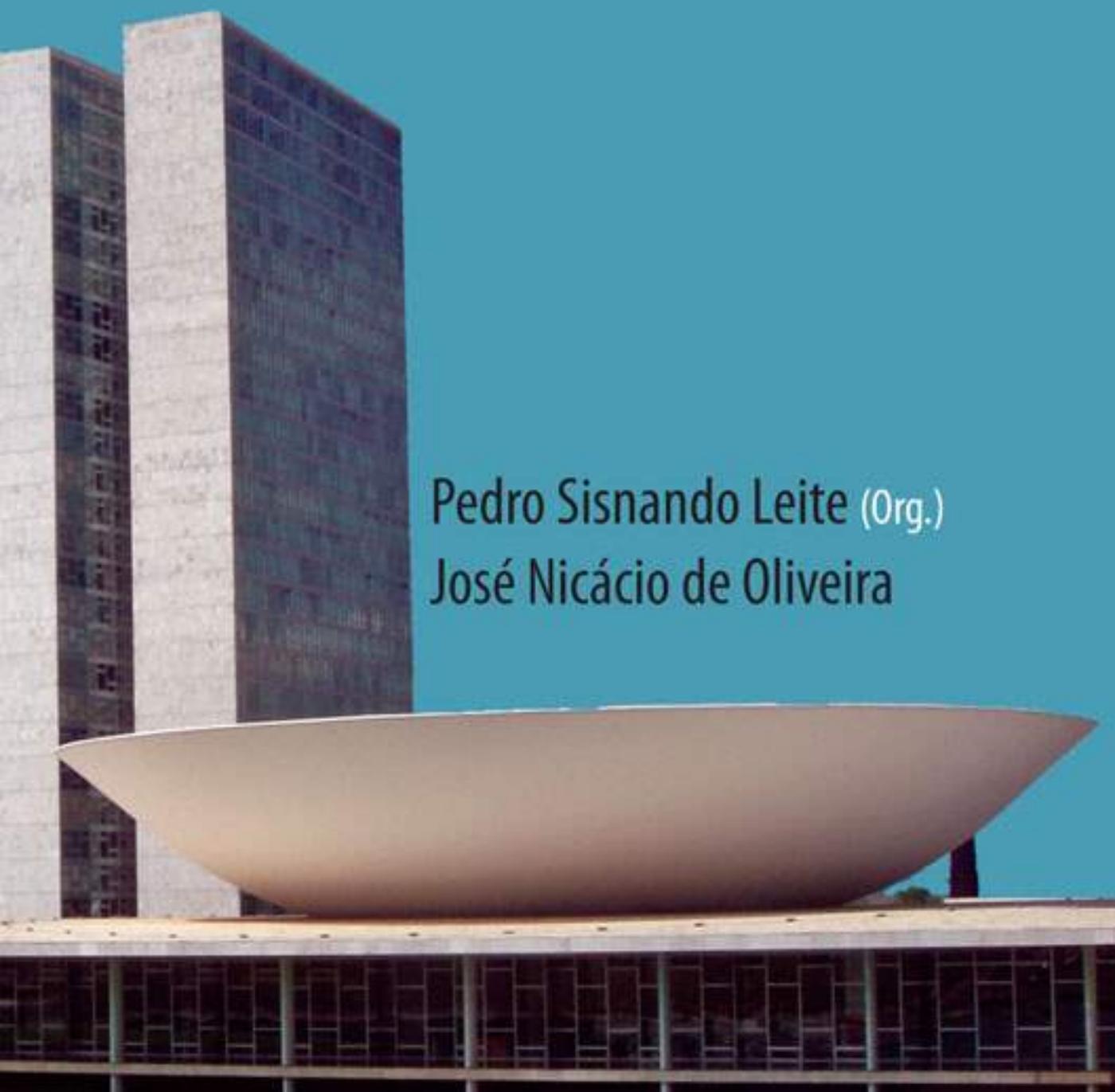


Economia do Nordeste

Propostas de Políticas na Década de Setenta

Pedro Sisnando Leite (Org.)

José Nicácio de Oliveira





Pedro Sisnando Leite

é professor titular aposentado de economia da UFC/CAEN, vice-presidente do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) e da Academia de Ciências Sociais do Ceará, assim como membro do Conselho Superior da Academia Cearense de Ciências. Foi Chefe da Divisão de Estudos Agrícolas do Banco do Nordeste do Brasil e ex-secretário Estadual de Desenvolvimento Rural do Ceará (1995-2002). Foi Pró-Reitor de Planejamento da UFC em dois reitorados e pesquisador do CNPq durante vários anos.

Década de Setenta: Crescimento Acelerado e Mudanças

A visualização do desempenho da economia do Nordeste na década deve envolver, naturalmente, uma avaliação do impacto do programa que vem sendo executado, bem assim a consideração de novas medidas que possam contribuir para fortalecer mais ainda o impulso do crescimento regional.

José Nicácio de
Oliveira

BNB, 1970

PEDRO SISNANDO LEITE (ORG.)
JOSÉ NICÁCIO DE OLIVEIRA

ECONOMIA DO NORDESTE

Propostas de Políticas na Década de Setenta



FORTALEZA — CEARÁ
2014

**ECONOMIA DO NORDESTE: PROPOSTAS DE POLÍTICAS NA
DÉCADA DE SETENTA**

© 2014 Pedro Sisnando Leite (Organizador)
Impresso no Brasil / Printed in Brazil
Efetuado depósito legal na Biblioteca Nacional

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Projeto Gráfico e Capa

Carlos Alberto A. Dantas (carlosalberto.adantas@gmail.com)

Revisão

Regina Almeida

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

L512e Leite, Pedro Sisnando

Economia do Nordeste: propostas de políticas na década de setenta / Leite, Pedro Sisnando —. Fortaleza : Editora Vivali, 2014.

230p.

E-Book

ISBN:978-85-7915-167-5

1. Economia. 2. Nordeste. 3. Desenvolvimento. 4. Política.
I. Título. II. Autor.

CDU : 658:004

In Memoriam

Dos Senadores
WALDEMAR ALCÂNTARA e VIRGÍLIO TÁVORA
que muito contribuíram para
o desenvolvimento do Ceará
e do Nordeste.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Pedro Sisnando Leite..... 15

ANTECEDENTES DA COCENE

Pedro Sisnando Leite..... 17

Esclarecimentos..... 17

Medidas Prioritárias para o Desenvolvimento do Nordeste 21

PRIMEIRA PARTE

ALGUNS DEPOIMENTOS NO SENADO FEDERAL SOBRE A
ECONOMIA DO NORDESTE

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO COORDENADORA DE ESTUDOS
DO NORDESTE – COCENE

DIRETRIZES DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Expositor: Dr. José Nicácio de Oliveira..... 39

PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA DO NORDESTE NA DÉCADA DE 70

Expositor: Dr. Pedro Sisnando Leite..... 65

PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO NORDESTE ATÉ 1980

Expositor: Dr. Paulo Lustosa da Costa..... 93

DISCUSSÕES 129

DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS PALESTRANTES DO BANCO DO NORDESTE..... 143

SEGUNDA PARTE

RESUMO DAS CONCLUSÕES DO ESTUDO DA COCENE

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E
PUBLICAÇÕES — SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
COCENE
COMISSÃO COORDENADORA DE ESTUDOS DO NORDESTE
ESTUDO Nº 1

PROFESSOR MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN	163
SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA.....	167

SENADO FEDERAL DISCURSO DO SENADOR DINARTE MARIZ POR OCASIÃO DA SOLENIDADE DE ENCERRAMENTO DA PRIMEIRA FASE DOS TRABALHOS DA COCENE	181
--	-----

POSFÁCIO <i>Pedro Sisanando Leite.....</i>	191
--	-----

ANEXOS EXCERDOS DAS EXPOSIÇÕES DE ALGUNS MINISTROS NA COCENE

REUNIÃO DE 3 DE AGOSTO DE 1971, SOB A PRESIDÊNCIA DO SR. DEPUTADO JOSÉ BONIFÁCIO. (EXCERTO) SENADO FEDERAL <i>Expositor: Prof. Antônio Delfim Netto</i>	205
---	-----

REUNIÃO DE 21 DE JULHO DE 1971, SOB A PRESIDÊNCIA DO SR. SENADOR DINARTE MARIZ (EXCERTO) SENADO FEDERAL <i>Expositor: Dr. João Paulo dos Reis Velloso</i>	209
---	-----

REUNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 1971, SOB A PRESIDÊNCIA DO SR. DEPUTADO BATISTA RAMOS (EXCERTO) SENADO FEDERAL <i>Expositor: Dr. Luis Fernando Cirne Lima</i>	221
---	-----

INTRODUÇÃO

O presente livro contém os pronunciamentos de três economistas do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE/BNB) no Senado Federal, na Comissão Coordenadora de Estudos do Nordeste (COCENE). Como o leitor vai perceber, são informações originais e muito importantes para um melhor entendimento da situação prevalecente na economia do Nordeste do Brasil na década de 70.

Mesmo que o País se encontrasse então sob a vigência do regime militar, os palestrantes apresentaram seus pontos de vista com plena liberdade e sem quaisquer restrições aos temas abordados. Todos os conteúdos aqui narrados foram obtidos de notas taquigráficas do setor da Secretaria do Senado Federal, organizados pelo dedicado trabalho de Dona Yolanda Mendes e sua equipe técnica, para o Senador Virgílio Távora, e editados pela gráfica do Senado em 1976 (Estudo N^o 1, Volume III).

A Comissão Coordenadora de Estudos do Nordeste foi constituída pelo Presidente do Diretório Nacional da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), por meio da Portaria Nº 1 de 11 de maio de 1971. O Presidente do Congresso Nacional, Senador Petrônio Portela, esclarece, no documento de lançamento dessa Comissão, que os Senadores e Deputados tinham como propósito oferecer subsídios necessários para uma visão global e integrada da Região, de modo que um plano de assistência e incentivos ao desenvolvimento do Nordeste fosse estruturado em condições viáveis e de pronta exequibilidade.

Destacou ainda o Senador Petrônio Portela, na justificativa que fez dessa iniciativa, que o Congresso compunha-se nesse particular com o poder Executivo dentro das novas diretrizes impostas pela doutrina democrática, buscando novos caminhos para a atividade parlamentar. Em suas palavras: “Os órgãos de soberania nacional já não se isolam em seus delimitados setores de atividades na direção do progresso do País e na libertação do povo de seus mais atrozes inimigos, que são a fome, o analfabetismo, o subdesenvolvimento e a miséria”.

A COCENE teve o prazo de 90 dias para execução de suas tarefas, atendendo à premência do trabalho em face da seca que assolava gravemente toda a Região Nordeste. Na verdade, o Relator-Geral dessa Comissão, Senador Virgílio Távora, que foi o principal idealizador desse movimento, esclarece no relatório final que a criação dessa Comissão foi inspirada, principalmente, em decorrência do pronunciamento do Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, quando de uma visita às frentes de trabalho do Nordeste, durante a manifestação da generalizada seca de 1970.

Segundo o Senador Virgílio, o Presidente Médici fez graves acusações à SUDENE pela suposta inoperância desse Órgão na solução dos problemas atinentes à crise gerada pela seca. Textualmente: “Após um decênio de atuação e planejamento, A Região não dispõe ainda de infraestrutura em condições de suportar as consequências do flagelo climático”. Ao mesmo tempo, o Presidente Médici fez novas promessas: “E hoje, nesta Cidade do Recife... quero dizer que não me sinto com poderes e dons para fazer milagres, mas tenho firmeza, confiança e decisão para proclamar à Nação inteira que, com a ajuda de todos os bra-

sileiros e com a ajuda de Deus, o Nordeste afinal haverá de mudar”.

Para formular sugestões ao poder executivo para a elaboração de políticas e programas para o desenvolvimento do Nordeste, a COCENE elaborou um estudo abrangente e profundo sobre toda a problemática econômica regional. Fez uma avaliação das ações do Governo Federal, examinou as políticas da SUDENE, o desenvolvimento da agricultura, da indústria e serviços, assim como os problemas e necessidades de infraestrutura. Foi também analisado o conteúdo institucional das políticas nacionais de caráter regional e o detalhamento das bases para um desenvolvimento mais equilibrado do Brasil.

Uma parte importante do relatório foi a apresentação dos dados sobre as perspectivas da economia do Nordeste num período de dez anos (1970-1980), fundamentada nos estudos que o BNB acabava de realizar e que não tinham ainda sido divulgados amplamente. As exposições dos representantes do BNB no Senado (COCENE), constantes deste livro, tratam desse assunto.

Para fundamentação documental do estudo da Comissão Parlamentar, foram utilizadas diver-

sas outras fontes e subsídios consistentes. O Banco do Nordeste disponibilizou todas as informações solicitadas pela Comissão e um técnico para atuar como secretário do Relator-Geral (Senador Virgílio Távora) para facilitar a utilização desses estudos.

O indicado com esse propósito foi o signatário desta Introdução, que esteve em Brasília durante os três meses estipulados para vigência da Comissão. Na fase final de montagem e conclusão do referido relatório desses estudos, o colega Paulo Lustosa da Costa, do ETENE, colaborou com a temática de industrialização, que era sua área de especialização. Trabalhos da SUDENE e DNOCS também foram consultados, assim como agendas dos relatores das subcomissões de senadores e deputados, além de documentos individuais espontâneos, solicitados pela coordenação dos trabalhos da Comissão.

Uma contribuição valiosa e de grande relevância histórica foi proporcionada pelos depoimentos prestados em reuniões do Senado por todos os Ministros da área econômica, autoridades do governo (representantes das instituições federais que atuavam na Região) e convidados especiais.

Este livro contém os depoimentos completos dos representantes do BNB, como já referido, nas pessoas do Dr. José Nicácio de Oliveira, Chefe do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), do economista Pedro Sisnando Leite, chefe da Divisão de Estudos Agrícolas do BNB (organizador desta edição) e do economista Paulo Lustosa da Costa, técnico em desenvolvimento econômico do BNB. Os temas tratados pelos expositores mencionados foram sobre as perspectivas da economia do Nordeste na década de 70, o desenvolvimento da agricultura regional e os problemas e alternativas da industrialização na área de atuação do BNB.

Constam também deste livro: um Posfácio de minha autoria, a título de conclusão dos assuntos tratados pela COCENE, e um Anexo com trechos de pensamentos do Ministro da Fazenda, Dr. Antônio Delfim Netto; do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, Dr. João Paulo dos Reis Velloso; e do Ministro da Agricultura, Dr. Luís Fernando Cirne Lima.

O Senador Valdemar Alcântara foi o Coordenador-Geral da Comissão de Estudos do Nordeste (COCENE) e contribuiu de maneira decisiva

para o êxito do trabalho dessa Comissão. Tive a honra de trabalhar como seu auxiliar e do Senador Virgílio Távora nas atividades de seleção de material e apoio redacional dos documentos que formataram o relatório final da Comissão.

Na oportunidade da recente comemoração do centenário de nascimento do ilustre e querido cearense Waldemar Alcântara, o Presidente do Senado, Dr. José Sarney, reconhecendo a importância do Estudo da COCENE Medidas e Propostas para o Desenvolvimento do Nordeste e sua Integração à Economia Nacional, determinou a reedição desse documento em fac-símile (Brasília, 2012).

Além dessa Impressão gráfica da Subsecretaria de Edições Técnicas, a Secretária Especial de Editorações e Publicações está disponibilizando no site do Senado uma edição em formato de *e-book* para consulta e download gratuito para todos os interessados. Vale advertir que os conteúdos do presente livro não constam do referido relatório.

Pedro Sisnando Leite

Outubro, 2014



ANTECEDENTES DA COCENE

Pedro Sisnando Leite

Esclarecimentos

O documento final da Comissão Coordenadora de Estudos do Nordeste (COCENE) constituiu uma contribuição da bancada da Aliança Renovadora Nacional ao Poder Executivo sobre medidas para corrigir diretrizes que o governo (Ministério da Fazenda) estava adotando quanto aos recursos dos incentivos fiscais administrados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

O Deputado Baptista Ramos, Presidente do Diretório Nacional da Arena, após dar conhecimento à Comissão Executiva Nacional do partido, encaminhou o referido documento ao Presidente Emílio Garrastazu Médici.

Oportunamente, o Gabinete da Presidência remeteu o Relatório da COCENE ao Ministério da Fazenda para dar parecer sobre o assunto como resposta à demanda dos parlamentares.

O Ministro da Fazenda, Prof. Antônio Del-
fim Netto, solicitou ajuda ao Banco do Nordeste
do Brasil (BNB), que me indicou, na condição de
Chefe da Divisão de Estudos Agrícolas, para essa
missão. O então Presidente do BNB, Dr. Rubens
Vaz da Costa, sabia que eu tinha colaborado com
o Senador Waldemar Alcântara e Senador Virgílio
Távora na organização do referido relatório, in-
clusive com subsídios dos estudos do próprio Es-
critório Técnico de Estudos Econômicos do Nor-
deste (ETENE), do Banco do Nordeste do Brasil.
Para melhor esclarecimento, durante cerca de três
meses, estive trabalhando em Brasília na condição
de assessor dos Senadores Waldemar Alcântara e
Virgílio Távora, por indicação do BNB.

Durante esse período, em convivência quase
diária com esses extraordinários homens públicos,
tive oportunidade de conhecê-los profundamente.
Eles só pensavam no bem comum e no desenvolvi-
mento integral do Ceará e do Nordeste. Como pode-
ser observado no conteúdo dos estudos que elabo-
raram, não temiam quaisquer restrições às críticas e
recomendações que propuseram com esse objetivo.

Em vista disso, o meu parecer, encaminhado
ao Chefe da Assessoria do Senhor Ministro Antô-

nio Delfim Netto, Dr. Eduardo de Carvalho, foi altamente favorável às recomendações apresentadas pelos senhores parlamentares. A seguir, pretendo reconstituir como memória um resumo do meu parecer sobre o Estudo da COCENE para o Ministério da Fazenda, Rio de Janeiro, em setembro de 1971.

O importante a destacar é que todas as recomendações constantes do documento da COCENE espelhavam o que os Senadores Waldemar Alcântara e Virgílio Távora achavam necessário para o desenvolvimento do Nordeste. No tocante à agricultura, todos os tópicos foram motivo de acurada reflexão, pois se tratava do setor que vinha recebendo as maiores críticas dos parlamentares.

De fato, o impacto da seca de 1970 afetou praticamente todos os setores da economia, com dramática repercussão desse fenômeno no meio rural, cujas populações muito sofreram com a grande queda na produção agrícola e escassez d'água para o abastecimento da população e dos animais. Foi um verdadeiro desastre, com o dispêndio de bilhões de cruzeiros nas frentes de emergência.

As medidas políticas que vinham sendo adotadas pelo governo Federal para a Região naquela ocasião agravaram os descontentamentos. Dos

recursos dos incentivos fiscais da SUDENE, por exemplo, foram destinados 15% para o programa de integração nacional (transamazônica) e 10% para o Programa Proterra. Além disso, passaram a concorrer com o Nordeste, em termos de recursos orçamentários, a SUDAN, EMBRATUR e reflorestamento. Sobre o assunto, o Presidente da COCENE (Senador Dinarte Mariz) disse no Congresso Nacional, na oportunidade da apresentação dos resultados dos estudos da referida Comissão: “Os investimentos que há 10 anos foram criados para o desenvolvimento do Nordeste, sob a orientação da SUDENE, praticamente já não existem”.

É oportuno registrar, à margem do Relatório da COCENE, que as recomendações sugeridas pelos parlamentares foram adotadas pelo Governo Federal apenas parcialmente. Mesmo assim, a década de 70, referente à qual as recomendações foram formuladas, terminou apresentando as mais elevadas taxas de crescimento de toda a sua história econômica. Mesmo o Brasil tendo alcançado taxas de crescimento excelentes, ainda assim o Nordeste conseguiu reduzir suas disparidades de renda *per capita*, pois seu crescimento foi de 10% ao ano, superior ao do País no período.

Ficou, no entanto, a lição para o Nordeste e para o Brasil. Não basta crescer, como estávamos tão confiantes naquela ocasião. Sabemos hoje que essa década foi a de maior concentração da renda no Brasil, e a pobreza certamente aumentou, principalmente no Nordeste.

Medidas Prioritárias para o Desenvolvimento do Nordeste

Este documento intenta destacar as prioridades formuladas pela Comissão Coordenadora de Estudos do Nordeste (COCENE), assim como tecer algumas considerações sobre as recomendações apresentadas.

Os estudos realizados no Nordeste e as políticas econômicas para a região, constantes dos diversos planos de desenvolvimento nacional e regional, levam à formulação de uma estratégia de desenvolvimento, para essa área, que pode ser sintetizada nos seguintes aspectos: a) redução ou não agravamento das disparidades entre o Nordeste e outras regiões do País; b) geração de um processo de desenvolvimento autossustentável; c) criação de oportunidades de emprego produtivo para a mão de obra regional.

Com a finalidade de atender a essas metas estratégicas, conclui-se que se torna necessário que a economia passe a crescer a taxas mais aceleradas do que ocorreu no passado, especialmente tendo em vista que o País, como um todo, tenderá a crescer, nos próximos anos, a taxas bastante elevadas.

O desemprego e subemprego existentes no Nordeste, associados à expansão da oferta de mão de obra, exercerão, nos próximos anos, uma forte pressão sobre o mercado de trabalho. Somente uma economia em rápido crescimento poderá ser capaz de absorver, pelo menos em parte, tais excedentes.

Sabe-se, por sua vez, que a agricultura do Nordeste dificilmente poderá ultrapassar uma taxa de crescimento de 6,5% a.a., mesmo considerando todo o potencial de expansão do consumo local de alimentos e matérias-primas, em face das taxas mais elevadas de crescimento da renda e da ampliação das exportações destinadas ao exterior e aos mercados de outras regiões do País.

Por outro lado, mesmo para a obtenção da taxa mencionada, haverá necessidade de um considerável esforço de mobilização de recursos e de implementação de mudanças tecnológicas e organizacionais de grande magnitude para as limi-

tações inerentes a uma região subdesenvolvida e com pouca capacidade realizadora nesse campo.

Os estudos elaborados indicam seguramente que será viável e factível obter-se um crescimento do setor industrial da ordem de 15% a.a., estando referida taxa assegurada pelo menos até 1975, com base nos projetos já implantados, em processo de instalação e programados.

Durante estes próximos anos, prevê-se que seja possível dar continuidade ao processo de industrialização em marcha, de tal modo que se possa manter a referida taxa até o final da década de 70.

A consecução de um processo de desenvolvimento autossustentável no Nordeste exigirá, de fato, a manutenção de elevadas taxas de crescimento da economia, em período relativamente longo. Como a “demarragem” de desenvolvimento do Nordeste somente teve início na segunda metade da década de 60 e como o período dessa etapa até o desenvolvimento autogerador necessita de cerca de vinte anos, é possível que somente na próxima década se esteja no limiar desse processo, admitindo que as taxas de crescimento da economia do Nordeste se mantenham aos níveis mencionados.

Estima-se que as referidas taxas de crescimento da agricultura e da indústria levarão a um crescimento do setor serviços de aproximadamente 10% ao ano, o que, em resumo, significará uma taxa global da economia da ordem de 10% anualmente.

Posto este quadro das tendências do desenvolvimento do Nordeste, concluiu-se que, na formulação dos programas para a ação do governo e da iniciativa privada no Nordeste, devem ser levados em conta a modernização do setor agropecuário, com vistas ao aumento da produtividade da terra e à elevação da renda real *per capita* do setor, assim como as condições sociais dos habitantes do quadro rural. A aceleração da taxa de crescimento regional será alcançada com base na intensificação do desenvolvimento industrial como elemento dinamizador da economia e sustentação da agricultura e impulsionador do setor terciário.

Consequentemente, a geração de oportunidades de emprego nos centros urbanos dependerá muito desse setor.

Outro objetivo da política regional deve ser a promoção de novas iniciativas visando à dilatação das oportunidades econômicas do Nordeste, tais como: promoção das exportações, turismo, pesca etc.

De tudo que foi mencionado, contudo, o que representa o grande desafio para o Nordeste será a modernização da agricultura e a manutenção de uma taxa de crescimento desse setor por volta de 6,5% a.a.

Considerando o período de 1971/76, por exemplo, haveria necessidade da mobilização e aplicações de recursos adicionais da ordem de Cr\$ 6,2 bilhões, para manutenção da referida taxa de crescimento da agricultura nesse período. De fato, estima-se que o Produto Bruto da Agricultura da região teria de crescer a preços de 1970, de Cr\$ 8,5 bilhões, em 1971, para Cr\$ 11,6 bilhões, em 1976, ou seja, um incremento de Cr\$ 3,1 bilhões. Como a relação marginal capital produto, calculado para o setor agrícola do Nordeste, é de 2,1, o resultado sobre as necessidades adicionais de capital para a agricultura seria o que se indicou.

As disponibilidades de recursos por parte das fontes tradicionais de financiamento à agropecuária do Nordeste poderiam suprir, durante esse período, cerca de Cr\$ 2,1 bilhões, dos quais o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil participariam, respectivamente, com Cr\$ 500 milhões; outros bancos com Cr\$ 200 milhões; e o sistema 34/18

com Cr\$ 860 milhões. Em relação a esta última cifra, foram considerados apenas os projetos aprovados até 30.06.71, pois se presume que esta fonte de recursos será substituída por outro sistema.

Conseqüentemente, o confronto entre as necessidades de recursos e os suprimentos previsíveis, tendo por origem as fontes tradicionais de financiamento, resulta num déficit de Cr\$ 4,1 bilhões a ser aportado por outras fontes, tais como PROTERRA e o setor privado.

Quanto ao desenvolvimento da agricultura do Nordeste, ademais dos problemas tecnológicos emergem subsequentemente as questões dos recursos, ou seja, escolha dos mecanismos de aplicação desses recursos e seletividade dos programas prioritários e sua respectiva execução.

Grande parte da solução do primeiro problema poderá ser superada mediante regulamentação de Decreto sobre o PROTERRA, pois os recursos tradicionais já dispõem de seus instrumentos de operação, enquanto os novos ainda necessitam de formulações operativas. No que diz respeito ao segundo aspecto, é possível identificarem-se os campos prioritários de atuação, conforme se procurará indicar em outra parte desse documento.

Por outro lado, a superação dos obstáculos que surgirão durante o processo de desenvolvimento da agricultura do Nordeste dependerá, grandemente, da organização institucional que se encarregue do planejamento, execução e avaliação dos programas que venham a ser idealizados. Para tanto, será indispensável a descentralização de responsabilidade associada a um vigoroso sistema de coordenação e acompanhamento.

No que tange, especificamente, à seletividade dos campos de ação para o desenvolvimento da agricultura regional, podem ser destacados como campos mais importantes, em nível de maior generalidade, os seguintes:

Setores básicos: produção de sementes melhoradas, produção e disponibilidades de insumos (fertilizantes, pesticidas, formicidas, máquinas e equipamentos etc.), irrigação, colonização e reforma agrária, agroindústria e mecanização da agricultura.

Atividades de apoio à agricultura: fortalecimento e organização dos serviços de pesquisas agronômicas, extensão rural e crédito agrícola, comercialização de insumos e produtos agrícolas, políticas de preços e subsídios.

Dentre as recomendações constantes do documento da COCENE, destacam-se como as mais relevantes quanto ao aumento da produtividade: produção de sementes selecionadas e aprimoramento do sistema da distribuição de insumos modernos. Estímulos ao consumo de fertilizantes, pesticidas, máquinas e equipamentos por meio de um sistema de subsídios.

Outra preocupação fundamental deve ser o fortalecimento e expansão do sistema de pesquisa agrônômica, de acordo com um esquema de especificação de prioridades e coordenação. É essencial para o cumprimento do objetivo de modernização agrícola o revigoramento do sistema de extensão rural, dando-se ênfase, inicialmente, às áreas de programas especiais que visem à expansão da produção ou mudanças tecnológicas.

Para reduzir o processo de intermediação, torna-se necessário a construção das Centrais de Abastecimento de Salvador, Fortaleza, Aracaju, Maceió e conclusão da do Recife. Em complemento, é proposto a implantação de Companhias Integradas de Desenvolvimento Agrícola (CIDAs) em áreas selecionadas, com instalação ou equipamento de armazéns e silos em áreas estratégicas

de convergência da produção agrícola. Implantação da irrigação com elevado grau de prioridade na zona semiárida, dando-se preferência aos projetos de desenvolvimento agrícola integrados. Reestruturação agrária gradativa, inicialmente em Pernambuco, Paraíba, Ceará e Bahia, nas áreas já selecionadas com essa finalidade, e alargamento de fronteiras agrícolas no Maranhão.

Aumento da produção e produtividade dos seguintes bens de exportação, adotando-se, inclusive, sistemática de preços mínimos especiais, conforme prevê o Decreto PROTERRA: Algodão, cana-de-açúcar, cacau, caju, abacaxi, carne bovina e mamona. Com a mesma finalidade, devem também merecer cuidados especiais: alfafa, gergelim, girassol, citros e sucos de frutos regionais.

Expansão da produção e da produtividade dos rebanhos bovinos e da avicultura, dando ênfase à produção de carne e ovos nas capitais dos Estados e principais centros urbanos da região. Concentração de esforços governamentais e privados nos Estados do Maranhão, Ceará e Bahia, visando à expansão da atividade pesqueira, haja vista o potencial de recursos identificados e as francas possibilidades de mercado interno e externo.

Os recursos do PROTERRA destinados ao Nordeste deveriam abranger 20% das opções realizadas a favor da SUDENE e mais os 20% setoriais, ficando reservados à área da SUDAM os 20% correspondentes às opções declaradas a seu favor. Do total dos recursos do PROTERRA, que fossem destinados ao Nordeste, deveriam ser reservados 7,5%, para depósito no Banco do Nordeste, para fins de participação acionária deste Banco nos projetos agropecuários considerados pela SUDENE como prioritários para a Região. Já na área do crédito agrícola, assegurar ao agricultor, de acordo com áreas e culturas que venham a ser consideradas prioritárias, taxas de juros inferiores às vigentes no mercado. Fixando-as compatíveis com as prioridades do setor, mas que o subsídio seja concedido pelo governo, resguardando os capitais das instituições financeiras.

Durante as duas últimas décadas, a estrutura da economia do Nordeste praticamente não se alterou com relação à renda social, apesar da estrutura do emprego haver-se modificado no setor rural, que era de 74% em 1950, passou para 66% em 1970, a favor das atividades não agrícolas ou urbanas.

A análise dos resultados dos programas em execução no Nordeste e as perspectivas vislumbradas pelos estudos realizados na região, e constantes do relatório geral da COCENE, levam a acreditar que há possibilidades de a economia nordestina crescer a 10% ao ano durante a atual década.

De acordo com o que já se mencionou, a viabilidade de crescimento referido teria como apoio taxas de crescimento de 6,5% para a agricultura, 15% para a indústria e 10% para o setor serviços. Estas taxas de crescimento estão balanceadas, levando em conta todos os fatores de complementariedade que um processo de desenvolvimento exige.

Com a ativação do setor agrícola, de modo que ele pudesse manter a taxa de crescimento da magnitude comentada, mais elevada do que no passado, e assegurando-se a acelerada taxa do setor industrial, passaria a economia do Nordeste a apresentar, na atual década, as transformações estruturais caracterizadoras do autêntico processo de desenvolvimento econômico.

Enquanto em 1970 se calculava que a participação da agricultura na formação da renda social do Nordeste tenha sido de 36%, a da indústria 15% e dos serviços 50%; no final da década de 70,

a estrutura da economia poderá apresentar-se com uma participação de 26% para a agricultura, 24% para a indústria e 50% para serviços, caso aquelas taxas de crescimento setorial se materializem.

A concepção do modelo de crescimento setorial da economia do Nordeste, conforme as taxas de evolução da renda e as respectivas transformações estruturais comentadas, leva em conta inúmeros fatores explicativos.

De acordo com os estudos realizados e o conhecimento pragmático do processo de desenvolvimento econômico em gestação no Nordeste, será o setor industrial o fator de dinamização e transformação da economia regional. Em outras palavras, caberá, basicamente à elevada taxa de crescimento do setor industrial a manutenção da alta taxa de crescimento global da economia, pois não há quaisquer indícios de que a agricultura possa ultrapassar a taxa média de longo prazo acima de 6,5% a.a. Não haveria outra alternativa para assegurar o impulso de desenvolvimento da Região para criar oportunidades de novos empregos e levar a economia para um processo de evolução autossustentável.

À agricultura, porém, deve caber toda atenção, pois será ela que constituirá o apoio para o

crescimento acelerado e onde irão residir os mais graves problemas econômicos e sociais da Região. Enquanto na indústria as taxas de crescimento estão associadas com a modernização, conforme a experiência dos últimos anos no Nordeste, na agricultura não ocorre o mesmo. Assim, na agricultura, além dos esforços que deverão ser feitos para manter taxas aceleradas de crescimento, para evitar que este se torne ponto de estrangulamento da economia, ressalta ademais a necessidade inadiável de modernizá-la.

De fato, esta será a única forma de melhorar o bem-estar da mais ampla parcela da população afetada pela pobreza e subdesenvolvimento regional. Isso significa que a agricultura deverá merecer a mais elevada prioridade nos próximos anos, porém jamais se deverá conceber que tal prioridade se faça a expensas da indústria.



PRIMEIRA PARTE

ALGUNS DEPOIMENTOS NO SENADO FEDERAL SOBRE A ECONOMIA DO NORDESTE

AGRADECIMENTOS

Em particular, cabe-nos salientar a colaboração recebida do Banco do Nordeste do Brasil, quer na pessoa de seus ilustres presidentes (Dr. Rubens Vaz da Costa e Dr. Hilberto Mascarenhas Alves da Silva), quer na de seus competentes técnicos.

Senador Virgílio Távora
Relator-Geral da COCENE
Brasília, 1971



**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO COORDENADORA DE
ESTUDOS DO NORDESTE – COCENE**

EXPOSITORES:

Representantes da Equipe do ETENE do Banco do Nordeste do Brasil S.A., Srs. Drs. JOSÉ NICÁCIO DE OLIVEIRA, Chefe do ETENE; PEDRO SISNANDO LEITE, Chefe da Divisão de Agricultura do ETENE; e PAULO LUSTOSA DA COSTA, especialista em Planejamento Econômico.

Reunião de 13 de julho de 1971, sob a presidência do Senador Dinarte Mariz



DIRETRIZES DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Expositor: Dr. José Nicácio de Oliveira

SENADOR DINARTE MARIZ, tem a palavra
o Dr. José Nicácio de Oliveira.

O SR. JOSÉ NICÁCIO DE OLIVEIRA —
Inicialmente, gostaria de dizer que é motivo de
grande satisfação para nós, técnicos do Banco do
Nordeste, utilizar esta oportunidade para transmi-
tir aos Srs. Senadores e Deputados, aqui presen-
tes, alguns aspectos gerais de amplo estudo que
o Banco do Nordeste acaba de realizar sobre as
perspectivas de desenvolvimento da região na dé-
cada de 70.

Justamente quando se está realizando uma
espécie de exame de consciência da problemá-
tica regional, com uma avaliação dos resultados
da política adotada para o Nordeste, por meio de
questões e indagações sobre o que deve ainda ser
feito para acelerar o desenvolvimento econômico
e social da região.

Como se sabe, o estabelecimento de uma política de desenvolvimento econômico e social para um país ou para uma região se assenta em alguns objetivos que servirão de orientação para organizar programas com vistas a atingir esses objetivos. Se os objetivos permanecerem válidos ao longo do tempo, caberá fazer periodicamente uma avaliação dos resultados alcançados, com a execução dos programas, para verificar se estão atendendo aos objetivos fixados na política para o País ou para a região.

E, para se fazer uma avaliação adequada, ou um trabalho de apresentação de recomendações, urge atentar para dois pontos fundamentais: primeiro, formar uma ideia bem clara sobre os objetivos da política adotada. Isto porque, para se avaliarem os resultados do programa estabelecido em função da política, é necessário saber o que se está querendo atingir, para onde se quer ir; em segundo lugar, estabelecer um critério adequado para mensurar os resultados dos programas postos em execução. Somente assim se pode executar um trabalho real, verdadeiro, um trabalho relevante de avaliação, comparando-se os elementos, os objetivos da política e os resultados dos pro-

gramas adotados, para aferir a sua relevância, a sua eficiência ou a sua eficácia.

Feita esta introdução, podemos agora verificar quais os objetivos da política adotada para o Nordeste. Na nova política estabelecida pelo Governo Federal para o Nordeste do Brasil, podemos distinguir três objetivos básicos: diminuição das disparidades regionais, emprego produtivo para mão de obra e criação de um processo de desenvolvimento autossustentável. Com relação ao primeiro objetivo, isto é, diminuição das disparidades regionais, como se sabe, foi ele fixado pela constatação, na década de 50, de que o Nordeste vinha perdendo posição relativa, em face da economia como um todo, isto é, a renda *per capita* do Nordeste representava, ao longo do tempo, uma percentagem decrescente da renda *per capita* do Brasil. Isso levou o Governo a estabelecer nova política para a região, indo além daquela política tradicional de mero combate às secas.

Estabeleceu-se uma política mais abrangente, com vistas à implantação de uma rede mais ampla de infraestrutura, e o estabelecimento de incentivos especiais para a empresa privada, com vistas ao aproveitamento daquela infraestrutu-

ra anteriormente criada. Esse objetivo básico da nova política para o Nordeste tem como implicação fundamental o fato de que, para ser atingido, é necessário, é indispensável imprimir ao crescimento da região um ritmo mais acelerado do que o crescimento do País como um todo. E a conclusão incontornável.

O alcance, a consecução do objetivo só se fará na medida em que se conseguir acelerar o crescimento do Nordeste, de modo que a renda *per capita* da região cresça mais rapidamente do que a renda *per capita* do País como um todo. Desta forma, a renda *per capita* do NE passará a representar uma percentagem crescente na renda *per capita* do País como um todo. Ao se considerar o desafio implícito nesse objetivo da nova política, tem-se de levar em conta o fato de que o Brasil vem crescendo a uma taxa média de 9% nos últimos anos e que a meta de crescimento para o País situa-se em 9% e 10% ao longo da década de 70. Então, como consequência, ter-se-ia de acelerar o crescimento do Nordeste a uma taxa superior à prevista como meta para o País. Esse o primeiro ponto básico, fundamental da política econômica para o Nordeste.

Outro ponto também fundamental é o que se refere à criação de emprego produtivo para a mão de obra. Realmente, a criação de emprego para a mão de obra constitui a forma mais válida de valorização social do homem, que lhe dá meios de elevar o padrão de vida e de realizar as suas potencialidades dentro da sociedade. Essa meta da criação de emprego, para a mão de obra, traz em si um desafio muito grande se levarmos em conta que as estimativas feitas recentemente pelo Banco indicam que já há, no momento, no Nordeste, desemprego da ordem de 1.754 mil pessoas e que, nos próximos 10 anos, até 1980, será adicionada ao mercado de trabalho mão de obra no montante de 3.775 mil pessoas, perfazendo, portanto, um total de 5.430 mil pessoas que estarão demandando emprego, criando, assim, para a economia do Nordeste, a necessidade de gerar volume de emprego, de forma sem precedentes, durante esse período.

Esse segundo objetivo, a exemplo do primeiro, só pode ser atingido na medida também em que se puder acelerar o crescimento do Nordeste, porque os empregos serão criados naturalmente, de acordo com o ritmo em que as empresas exis-

tentes se expandirem e se instalarem novas empresas, isto é, o ritmo de crescimento da economia.

O terceiro objetivo básico da política para o Nordeste se refere à criação de um processo de desenvolvimento autossustentado, isto é, criar na Região um processo autogerador de desenvolvimento, de modo a ser um fenômeno normal, que se apoie nas próprias forças geradas no sistema econômico do Nordeste, a fim de que a ajuda que vem sendo dada tradicionalmente ao Nordeste, de forma substancial pelo Governo, a partir de determinado momento, torne-se desnecessária. Esse desiderato só será obtido naturalmente caso se consiga gerar na região um processo de desenvolvimento autossustentado, autogerador, autopropulsor. E a geração de um processo de desenvolvimento autossustentado, de acordo com a experiência de todos os países que conseguiram entrar nessa fase e de acordo com os estudos especializados nesse campo, requer o impacto de forças propulsoras, com um crescimento acelerado por um período que vai de 20 a 30 anos. Quer dizer, a geração de um processo de desenvolvimento autossustentado não é algo que se consiga em prazo curto, mas, sim, a longo prazo. Em conse-

quência, a ajuda que vem sendo dada ao Nordeste, com o objetivo de acelerar o seu crescimento, só poderia, dentro desse objetivo, ser diminuída gradativamente, quando se chegasse a um convencimento de que a região teria ingressado nessa fase de desenvolvimento autossustentado.

Em resumo, diríamos que os três objetivos básicos da política para o Nordeste — diminuição das disparidades, emprego produtivo para mão de obra e desenvolvimento autossustentado — dependerão fundamentalmente de conseguir-se uma alta taxa de desenvolvimento para aquela Região e de manter-se essa taxa por um período bastante longo. Sabemos que o Nordeste está, agora, iniciando a sua segunda década de desenvolvimento mais acelerado. Então, para o alcance desse objetivo, ter-se-ia de pensar em um período ainda bastante longo, até que o desenvolvimento do Nordeste passasse a ser apoiado nas suas próprias forças, isto é, passasse a ser um desenvolvimento normal. Dessa constatação básica da necessidade de crescimento acelerado por um período bastante longo, poderíamos, então, passar para uma pergunta básica: que fazer para conseguir esse objetivo geral? Como conseguir que o Nor-

deste mantenha alta taxa de crescimento, por período suficientemente longo, para ingressar num processo de desenvolvimento autossustentado? Já comentamos o primeiro item abordado inicialmente, uma definição clara dos objetivos implícitos e explícitos da política para a região.

O outro ponto se refere à mensuração dos resultados dos programas em execução, para saber se esses resultados estão atendendo aos objetivos da política. Com referência a esse ponto, gostaríamos de fazer uma observação que nos parece fundamental: no caso do Nordeste, uma avaliação adequada do programa em execução não pode ser feita levando em conta apenas os resultados obtidos até agora. Isso, pelo fato puro e simples de que o programa executado até agora vai gerar uma série de efeitos apenas em futuro próximo. Quer dizer: a maturação dos programas e projetos iniciados ou aprovados no Nordeste, na década de 60, só terão seu pleno impacto na década de 70, nos próximos anos. Assim, teríamos, ao fazer a avaliação, de levar em conta não só o programa, mas também os resultados obtidos até agora e aqueles que virão nos próximos anos, mas que estão relacionados com o programa executado até

o momento. Fazer, portanto, a avaliação de forma diferente, seria focalizar o programa e deixar de considerar os resultados relacionados, associados a esse programa.

Passemos, agora, ao exame do problema colocado por esse primeiro objetivo, ou seja, as disparidades regionais. Vamos examinar esse problema das disparidades regionais em um período longo, de aproximadamente 40 anos, isto é, de 1939 a 1980. Nos primeiros trinta anos do período, isto é, de 1939 a 1968, podemos distinguir algumas fases distintas. Por exemplo: de 1939 a 1955, temos claramente definida uma tendência de perda de posição relativa no Nordeste, no conjunto da economia, expressa em percentagem da renda *per capita* daquela Região em relação à renda *per capita* do Brasil. Em 1939, a renda *per capita* do Nordeste representava 48% da renda *per capita* do Brasil. Essa percentagem foi caindo até atingir o mínimo de 38% em 1955.

Realmente, foi a constatação dessa tendência adversa que levou o Governo a estabelecer nova política para a Região, diferente daquela que vinha sendo tradicionalmente executada. Essa política iniciou-se na década de 50, com a criação do Banco do Nordeste e, logo depois, da SUDENE.

Após 1965, já vemos uma nova tendência surgir com relação a estoque.

O Nordeste começa a recuperar a posição relativa, de tal modo que, em 1960, a sua renda *per capita* já tinha subido para 46,8% da renda *per capita* do País, atingindo o máximo de 48,9% em 1965. Mas esse ponto mais alto, de 1965, é praticamente ainda equivalente àquele ponto atingido em 1939. O Nordeste, realmente, passou por uma fase de franca recuperação, mas, assim mesmo, chegou apenas a igualar posição de 1939. Após 1965, quer dizer, no segundo quinquênio da década de 60, apesar de, nessa fase, ter havido uma aceleração ainda maior do crescimento do Nordeste — porque esta Região, na segunda metade da década de 1960, chegou a atingir a taxa média de crescimento de 7% ao ano, já em função da nova política estabelecida para a região. Em 1968 já se nota, novamente, um recuo na posição relativa do Nordeste.

Quer dizer, essa nova tendência de deterioração da posição relativa do Nordeste não se deve a uma desaceleração do crescimento da Região — que, nessa fase, cresceu numa faixa acelerada de 7% — mas deve-se ao fato de que, nesse período,

a economia do Brasil começou a reativar-se e, a partir de 1968, passou a crescer a uma taxa muito alta, que se tem mantido, até o momento, em torno de 9%. É um período quase sem precedentes na economia do País.

Nessa fase, o Brasil passou a crescer a uma taxa muito mais acelerada do que o Nordeste. Novamente reapareceu a tendência à perda de posição relativa da região em face do País como um todo. Nesse período, temos o Nordeste crescendo a 7% e o Brasil a 9%.

Mas, como o que nos interessa é o futuro, pois não podemos modificar o passado, vamos lançar as vistas para o futuro, examinando hipóteses sobre o que poderia ocorrer na década de 70. Se, na década de 70, continuar a tendência verificada após 1965, isto é, o Nordeste crescendo a 7% ao ano, que é uma taxa alta, e o Brasil crescendo a 9%, tendo em vista, inclusive, que a meta para o País, na década de 70, é um crescimento entre 9% e 10%, chegaríamos a 1980 com a renda *per capita* do Nordeste representando apenas 37% da renda *per capita* do Brasil, isto é, uma posição inferior àquela de 1955, onde tivemos o ponto mais crítico, mais baixo de perda de posição relativa do Nordeste

no conjunto da economia do País. Mas, se o Nordeste conseguisse elevar sua taxa de crescimento, na década, de 7% para 10%, continuando o Brasil a crescer a 9%, chegaríamos a 1980 com a renda *per capita* do Nordeste representando 49% da renda *per capita* do Brasil. É uma posição semelhante àquela atingida em 1965, que foi o ponto mais alto de recuperação da economia do Nordeste e semelhante, também, à posição de 1939.

Dessas considerações, podemos tirar três observações que nos parecem importantes: a primeira, é de que, nessa fase de crescimento acelerado da economia do Brasil, crescimento sem precedentes na nossa história econômica, uma das implicações é a necessidade de que se passe a pensar em termos mais ambiciosos com relação ao desenvolvimento das economias regionais. No caso específico do Nordeste, diríamos que um crescimento de 10% teria de ser a taxa mínima para evitar o agravamento das disparidades regionais. Quer dizer: se o Nordeste crescesse a 10% e o Brasil a 9%, não se conseguiria diminuir as disparidades regionais, apenas se evitaria o agravamento destas. Se a política declarada do Governo é diminuir as disparidades e se a meta de cresci-

mento para o Brasil, na década, é de 9%, a conclusão lógica, incontornável, é de que a taxa mínima de crescimento para o Nordeste, na década, deve ser 10%. Do contrário, voltaremos a reeditar aquela longa história de perda da posição relativa do Nordeste no conjunto da economia nacional e que deu motivo à criação de nova política para a Região. Outra conclusão é que a ajuda substancial proporcionada ao Nordeste e que permitiu a elevação de sua taxa de crescimento para 7% ao ano, na segunda metade da década de 60, não implicou em desfavorecer o crescimento do resto do País; pelo contrário, naquela fase, a economia no Brasil registrou verdadeiros recordes em matéria de desenvolvimento, pois houve uma aceleração substancial do crescimento da economia do País. Então, há aqui perfeita conciliação entre uma ajuda substancial para o crescimento do Nordeste e o crescimento acelerado da economia do País.

Em vista do exposto, creio que caberia examinar, agora, dois pontos: primeiro, a possibilidade de o Nordeste crescer a uma taxa média de 10% ao ano, na década de setenta, condição *sine qua non* para evitar o agravamento das disparidades; segundo, o que deve ser feito para se alcançar essa

taxa de 10%, e a estratégia a seguir para se chegar a esse crescimento tão elevado da economia do Nordeste nos próximos anos? Nas exposições que vamos fazer, iremos nos concentrar apenas, de forma sucinta, nos aspectos que consideramos estratégicos para esse processo acelerado de crescimento do Nordeste, ou seja, nas chamadas alavancas do desenvolvimento. Há muita coisa a ser feita, mas vamos concentrar nossa atenção naqueles pontos estratégicos. Realmente, se tentarmos alinhar uma série muito grande de prioridades, perderemos a noção de prioridade e poderemos dar a impressão de que a tarefa é simplesmente inexecutável. Na realidade, há alguns pontos que são estratégicos e precisam ser atacados de rijo. Se houver êxito na manipulação dessas alavancas de desenvolvimento, o resto será arrastado como consequência. No exame dessa possibilidade de um crescimento de 10% no Nordeste, estamos chegando à conclusão de que a década de 60, que se pode chamar a verdadeira década do desenvolvimento do Nordeste nessa fase da nova política para a região, é uma espécie de década de preparação. Nela foram lançadas as bases para um crescimento posterior mais acelerado. E, apesar de ser

uma década de preparação, a economia da região chegou a crescer a uma taxa de 7% ao ano, ao passo que a década de 70 está sendo encarada como a verdadeira década do impacto, pois é nessa década que ocorrerão a maturação, a instalação ou o funcionamento da maior parte dos programas e projetos da década anterior. Daí a ideia de considerar o programa executado até agora, os resultados obtidos e os que estão por vir, mas que são consequência dos programas e projetos da década anterior. Para dar uma ilustração eloquente desse encadeamento entre as duas décadas — a de 60 como de preparação e a de 70 como de impacto — bastaria mencionar o seguinte: do total dos projetos industriais aprovados pela SUDENE até 1970, 85% foram aprovados de 1967 a 1970. Isto quer dizer, simplesmente, que, dado o prazo requerido para a instalação desses projetos e tendo sido eles aprovados no final da década de 60, logicamente só entrarão em funcionamento, na década de 70, 85% de todos os projetos industriais aprovados. A conclusão lógica é de que toda aquela expectativa gerada em torno de um crescimento mais acelerado da indústria do Nordeste só se transformará em realidade nos próximos anos. Na década de

60, houve intensa atividade de elaboração e de aprovação de projetos no Nordeste. Mas os projetos, como é natural, não surgiram logo — há um prazo para a sua instalação — e não deram aquela noção visual e concreta do processo de industrialização. Isso pode ter criado certo sentimento de vacuidade, em face das expectativas geradas, fazendo com que algumas pessoas deixassem de perceber o verdadeiro impacto daqueles projetos aprovados sobre o crescimento da região e a sua importância para a dinamização da economia regional. Então, se ao final da década de 60, a economia do Nordeste chegou a crescer a 7% e se a maior parte dos programas e projetos vai ter o seu pleno impacto na década de 70, a conclusão lógica é de que, naquele período, a economia do Nordeste poderá crescer a mais de 7%.

Diante disso, vejamos quais as possibilidades de crescimento global e por setores da economia do Nordeste na década de 70. Como se sabe, a taxa de crescimento global de uma economia depende da taxa de crescimento dos três setores: agricultura, indústria e serviços.

Nesse trabalho que o Banco está fazendo ou que concluiu recentemente sobre as possibilida-

des de crescimento do Nordeste na década de 1970, foi feita uma avaliação ampla e acurada do impacto de todos os projetos aprovados sobre o setor industrial do Nordeste, sobre sua taxa de crescimento. Então, considerando o impacto dos projetos industriais aprovados, a alta taxa de crescimento esperada para o setor de energia e para o setor de habitação, chegou-se à conclusão de que o setor industrial do Nordeste, na década de 70, tem possibilidade de crescer à taxa média de 15% ao ano. Esse é um dado bastante seguro, porque a ele se chegou por meio do exame dos projetos aprovados, das decisões de investimentos já efetivados ou realizados. Naturalmente, essa taxa será atingida se for possível assegurar os recursos suficientes para que os projetos sejam realmente implantados. No caso do setor agrícola, também foi feita uma análise exaustiva do crescimento da demanda regional e das possibilidades de exportação de produtos agrícolas do Nordeste para todo o País e para o exterior.

Com base nessa análise, chegou-se à conclusão de que haverá, na década, condições para a demanda regional do resto do País e do exterior, para estimular o crescimento da agricultura

do Nordeste e apoiar esse crescimento na base de 6,5% ao ano. Aqui caberia mencionar que, nos últimos 15 anos, a agricultura do Nordeste cresceu a uma taxa entre 5% e 6%. E quanto ao setor serviços, em grande parte dependente dos setores agrícola e industrial, esse setor, dada a alta taxa de crescimento da agricultura e a verdadeira explosão do setor industrial, poderia crescer à taxa média de 10% ao ano. Então, crescendo a agricultura a 6,5%, a indústria a 15% e os serviços a 10%, ter-se-ia uma taxa global de crescimento da economia do Nordeste, na década de 70, de 9,9% ou 10% ao ano. Se o Nordeste vier realmente a atingir essa taxa de 10% ao ano, então a sua renda *per capita*, que hoje se situa em torno de 200 dólares, chegaria, em 1980, a cerca de 400 dólares, isto é, a renda *per capita* do nordestino dobraria num período de apenas dez anos. Quer dizer: aquela renda *per capita* que se atingiu depois de uma centena de anos seria dobrada num período de apenas dez anos. Mas, como já vimos inicialmente, essa taxa de 10% só evitará o agravamento das disparidades.

Se o crescimento for inferior a 10%, as disparidades continuarão aumentando. Então, dobrar

a renda *per capita* de um país ou de uma região, num período de dez anos, creio ser medida de êxito que se poderia considerar espetacular. Talvez não se pudesse aspirar maior êxito em matéria de programa de desenvolvimento nacional ou regional em qualquer parte do mundo. Outra observação muito importante acerca da economia do Nordeste é a que se refere à transformação estrutural que se operaria nessa década. A estrutura da economia do Nordeste, tradicionalmente, ao longo de grande período, vinha sendo: a agricultura, representando 36% da renda total da região, a indústria, cerca de 13%, e serviços, cerca de 51%. Isso significa que nenhum programa anterior adotado em relação ao Nordeste conseguiu dinamizar sua economia a ponto de modificá-la estruturalmente. Todos os esforços empreendidos foram de balde, em termos de modificação da estrutura da economia regional. Manteve-se uma estrutura tipicamente de economia atrasada ao longo dos anos. E o que poderia ocorrer agora, nessa década, em termos de modificação estrutural, se alcançadas aquelas taxas de 6,5% para a agricultura, 15% para a indústria e 10% para os serviços? Teríamos, em 1980, essa estrutura da economia

do Nordeste, ou seja, a participação da renda da agricultura, no total da renda da região, passaria de 36% para 25,7%. Haveria diminuição da participação da agricultura do total da renda da região. Quer dizer: o setor agrícola se expandiria, mas, em termos de participação no total da renda, haveria uma diminuição, ao passo que a agricultura passaria de 13% para 23,7%. Os serviços, crescendo mais ou menos à mesma taxa da renda total, manteriam praticamente sua posição relativa no total da renda da região. Como se sabe, só se pode dizer que uma economia está passando por verdadeiro processo de desenvolvimento quando essa economia se transforma estruturalmente, isto é, quando diminui a participação relativa da agricultura no total da renda e aumenta correspondentemente a participação da indústria.

Esta é uma experiência internacional e que tem lógica irrefutável em termos de análise. Sabemos que à proporção que se eleva a renda de uma comunidade qualquer, a demanda por produtos industriais cresce muito mais rapidamente do que a demanda por produtos agrícolas. Então, naturalmente, o setor industrial, como consequência, tende a crescer a uma taxa muito mais acelerada,

duas ou três vezes mais alta, em ritmo, do que a taxa do setor agrícola; e, embora o setor agrícola cresça, se expanda, torne-se mais importante em termos absolutos, perde posição relativa, enquanto a indústria ganha posição relativa. Este é um fenômeno normal e que tende a ocorrer em qualquer economia que se desenvolve.

Um exemplo bastante eloquente com relação à participação dos setores na renda total encontramos no Brasil. No Piauí, por exemplo, em 1968, a agricultura representava 43% da renda total do Estado e a indústria apenas 5%. Já em São Paulo, o Estado mais desenvolvido do Brasil e cuja renda *per capita* é sete vezes superior à do Piauí, a agricultura representava apenas 12% da renda total do Estado, ao passo que a indústria já atingia o alto índice de 40%. Sabemos que a agricultura de São Paulo é muito maior, muito mais eficiente, muito mais modernizada do que a agricultura do Piauí. Quer dizer, a agricultura se expande em termos absolutos, se moderniza, se torna mais eficiente, mais competitiva, mas, fatalmente tende a perder posição relativa no total da economia, ao passo que aumenta correspondentemente a importância relativa da indústria.

Por outro lado, caberia mencionar a grande modificação na estrutura do próprio setor industrial, que será analisada posteriormente, na exposição sobre a indústria, expressa pelo seguinte: os bens de consumo passariam de 62% para 40% da renda da indústria nordestina, ao passo que as indústrias de bens intermediários, de bens de capital, de bens de consumo durável, passariam de 38% para 60%, o que representa também uma transformação estrutural muito grande. Finalmente, gostaríamos de mencionar que tanto a indústria como a agricultura representarão papel estratégico na geração de um desenvolvimento para o Nordeste em torno de 10% ao ano. Ambos os setores terão papel fundamental, estratégico, mas diferente. Esse é um ponto muito importante. A indústria atuará como fator de dinamização e de transformação estrutural, por meio da alta taxa esperada, e a agricultura atuará como elemento de apoio ao crescimento acelerado. Então, comparando o papel estratégico dos dois setores, vemos que o desafio para o setor industrial é alcançar alta taxa em torno de 15%, ao passo que o desafio para o setor agrícola não é elevar a taxa, porque no passado cresceu entre 5% e 6% e talvez não

possa crescer além de 6% na década. O papel do setor agrícola será apoiar o crescimento mais acelerado da economia, por meio da modernização. A agricultura do Nordeste terá de passar por um processo de modernização para fornecer matérias-primas e alimentos para o consumo interno da região, exportação para o resto do País e para o exterior. A modernização torna-se necessária, visando a evitar que o setor agrícola se transforme num ponto de estrangulamento para o crescimento mais acelerado da economia como um todo. Então, como verificamos, o setor industrial terá um papel dinamizador e de transformação estrutural que se deve à política decisiva adotada em relação ao setor industrial; primeiro, criando-se a infraestrutura; e, depois, os estímulos para a ativação da empresa privada. Por outro lado, embora a agricultura não tenha de elevar substancialmente sua taxa de crescimento, terá de passar por um processo de modernização que também requererá uma política decisiva com relação ao setor agrícola. Aquele mesmo fator decisivo com relação ao setor industrial, com vistas à elevação da sua taxa de crescimento, deverá ser, por conseguinte, estendido ao setor agrícola, não em termos de ele-

vação substancial da taxa de crescimento da agricultura, mas em termos de modernização.

Na década, portanto, ter-se-á de fazer sério esforço no sentido de modernizar a agricultura do Nordeste, mormente pelo fato de a terra disponível para ser incorporada ao processo agrícola da região estar escasseando. No passado, a expansão do setor agrícola do Nordeste se fez na base de incorporação de terra, praticamente sem aumento de produtividade. A terra está escasseando, ou seja, a terra adicional para ser incorporada ao processo produtivo, ao longo do tempo, sem aumento de produtividade, está chegando a um limite. Em alguns Estados da região, no final da década de 70 e durante a década de 80, praticamente não se poderá mais pensar em expandir a produção agrária, incorporando mais terra ao processo produtivo. Só há três Estados com abundância de terra: Piauí, Maranhão e Bahia. Mas a maior parte dos Estados da região tem o problema de disponibilidade de terra cultivável para continuar o processo extensivo de expansão da agricultura.

Feitas essas considerações gerais, gostaria de, para concluir a exposição, aludir ligeiramente ao que consideramos desafio e estratégia para obten-

ção daquelas metas na década. O que consideramos desafio é o asseguramento das condições para que o Nordeste atinja a taxa de crescimento de 10%. Se isso não for conseguido, não se poderá implementar a política de diminuição das disparidades.

Como estratégia, como caminho, como diretriz para alcançar essa taxa de 10%, gostaríamos de enfatizar o seguinte: primeiro, assegurar condições para que o setor industrial cresça a uma taxa em torno de 15% ao ano, o que está a depender de alguns pontos básicos que serão elaborados pelo expositor sobre esse setor, aos quais poderão ainda ser acrescentados alguns outros. O primeiro ponto fundamental é o asseguramento dos recursos para financiar essa alta taxa de crescimento. O outro se refere a medidas para aumentar a eficiência do setor, abrangendo treinamento de quadros gerenciais e mão de obra especializada. Outro ponto se relaciona com medidas ampliadoras do mercado para o setor industrial, basicamente por meio de um esforço de promoção de exportação. Outro aspecto fundamental dessa estratégia é a modernização da agricultura pó meio da pesquisa agrônômica em extensão, preços mínimos, armazenagem, melhor distribuição do fator terra etc.

Novas medidas serão também importantes, como, por exemplo, um agressivo e eficiente sistema de promoção de exportações, aproveitando o amplo elenco de incentivos já criados pelo Governo Federal, com vistas a impulsionar as exportações no País e o desenvolvimento de atividades como o turismo, para explorar os atrativos naturais e históricos da região. Finalmente, como medida geral de sustentação, um programa especial de educação para o Nordeste, em todos os níveis, com ênfase nos campos mais relacionados com o processo de desenvolvimento.

Era isto o que eu queria dizer, à guisa de apresentação real das constatações a que chegamos e das sugestões que temos a fazer com relação à consecução daquela alta taxa de crescimento na década, indispensável à diminuição das disparidades e para assegurar mais emprego à mão de obra ociosa e aumentar a chance de a região ingressar num processo de desenvolvimento autosustentado (Palmas).

PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA DO NORDESTE NA DÉCADA DE 70

Expositor: Dr. Pedro Sisnando Leite

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Dr. Pedro Sisnando Leite.

O SR. PEDRO SISNANDO LEITE — Sr. Presidente, gostaria de mencionar, inicialmente, que apenas tentaremos adicionar alguns aspectos mais particulares a respeito das perspectivas do desenvolvimento da agricultura no Nordeste até 1980, em face da já abrangente exposição feita pelo Dr. José Nicácio.

Mencionou-se, aqui, que o objetivo principal dos estudos que o Banco está conduzindo presentemente se refere ao futuro, desde que sobre o passado não podemos mais atuar ou modificá-lo. Eu poderia adicionar a isso que, na verdade, de acordo com o que estamos concluindo, com base nesses estudos, que o futuro da agricultura do Nordeste será diferente do passado, fundamental-

mente porque estão em curso modificações substanciais no tocante aos acontecimentos econômicos e à política estabelecida para esse setor. Em primeiro lugar, vimos, num dos quadros expostos, que a economia do Nordeste irá passar, nos próximos dez anos, por significativa transformação. Isto fará com que o setor agrícola se depare com novas situações, diferentes das que ocorreram nos últimos 15 anos, quando a estrutura da economia manteve-se praticamente estática. Além dessas transformações estruturais da economia, devemos admitir que ocorrerá acelerada taxa de crescimento da economia como um todo e que a economia brasileira também se desenvolverá a taxas muito mais elevadas do que no passado, taxas sem precedentes até o momento. Como o Nordeste exporta consideráveis quantidades de produtos agrícolas para o resto do País, essa taxa de crescimento da economia irá apresentar repercussões relevantes sobre a estrutura da demanda e da oferta agrícola do Nordeste.

Outro fator que nos assegura que a agricultura do Nordeste, no futuro, será diferente do passado é que, nos anos recentes, a ciência agrônômica obteve avanço e sucessos magníficos. Desenvolve-

ram-se variedades de produtos agrícolas de alta produtividade, que poderão ser adaptados aos países tropicais e cuja metodologia também poderá ser utilizada para resultados muito mais rápidos do que os conseguidos nos últimos 50 anos. Admitimos, também, que a agricultura vai ter um comportamento diferente, porque a posse e o uso da terra, no Nordeste, vão se modificar. Os planos do Governo estabelecem claramente que, nos próximos anos, teremos uma reorganização da agricultura, chegando mesmo a uma reforma agrária.

Os instrumentos que serão proporcionados pelo Decreto PROTERRA, que terá início em 72, também terão papel significativo na mudança dessas tendências da economia agrícola no Nordeste. De modo que, associado a tudo isto, se formularmos uma convicção a respeito dessas mudanças que se operarão na agricultura, se fixarmos metas e objetivos, poderemos, ao mesmo tempo em que atenderemos a essas modificações que se esboçam agora, assegurar aquelas taxas de crescimento da agricultura e da economia.

Gostaria de apresentar, agora, alguns resultados mais específicos do estudo que estamos realizando e que demonstram essas tendências da mo-

dificação da agricultura do Nordeste. De acordo com o que vimos no quadro anterior apresentado pelo Dr. Nicácio, a economia agrícola do Nordeste tenderá a crescer a uma taxa de 6,5%. Mas esta taxa da agricultura terá um desdobramento, segundo determinados subitens, que precisam ser levados em consideração, desde que as necessidades e os esforços que teremos de desenvolver no tocante ao incremento da produção deverão estar compatíveis com essas tendências de crescimento da demanda, se não desejarmos criar problemas e distorções no sistema econômico.

O desdobramento da taxa de 6,5% indica que teremos, quanto a alimentos, uma taxa de crescimento de 5,4% como um todo, considerando produtos de origem vegetal e animal, sendo que essa taxa decorre de um índice bastante acelerado da demanda de produtos animais e derivados de 6,3%, e de alimentos vegetais de 4,5%. Os produtos de exportação terão também uma taxa razoavelmente elevada — 6,9% — sendo que as exportações para o exterior possivelmente se manterão ao nível de 5%.

As exportações para o resto do País, segundo estimativas que levam em conta muitos indi-

cadores e, fundamentalmente, as mudanças na intensidade do crescimento da economia brasileira, resultarão numa taxa de 11% ao ano. Vale mencionar que as exportações para o exterior, presentemente, giram em torno de 300 milhões de dólares, sendo que cerca de 85% referem-se a produtos agrícolas. No tocante às exportações para o resto do País, temos, atualmente, mais ou menos, uma exportação de 100 milhões de dólares apenas de produtos agrícolas, desde que essas exportações correspondam aproximadamente ao mesmo volume da exportação para o exterior, ou seja, 300 milhões de dólares. Matérias-primas deverão crescer a 4,2%, e produtos extrativos vegetais, 4,8%.

Vale mencionar, para elucidar algumas dúvidas, algo sobre o reflexo que essas diversas taxas terão sobre o ritmo de crescimento total da agricultura. É que há proporcionalidade de cada um desses itens, segundo a estrutura da demanda configurada no mercado, ou seja, usando a estrutura da demanda estimada em 1975, que seria o ponto médio entre 1970 e 1980, que é a nossa meta de estimativas de crescimento da agricultura, os produtos alimentícios corresponderiam a 63%

de toda a demanda do sistema econômico, ou seja, o mercado interno para a produção originária do setor agrícola do Nordeste destinar-se-á, fundamentalmente, a abastecer os 30 milhões de habitantes atuais e aproximadamente cerca de 40 milhões, em 1980. Os produtos de exportação darão uma contribuição de 26%, sendo que 18% se referem às exportações para o exterior e 8% para o resto do País. As matérias-primas terão uma contribuição de apenas 4% e os produtos extrativos vegetais de apenas 6%.

O esclarecimento adicional, para melhor entendimento desse quadro, é que, por motivos técnicos, foi necessário que fizéssemos determinados agrupamentos dessas diversas categorias, sendo que matérias-primas, como normalmente as concebemos, representarão um item muito maior do que o aqui indicado, desde que matérias-primas industrializadas aqui na região e que se destinaram ao mercado interno já estejam contidas neste quadro, na parte de “Alimentos”. Digamos, a parcela de produção de açúcar que, na realidade, é matéria-prima, mas que foi consumida regionalmente, aparece aqui na configuração da demanda de alimentos para consumo interno.

Um desdobramento daqueles grupos que mencionamos na tabela anterior, para podermos sentir quais as tendências de crescimento segundo os diversos grupos em que os produtos se compõem. É que, de acordo com o que se definirá em termos de demanda, em 1980, a preços de 1965 – um artifício, digamos, de cálculo para permitir a eliminação de quaisquer influências inflacionárias – indica que o item mais importante da estrutura da demanda, em 1980, será o de carnes frescas. O segundo item, o de leite, derivados, e ovos. E assim sucessivamente. Temos aqui a composição” do volume total de demanda que será definida em 1980, sendo que cada um desses itens será representado pelas seguintes taxas: cereais, 4,5%; raízes e tubérculos, 4,2%; hortaliças, 7,5% – uma alta taxa; leguminosas, 2,7%; frutas, 5,4%; carnes frescas, 5,9% – também bastante elevado; pescado, 4,5%; leite, derivados e ovos, 5,8%; óleos e gorduras vegetais, 5,2%; e outros, 4,5%, nestes incluídos, especialmente, o açúcar e produtos de menor expressão.

Uma das interrogações que se podem levantar a respeito das tendências que se estão definindo quanto à demanda dos produtos agrícolas é

que a situação se apresentará, em 1980, no tocante ao consumo de produtos agrícolas, pela população. Aquelas tendências indicadas permitirão o mínimo ou o suficiente para que os habitantes do Nordeste tenham energias para um trabalho produtivo e saúde para o desempenho dessas atividades, ou ainda, teremos de esperar mais alguns anos até que atinjamos esses mínimos a que toda população deve aspirar, que é o suprimento dos produtos alimentares que lhes permitam essas condições?

De acordo com cálculos realizados pela FAO para a América Latina, especialmente aplicáveis ao caso do Brasil, admite-se que um consumo de 71 gramas de proteínas seria suficiente para se terem os elementos essenciais à vida. Quanto às calorias, seriam necessárias 2.550. Algumas distorções podem estar introduzidas nesses cálculos em face das condições ecológicas e da intensidade do trabalho a que cada pessoa estará submetida. Mas é um ponto de referência para a avaliação dos padrões dietéticos. Também, para fazermos uma avaliação mais completa, seria necessário considerarmos outros elementos vitamínicos e nutricionais importantes. Estes dois, porém, são normalmente utilizados em estudos dessa natureza, que

servem para dar indicação segura a respeito dos padrões dietéticos.

De acordo com os resultados e as estimativas de demanda para 1980, temos que o consumo de proteínas seria de 97% do mínimo recomendado pela FAO, ou seja, apesar de todo esse esforço de produção agrícola e como repercussão do crescimento da economia a taxas muito mais elevadas, estaríamos, ainda, abaixo do nível mínimo, apesar de significar considerável progresso relativamente a 1965 e, mesmo, a 1970.

Um outro indicador complementar para se aferir esse grau nutricional da população corresponde à estrutura ou origem dessas proteínas, se elas são de origem vegetal ou animal. No Nordeste, em 1980, teremos 38% de proteínas originárias de produtos animais. Nos países desenvolvidos, essa proporção chega a 55%, isso não significando, naturalmente, uma dieta adequada.

Hoje se discute muito esse problema nos Estados Unidos, pois existem diversos tipos de repercussão negativa no organismo para um consumo tão elevado de proteínas. Mas, de qualquer modo, afirma-se que, pelo menos, deveremos ter uma proporção de 1/3 de proteínas de origem ve-

getal como o mínimo para uma composição adequada dieteticamente. Sob este ponto de vista, estaremos relativamente bem em 1980, pois teremos ultrapassado o terço recomendado. Do ponto de vista de calorias, praticamente atingiremos o mínimo recomendado, 93%, sendo que, de origem animal, 18%. Nos países desenvolvidos, essa proporção chega a 30%. Vale mencionar que este é um quadro do consumo geral. Existem muitos outros problemas, como a distribuição da renda ou a localização da população que se encontra no quadro rural ou no urbano.

De acordo com estudos realizados no tocante a esse desdobramento, verificou-se que, nas classes de renda mais baixa dos centros urbanos, as deficiências são razoavelmente acentuadas. Cerca de 66% da população do Nordeste, residente nos centros urbanos, estaria consumindo uma proporção bastante inferior aos mínimos recomendados, ou seja, 60 gramas de proteínas, 2 mil unidades de calorias. No entanto, a percentagem restante estaria com um padrão de consumo que se assemelha ao dos países desenvolvidos.

Assim, uma política de alimentação ou uma política que objetive níveis mais elevados de con-

sumo alimentar deverá levar em conta esse aspecto da insuficiência alimentar da população com níveis de renda inferior.

No tocante ao quadro rural, verifica-se, também, que o seu consumo alimentar é superior ao consumo alimentar dos centros urbanos. O que indica que um problema a ser levado em conta, no futuro, no que se refere à questão alimentar, é que ou a população dos centros urbanos terá possibilidade de aumentar seus níveis de renda, de tal modo que possa ingressar no mercado consumidor mais efetivamente, ou teremos de partir para uma política de aumento da produção agrícola, que terá como consequência preços inferiores aos níveis atuais. Isto, do ponto de vista nutricional e da política de preços ao nível do agricultor, cria um tremendo conflito que dificilmente será resolvido, a não ser por meio da modernização e da melhoria do sistema dos serviços auxiliares da produção agrícola, ou seja, da melhoria do processo de comercialização, de tal maneira que se possa proporcionar preços mais elevados ao agricultor, mas, ao mesmo tempo, que se possam oferecer determinados produtos agrícolas a preços mais baratos, ao nível dos consumidores dos centros urbanos.

Fazendo um confronto entre a demanda estimada para 1980 e uma previsão das tendências históricas do crescimento da produção agrícola do passado, verificamos que a demanda de cana-de-açúcar — aqui temos consumo de açúcar convertido em unidades de cana — seria de 34,4 milhões de toneladas, isto é, a demanda de cana-de-açúcar para a produção de açúcar consumido pela região e exportado para o exterior seria da ordem de 34,4 milhões de toneladas. O crescimento previsto desta demanda é de 5,1% — bastante elevado. Mas, mesmo assim, aquelas tendências positivas dos últimos anos, da expansão da produção canavieira no Nordeste, levaria a um excedente de dois milhões de toneladas em 1980.

É preciso advertir-se para o fato de que, se confrontássemos a produção atual de cana-de-açúcar com a demanda de 1980, necessitaríamos ainda de aumentar a produção de cana no montante de cerca de 5,5 milhões de toneladas, ou seja, a produção atualmente existente de cana-de-açúcar necessita ser aumentada ainda de 5,5 milhões de toneladas, sem que isto se possa realizar, contudo, no mesmo ritmo, na mesma intensidade que vem ocorrendo nos últimos anos. Do contrá-

rio, teremos um excedente que, se se materializar, terá de ser, necessariamente, em termos de capacidade competitiva, do aumento da eficiência do setor canavieiro, de tal modo que se possa colocar esta produção excedente nos seus mercados competidores.

Com relação à mandioca, teremos uma produção, em 1980, de 14,6 milhões de toneladas, em confronto com 14,7 milhões, resultando um excedente de 456 mil toneladas de mandioca.

Vale mencionar que o consumo *per capita* de produtos agrícolas no Nordeste, nos próximos anos, crescerá de modo geral, isto é, cada habitante, durante os próximos dez anos, terá possibilidades de consumir quantidades adicionais. No entanto, quando se refere à mandioca, verificar-se-á nos próximos anos, um decréscimo no consumo *per capita* de farinha de mandioca, produto principal derivado da mandioca; ou seja, à proporção que a renda dos consumidores aumenta, há uma tendência para aqueles produtos inferiores, que estavam distorcendo aquela composição da demanda indicada aqui, decrescerem.

E quanto mais esta renda se eleva, maior a tendência para diminuição da proporção de fari-

nha de mandioca. É uma mudança estrutural qualitativa no consumo dos indivíduos. O fenômeno do crescimento do consumo *per capita* de mandioca terá efeito negativo sobre a diminuição da taxa de crescimento da demanda. Associando-se, porém, a esta taxa de crescimento *per capita* do consumo de mandioca estimativas do Banco feitas com base em estudos que vem realizando no tocante ao consumo animal, é possível haver uma mudança no consumo desse produto, ao invés de consumo humano, consumo animal e outras finalidades, especialmente alguns produtos específicos para exportação.

Mesmo assim, teríamos um excedente de 456 milhões de toneladas se as tendências do passado continuassem a verificar-se. De fato, se tivermos possibilidade de aumentar a produtividade da mandioca, poderemos conquistar mercados novos com subprodutos com os quais hoje não temos condições de competir com outros países em face dos níveis de produtividade e rentabilidade da cultura no Nordeste. Quanto ao algodão, a demanda estimada para consumo local, exportações para o exterior e exportação por vias internas, é de 2 milhões de toneladas. Vale lembrar que aproxi-

madamente 20% do algodão que produzimos no Nordeste é consumido na própria região, e que outros 20% são destinados à exportação para o exterior. A percentagem restante, 60%, destina-se ao resto do País.

Isto não significa, necessariamente, que a demanda de produtos agrícolas do exterior se restringisse a 60%. O que tem ocorrido é que as parcelas destinadas à exportação de algodão para o exterior muitas vezes estão condicionadas ao contingenciamento de algodão para as fábricas localizadas no próprio País. Ou seja, a demanda externa pode ter um potencial muito maior do que o índice de 60% apresenta, de modo que a produção de algodão seria de 2 milhões de toneladas e a oferta estimada, segundo as tendências do passado, seria de 1 milhão e 200 mil toneladas, vale dizer um déficit de 775 mil toneladas de algodão em caroço. Existe um problema muito sério, por trás disso, no tocante à questão de produtividade e de qualidade do algodão que, se houver oportunidade, mencionarei posteriormente.

Os estudos de mercado internacional de cacau existentes no momento em que desenvolvemos este trabalho nos levaram à conclusão de que

a demanda estaria no limite de 200 mil toneladas — o cacau em amêndoas — e que a oferta estaria representada por quantidade semelhante, quer dizer, havia um equilíbrio. Em relação ao feijão, algumas estimativas indicam déficit de 42 mil toneladas; milho, 777 mil toneladas. Aqui, contudo, se consideraram certos cálculos que estão sendo revistos e examinados.

Fizemos determinadas estimativas no tocante a esta parcela que se destinaria ao consumo animal, mas que estamos revendo, especialmente em face de nova oportunidade que se apresenta no tocante ao sorgo, como um produto que viria substituir parte do milho para consumo animal. Tendo em vista fenômenos da mais alta produtividade do sorgo, de condições agrônômicas muito mais apropriadas do que as do milho para ser desenvolvido no Nordeste, e outras razões. Quanto ao arroz, teríamos também um déficit de 534 mil; quanto a mamona, 295 mil toneladas. Foram examinados cerca de 38 produtos. Aqui apenas estou mencionando aqueles que representam a parcela mais importante do produto agrícola no Nordeste.

A indagação que normalmente temos de levantar, quando nos voltamos para os aconteci-

mentos futuros da agricultura no Nordeste, é sobre a disponibilidade de terras, temática que vem sendo atualmente muito repetida. Por meio de estudos realizados pelo Dr. Guimarães Duque para o Banco do Nordeste, decorrentes de pesquisas de longos anos, chegou-se a uma estimativa do potencial máximo do uso do solo no Nordeste, sem levar em conta o ano correspondente.

Segundo o Dr. Guimarães Duque, teríamos o total de 37 milhões de hectares que poderiam prestar-se para lavouras; 60 milhões para pastagens; uma reserva correspondente às florestas, cidades, rios, estradas, que de fato absorvem parcela considerável que deve ser destinada a essa finalidade, corresponderia a 38 milhões de hectares. Os aproveitamentos a investigar, especialmente cerrados, cujos estudos já estão tendo início — são aproveitamentos dos quais não se tem absoluta certeza a respeito de sua viabilidade — e terras completamente inaproveitáveis, sem qualquer condição quanto ao limite da tecnologia existente no mundo, correspondem a 1,4 milhões de hectares, ou seja, o total da área disponível no Nordeste, no seu conjunto, é de 154,9 milhões de hectares. De acordo com as estimativas que fize-

mos, no tocante à expansão da oferta para atender àquela demanda indicada neste quadro, em 1980 a área total, com lavoura, seria de cerca de 18,4 milhões de hectares, e as pastagens estariam ocupando 41 milhões e 300 mil hectares. Essa parte de florestas, cidades e rios permaneceria logicamente a mesma. É claro que poderemos, talvez, ocupar algumas áreas e posteriormente utilizá-las como cidades.

Mas, para efeito de cálculo, estabelecemos as reservas mínimas para essas finalidades. Quanto a aproveitamentos a investigar, em 1980, possivelmente já estará mais elucidada esta parte, pois já saberemos muito mais a respeito desses 17 milhões de hectares atualmente desconhecidos do ponto de vista agrônomo. Assim, ao balancearmos a estrutura da utilização da terra no Nordeste, em 1980, teríamos, surpreendentemente, uma reserva disponível de 21 milhões de hectares, sendo que duas observações necessitam ser feitas sobre essas disponibilidades potenciais: a primeira é que não há qualquer conhecimento a respeito dessas áreas, do ponto de vista agrônomo. Não se conhece absolutamente nada. Apenas se sabe que essas áreas estão concentradas, fundamental-

mente, nos Estados do Maranhão, do Piauí e da Bahia.

O que poderemos complementarmente afirmar é que, além da concentração das áreas nesses Estados, cuja vocação agrícola não significa necessariamente um potencial para atender àquela estrutura da demanda que estaremos definindo em 1980, poderá existir a demanda de determinados produtos que nenhuma dessas áreas tenha vocação para cultivar. São, portanto, áreas que poderão prestar-se para determinadas culturas, sem que isto signifique necessariamente um atendimento da estrutura da demanda que se definirá. Isto é importante do ponto de vista agrônômico e de decisão de aumento dessa oferta. Há completo desconhecimento a respeito dela, sobre o que é necessário investigar.

Um tremendo esforço de pesquisa e investigação estará em vista no tocante a essas áreas. O que vai definir, contudo, as diretrizes do desenvolvimento agrícola do Nordeste e da sua modernização é a escassez, a limitação de terras nos Estados. V. Exas. já devem conhecer esta tabela (mostra). Foi apresentada aqui pelo Dr. Juarez Novaes (BNB). Estou apenas rerepresentando esses dados

para aqueles que não estiveram presentes naquela oportunidade. Para enfatizar esse aspecto, é necessário ter consciência muito precisa de que, mais urgentemente, em Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte e, posteriormente, Paraíba e Pernambuco, deveremos partir imediatamente para a modernização e o aumento de produtividade.

O desafio para os próximos anos se referirá a esses Estados com a modernização da agricultura, porque temos algum modo de fazer com que a produção aumente. Podemos aumentar a produção agrícola por meio da incorporação de novas áreas, o que foi chamado de modelo barato do passado. Na verdade, diria que não foi o modelo mais barato, mas o de menor resistência, o mais fácil de ser feito. Não significa que foi o modelo mais apropriado para a expansão da agricultura do Nordeste.

O segundo modo de ampliarmos a produção agrícola do Nordeste seria por meio da irrigação de áreas novas e antigas. A terceira alternativa é o aumento da produtividade de áreas já utilizadas ou áreas adicionais às já existentes, mediante processos mais modernos de sua ocupação e utilização.

A análise, contudo, da situação do desenvolvimento econômico em muitos países — pratica-

mente todos os países subdesenvolvidos têm essa convicção – leva-nos a admitir que não podemos pensar em atingir desenvolvimento autêntico sem se obter aumento da produtividade agrícola. Não há registro de país do mundo que tenha conseguido desenvolvimento econômico global sem que tenha havido desenvolvimento e aumento da produtividade agrícola, de modo que, se quisermos pensar em desenvolvimento autêntico, deveremos convencer-nos plenamente de que o caminho será o aumento da produtividade.

De fato, somente por meio de maior produtividade e do aumento da renda por trabalhador será possível termos excedentes para reinvestir no setor agrícola, e mesmo contribuir para o desenvolvimento industrial ou sustentá-lo, que é o outro lado da moeda, que é o seu complemento, sem o qual ele não se poderá sustentar. Foi por isso que o Dr. José Nicácio procurou chamar a atenção de V. Exas. para o fato de que o crescimento da economia terá como base fundamental as mudanças estruturais no setor industrial. A modernização da agricultura será, portanto, a base fundamental sobre a qual o desenvolvimento econômico se assentará. Assim, é necessário pensarmos bastante nesse problema.

Uma das questões que estamos começando a desenvolver e a esquematizar refere-se à necessidade de se idealizar programas agrícolas, de desenvolvimento integrado, já bastante vulgarizados. Mas é necessário termos uma convicção muito plena a respeito do desenvolvimento integrado e a coragem de considerá-lo como política ou como orientação para o desenvolvimento do setor agrícola.

O programa de desenvolvimento integrado exigirá, por certo, concentração de esforços em determinadas áreas, sob determinados objetivos, fazendo com que se postergue para outras oportunidades a abrangência de áreas fora desses projetos de desenvolvimento integrado. E o projeto de desenvolvimento integrado deve ser considerado de tal modo que se considere igualmente a pesquisa agrônômica do solo na área do projeto.

Não podemos continuar a pensar em pesquisa agrônômica indistintamente, em áreas que não temos em vista, ou sobre as quais não sabemos realmente quais serão os esforços a serem desenvolvidos para que sejam utilizadas. É necessário que maximizemos os recursos no tocante à pesquisa agrônômica. Um critério fundamental e útil

será fazer essa pesquisa nos projetos de desenvolvimento integrado.

Tem-se conseguido em muitos países quebrar certas barreiras quanto às mudanças e à modernização da agricultura. Esses projetos integrados devem prever também a possibilidade de propriedade da terra pelos seus usuários.

O empréstimo fundiário previsto no decreto do PROTERRA poderá ser um complemento a um projeto integrado desse tipo. Por outro lado, a concepção de reforma agrária em curso, em termos de política governamental, poderá ser um caminho para a determinação dos critérios de seleção desses projetos de desenvolvimento integrado.

Devemos conceber também que a modernização exige insumos normalmente não utilizados, insumos chamados modernos e cujo uso implica certas mudanças que necessitam ser estimuladas fortemente. Então, esses projetos de desenvolvimento integrado devem considerar possibilidades de subsídios razoáveis e, conforme o caso, no tocante a insumos não tradicionais, a fertilizantes e a pesticidas. Devem estar também apoiados em serviços que permitam a comercialização adequada, de tal modo que ambos, o consumidor e o

produtor, possam tirar vantagens desse esforço de desenvolvimento.

Vale mencionar também que estamos tentando detalhar algumas novas oportunidades agrícolas, além das aqui mencionadas, em termos de possibilidade de aumento de produtividade. De acordo com pesquisas realizadas no Nordeste — pesquisas nas estações experimentais e testes em campos comerciais, em que há a utilização por parte de agricultores de novas sementes e de novos insumos — verificamos que a cultura algodoeira poderá obter, no tocante ao algodão arbóreo, uma produtividade de 350 quilos em 1980 contra os 278 atualmente registrados. Hoje, do ponto de vista da tendência histórica da produtividade, verificamos qual vinha sendo o comportamento de produtividade de cada um desses produtos, isto é, se tendia a se elevar ou a decrescer. Alguns produtos estão tendendo a decrescer em produtividade, enquanto uns poucos estão apresentando pequenos ganhos anuais.

Os estudos existentes no Banco asseguram plenamente a viabilidade de crescimento da produtividade para o algodão herbáceo. Em face da diferenciação de terras, será possível obter mais 500 quilos desse produto, representando um au-

mento de 41%. E assim subsequentemente. Creio que V. Exas. já examinaram esta tabela (mostra). O fato que podemos destacar é que as estimativas realizadas do aumento da produtividade giram em torno de 30% a 40%. Estudos realizados sobre programas de modernização na agricultura, em muitos países do mundo, implicam seguramente que metas e programas que objetivam a modernização, se não se permitir aumento no mínimo dessa magnitude, poderão fracassar totalmente, porque é necessário que o agricultor tenha de fato ganhos significativos para que possa mudar seus padrões de comportamento do passado e aceitar as inovações introduzidas, que serão caras.

Poderei mencionar, adicionalmente, como oferecendo também oportunidades de aumento de produtividade e de novos ramos agrícolas, as culturas oleaginosas. Temos estudado bastante o caso do gergelim, do girassol e, em menores proporções, o da soja. Os dois primeiros apresentam possibilidades francas e nítidas de que poderão ser desenvolvidos no Nordeste. O Banco do Nordeste, aliás, já está fazendo um teste experimental no Nordeste desses produtos, por meio de importação de sementes da Venezuela, onde se está rea-

lizando amplo programa de difusão dessas oleaginosas. Não é necessário falar sobre os problemas de capacidade ociosa da indústria e, sobretudo, de potencial de mercado existente para esses produtos, internacionalmente e no País.

Poderíamos pensar seriamente também na cultura do sorgo, e já mencionei a mudança da estrutura do consumo animal, em face da vocação regional no que concerne a esse produto. Já estamos pensando no aumento da produção da mamona, uma cultura antiga, mas com possibilidades novas, desde que se consiga obter ganhos significativos com ela. O maior desafio, que talvez apresente grandes perspectivas, refere-se à produção animal.

As taxas de crescimento da demanda de produtos animais — carne de gado fundamentalmente, carne de aves e ovos — são muito elevadas e exigirão um esforço concentrado para obter os níveis de consumo estabelecidos. Mas esse esforço não significa necessariamente que a viabilidade de ampliação da oferta esteja no limite do impossível. Ao contrário, têm-se indicações seguras de que é possível aumentar a produção de carne no Nordeste e, sobretudo, superar os níveis de consumo estabelecidos.

O mercado internacional de carne é um dos mais francos e amplos que existe atualmente. Diz-se que, na realidade, não há limites para quem tenha possibilidade de produzir carne no Nordeste. Talvez haja possibilidade de suprir as proteínas necessárias, para se obter um padrão mínimo de consumo, por meio do desenvolvimento da avicultura que vem apresentando resultados fantásticos e que poderá ser ampliada no futuro. Poderemos ampliar bastante a atividade avícola em muitas zonas urbanas, a exemplo do que está sendo feito nos mais importantes centros urbanos do Nordeste.

Pesquisas existentes indicam que não há qualquer problema de hábito alimentar para o consumo de carne avícola e que se trata de uma atividade indiferente às condições climáticas. Poderemos ter uma atividade contínua, firme, de grande estabilidade com relação à avicultura.

Em síntese, eram estas as considerações que, por enquanto, desejava fazer. Os estudos existentes no Banco dão indicação bastante completa. Aqui fiz apenas uma tentativa de esboço dessas conclusões que, em outras oportunidades poderão ser complementadas (Palmas).



PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO NORDESTE ATÉ 1980

Expositor: Dr. Paulo Lustosa da Costa

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Dr. Paulo Lustosa da Costa.

O SR. PAULO LUSTOSA DA COSTA — A nossa apreciação diz respeito às perspectivas do setor industrial. Gostaríamos, antes de caracterizar efetivamente essas perspectivas, de mais uma vez reforçar a ideia aqui colocada de que o desenvolvimento econômico da região somente poderá ser feito por meio da transformação substancial da sua estrutura econômica.

Essa transformação deverá apoiar-se fundamentalmente no crescimento acelerado do setor industrial. Algumas razões disso já foram devidamente colocadas. Gostaria, embora isso não implique colocação e aceitação de nenhum juízo de valor, que se colocassem em planos secundários os esforços de modernização que deverão ser fei-

tos no setor primário, que talvez apresentem preocupações de política e de mobilização de recursos em proporção considerável, mas que são elementos da experiência histórica de outras nações e elementos de constatação relativamente aos problemas inerentes à economia regional, que, mais uma vez, enfatizam a necessidade, a imprescindibilidade de um crescimento econômico acelerado baseado no crescimento do setor industrial.

Esses elementos são — digamos — o teto máximo de crescimento que o setor primário poderá observar, em se tratando de região como a nordestina, sujeita a irregularidades climáticas. Esse teto máximo é derivado das próprias características da produção dos bens do setor primário e dos problemas relativos ao que se chama inelasticidade da demanda dos produtos agrícolas. Esses produtos agrícolas, como V. Exas. sabem, são sujeitos a um crescimento muito mais lento do que os produtos industriais de modo geral. Outro aspecto desse teto máximo de crescimento diz respeito ao próprio comportamento das exportações de produtos tradicionais primários que, no mercado internacional, são sujeitos a variações contínuas nas quantidades compradas e nos seus preços.

Questão de fundamental importância diz respeito às características que deverá assumir o problema do desemprego na região. V. Exas. podem observar, no quadro apresentado, que, pela estimativa realizada pelo Banco, com base em 1970, o desemprego atualmente estaria em torno de 1,8 milhões de pessoas. A maior concentração desse desemprego ocorria justamente nas atividades não agrícolas, ou seja, nas atividades urbanas, demonstrando a essencialidade, a exigibilidade de um crescimento bastante acelerado das atividades urbanas, muito maior do que o das atividades tipicamente agrícolas. As perspectivas no que diz respeito ao crescimento da mão de obra indicam que, para o futuro, os problemas nos meios urbanos da região nordestina, no que concerne à geração de novas oportunidades de emprego, ainda serão muito mais acentuados e acelerados, como se pôde demonstrar nos cálculos levantados. As atividades agrícolas exigirão a criação adicional de 828 mil novos empregos, enquanto as atividades não agrícolas, tão somente para manter os mesmos níveis atuais de desemprego, exigiriam a criação de cerca de 3 milhões de novas oportunidades.

Outro aspecto há que destacar, qual seja o de reformar essa estratégia de crescimento, apoiado fundamentalmente no setor industrial, levando-se em conta os efeitos político, social e econômico da atividade industrial sobre o processo de desenvolvimento. É importante ainda mencionar o que normalmente tem de ser levantado no que diz respeito ao volume do mercado regional.

Em oportunidade subsequente, poderemos dar uma ideia da magnitude desse mercado, representado por 30 milhões de pessoas atualmente, e que virá a se acrescer de mais 10 milhões durante a década. Outro elemento fundamental que apoia essa estratégia são os recursos naturais da região. Pelo levantamento realizado no estudo de mineração, a expressão mineral do Nordeste é bem mais significativa do que a expressão mineral do País, o que demonstra haver boas oportunidades nesse campo, desde que ainda não se complementaram os levantamentos básicos de minerais na região para uma expansão bem mais acelerada apoiada nessa vantagem local.

Os minerais estratégicos do Nordeste apresentam uma vantagem significativa, inclusive sobre o restante do País, principalmente os minerais

como petróleo, tungstênio etc. Estas são as rápidas considerações que gostaríamos de fazer sobre a imprescindibilidade da mudança estrutural da economia nordestina, que se deverá apoiar fundamentalmente num crescimento industrial acelerado.

Esse crescimento acelerado pode ser expresso pelas magnitudes agora apresentadas do que se espera e se estima em termos de taxa de crescimento no setor industrial. Esse setor compõe-se de quatro classes distintas de indústrias. A indústria de transformação, a mais ponderável, a mais significativa, a indústria da construção civil, a indústria extrativa mineral e os serviços industriais de utilidade pública. No caso das contas nacionais brasileiras, inclui-se nesse último ramo industrial tão somente a indústria de energia elétrica. As modificações que se preveem para a região nordestina, no que diz respeito àquele elemento fundamental do seu setor industrial, ou seja, a sua indústria de transformação, acham-se aqui caracterizadas.

Pelo que se pode observar, os bens de consumo que representavam 74% da oferta industrial, em 1958, diminuirão a sua participação relativa para 39%, enquanto os bens intermediários elevarão a sua participação de 25% para 52%, em 1980.

Significa dizer que toda orientação do processo industrial até agora levada a efeito apoiou-se fundamentalmente na exploração das vantagens locais da região, isto é, nos recursos minerais e na exploração dos recursos de natureza agrícola, no caso, a grande expansão da indústria têxtil.

Essa modificação substancial deverá ocorrer no que diz respeito à produção de bens de capitais e com ênfase maior na produção de bens de consumo durável. Mesmo sem se querer fazer uma avaliação daquilo que ocorreu, em termos de industrialização no período inicial da SUDENE, de 1958 a 1968, a base da produção de bens de consumo durável e de bens de capital multiplicou-se cinco vezes, representando praticamente a consolidação e a criação de novo gênero industrial.

Essa modificação industrial, aqui também representada em termos de indústrias tradicionais e dinâmicas, vem chamar a atenção para um ponto. Por que é fundamental, essencial, essa modificação na composição da oferta industrial, em termos de indústrias tradicionais e dinâmicas? Porque essas últimas, pelos seus requisitos de matéria-prima, pelos seus requisitos de insumos de toda ordem, pelos seus requisitos de serviços e por uma série

de outros requisitos do seu processo produtivo, apresentam efeitos que os economistas caracterizam como efeitos diretos e indiretos, efeitos para frente e para trás, muito mais acelerados que as indústrias tradicionais, ou seja, essas indústrias dinâmicas apresentam crescimento muito mais rápido e uma parcela de criação de renda muito mais significativa que as tipicamente tradicionais. É esta, portanto, a magnitude do esforço que se pretende realizar durante a próxima década, no que se refere à transformação do setor industrial, ou seja, a modificação substancial na oferta do setor industrial, notadamente na sua indústria básica, que seria a de transformação. Até que ponto as taxas aqui expressas — indústria de transformação, 13% a 15% ao ano; indústria de construção civil, 14% a 15%; extrativa mineral, 13% a 14%; energia elétrica, 15% a 16% — são viáveis?

Os levantamentos que realizamos e a análise do comportamento da indústria de energia elétrica indicam que nos últimos anos, de 60 a 70, a produção dessa indústria cresceu a uma taxa de 12,8, arredondando 13% ao ano. A expansão, durante os anos de 60 a 70, foi de 13% ao ano. Essa expansão implicou aumento da capacidade gera-

dora da região Nordeste de 1.000 Mw para 4.111 Mw, ou seja, fez com que a participação relativa do Nordeste crescesse de 5% para 8%, demonstrando conseqüentemente que a infraestrutura na região, principalmente na parte de energia elétrica, cresceu a taxas bem mais aceleradas do que a ocorrida no País.

Em termos de consumo, em nível de 1960, o consumo *per capita* de energia elétrica na região era de cerca de 45Kw/hora/habitante/ano, crescendo esse consumo de cerca de 3,7 vezes durante os últimos 10 anos, passando a 130Kw/hora/habitante ano. Isto dá uma demonstração do dinamismo da indústria de energia elétrica na década que ultrapassamos, e as novas exigências no que diz respeito a um crescimento em torno de 15% para o setor industrial, a um crescimento bastante acelerado das populações urbanas e, conseqüentemente, da indústria da construção civil e quanto à própria modernização da agricultura, implicando essa modernização avanço bastante grande da eletrificação rural. Tanto a experiência passada como o comportamento desses novos elementos garantirão sobejamente o atendimento dessa taxa prevista.

Basta mencionar que um Grupo de Trabalho, criado pela ELETROBRÁS para analisar qual deveria ser a expansão da oferta de energia elétrica para a região nos próximos anos, numa primeira apreciação, chegou à conclusão de que para atender à demanda prevista, de 70 a 74, a produção deveria crescer a uma taxa de aproximadamente 19,8% ao ano. É oportuno ainda que se mencione que nos países, para os quais se conta com alguns elementos básicos, a elasticidade da demanda de energia elétrica é em torno de 3%, ou seja, se a renda *per capita* cresce a uma taxa de 5% ao ano, o crescimento da taxa de energia elétrica deverá ser, no mínimo, em torno de 15% ao ano para atender a esse requisito de crescimento da demanda.

No que se refere ao crescimento esperado pela indústria da construção civil, esse crescimento deverá apoiar-se no comportamento do movimento de população na região, onde teremos modificação substancial dos seus componentes, ou seja, se nos dias atuais a população urbana representa cerca de 40% da população total, esse percentual deverá atingir cerca de 50% por volta de 1980.

Isso necessariamente acelerará, ainda em maior magnitude, o déficit habitacional presente

hoje na região nordestina, que atinge cerca de 40% dos domicílios existentes. Em estimativa preliminar, calcula-se que o deficit habitacional para 1980 deveria atingir cerca de 1,5 milhões de habitações. Então, esse crescimento para a construção civil se apoia não só nesse comportamento das populações urbanas, nessas novas exigências de habitação, nesse deficit habitacional mencionado, como, por outro lado, digamos, na oferta, com um esquema financeiro hoje montado e de bastante significação, que vem provando o seu adequado funcionamento nos últimos anos.

Apoia-se também num crescimento esperado da indústria de transformação, pois, pela análise que se fez do investimento total dos projetos industriais aprovados, cerca de 22% desses investimentos se destinam a financiar as construções civis e a instalação dos projetos. Apoia-se ainda no comportamento que deverão apresentar os recursos das infraestruturas da região, em virtude das novas exigências do sistema de transporte, eis que re presenta um componente da indústria da construção civil.

Quanto à indústria extrativa mineral, é de se observar que nos últimos anos — 1966 a 1968 — o

seu crescimento foi de 16% aproximadamente. E que o componente de maior significação, no caso a produção de petróleo, de 1959 a 1968, cresceu a uma taxa de 13,3% ao ano. Então a taxa prevista de 13% a 14% está mais ou menos dentro das tendências passadas, justamente pelo grau de acaso no comportamento dessas explorações minerais. Mencionamos que no estudo que realizamos, na parte da indústria extrativa mineral, levantamos quatro grandes oportunidades a serem desenvolvidas.

Alguns projetos industriais aprovados para essas áreas visariam à montagem de alguns complexos minerais na região, como o complexo mineral químico, em Sergipe, à base da produção de potássio bromometálico e sintemagnésiano; o complexo petroquímico da Bahia, inclusive também com complexo de fertilizantes à base de amônio-ureia existente naquele Estado; o complexo mineral-químico de produção de soda e cloro de Alagoas e, ainda, no Rio Grande do Norte, o complexo salino-mineral. Então, esses elementos garantem a consecução das taxas previstas para a indústria extrativa mineral.

No que diz respeito à indústria de transformação, pudemos, em oportunidade anterior, fa-

zer uma apreciação das modificações que viriam a ocorrer. As principais modificações qualitativas se acham aqui registradas. Só os impactos diretos dos projetos industriais aprovados — somente a título de revisão dessas informações mencionadas anteriormente — até junho de 1975 garantirão à região nordestina um crescimento à taxa de 15% ao ano. Até que ponto serão viáveis essas taxas, com base em constatações presentes do que vem ocorrendo? A Fundação Getúlio Vargas utiliza um instrumento de controle do ritmo de crescimento da economia, que é uma sondagem da indústria de transformação, em que ela fez uma amostragem dos vários polos industriais do País para verificar qual a taxa de crescimento da indústria de modo geral. Na sondagem da indústria de transformação, a região nordestina utilizada para caracterizar esse ritmo de crescimento foi o Estado de Pernambuco. Pelos cálculos dessas sondagens, de 1968 até 1970, o crescimento da indústria de transformação do Estado de Pernambuco foi de 9,5% ao ano. Outra observação que merece destaque é que, de 1967 a 1968, a variação da produção industrial no Nordeste como um todo atingiu o índice de 11,4% ao ano.

Outro aspecto refere-se ao levantamento que fizemos de todos os projetos aprovados pela SUDENE e já em funcionamento. Procuramos medir o seu impacto sobre a estrutura de 1968 e chegamos à constatação de que, se estivessem funcionando com sua plena capacidade, o crescimento, de 1968 a 1970, seria em torno de 17%. Mesmo admitindo que essa utilização só fosse em torno de 75%, esse crescimento ainda atingiria o índice de cerca de 13,2%. Isso bem demonstra que, afora aquelas modificações qualitativas que ocorreram no setor de indústria de transformação, a região estava praticamente à beira da falência.

Hoje, entretanto, revendo documento básico, elaborado pelo Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste, sobre uma análise da perda de posição relativa da indústria têxtil e da situação crítica em que ela se encontrava naquele ano, além das modificações qualitativas que consolidaram o parque industrial nordestino nesses últimos anos — esse parque preexistente deu possibilidade a que ocorresse novo crescimento.

Essas taxas de crescimento são viáveis, em parte, por essas constatações levantadas, mas elas por si sós não garantiriam o que se estima para os

próximos anos. Há uma série de recomendações básicas que deverão ser levadas a efeito para assegurar o crescimento industrial previsto. Dessas recomendações, prioritariamente, consideramos a consolidação dos investimentos industriais aprovados. Essa consolidação deverá estar representada por uma atuação bastante significativa na área de recursos financeiros, na área do 34/18, na área de financiamento bancário, na área de financiamento externo, na área de recursos de poupanças internas da região e na área de investimentos diretos estrangeiros.

Além das preocupações básicas no que diz respeito aos recursos financeiros, alinhamos também, dentro dessas recomendações prioritárias, as preocupações no que diz respeito ao treinamento e à assistência técnica. O que se tem constatado é que nenhuma empresa industrial é autossuficiente. Ela necessita, para sua operação adequada, de uma gama bastante variada de serviços industriais funcionando a contento. Algumas dessas fábricas às vezes se instalam, mas a própria falta de tradição industrial na região não garante que ela se beneficie da transferência do conhecimento tecnológico. Considerando que o parque nordestino

ainda é de proporções muito pequenas, aquelas possibilidades de transferências de tecnologia, de uma empresa a outra, pela própria mudança do operário de uma fábrica para outra, em um determinado setor industrial, permitiria a assimilação de uma série de técnicas modernas.

A inexistência dessas técnicas num processo industrial novo é que exige um esforço bastante grande quanto à assistência técnica. O Banco está procurando antecipar-se na concretização dessa recomendação, por meio dos contatos que está mantendo com a UNIDO, para a instalação de uma agência de assistência técnica aos empresários da região. Outra área também de grande preocupação diz respeito à qualificação de recursos humanos, notadamente na área de administrador de alto nível, na área de preparação do empresário, na área de reciclagem de conhecimento dos empresários.

Para essas áreas específicas, o Banco igualmente se antecipou, em algumas recomendações, procurando transformar o Centro de Treinamento e Desenvolvimento Econômico, o CETREDE, que funciona em Fortaleza, não só em um órgão de preparação de pessoas para elaboração e avaliação

de projetos industriais, mas também de formação de executivos na área de administração mercadológica, de administração da produção, de administração financeira etc.

Além dessas duas recomendações para a consolidação dos investimentos industriais aprovados, propõe-se a transformação do Programa de Desenvolvimento Industrial da região num agressivo programa de promoção industrial. Para isso, já se esquematiza uma agência de promoção industrial, que deverá cumprir uma série de programas básicos, programas de suporte ao desenvolvimento industrial especificamente.

Outro aspecto a mencionar é o dos benefícios espaciais. Quanto às recomendações propostas para o setor industrial, procuramos compatibilizar as metas previstas para esse setor com os grandes objetivos da política de desenvolvimento regional. Procuramos fazer essa compatibilização em nível de três grandes agregados: em nível de mercado, em nível de geração de emprego e a nível de especialização dos benefícios.

Gostaria de tecer algumas considerações em nível de mercado. Antes, porém, desejaria rapidamente fazer uma pequena observação sobre re-

ursos financeiros. Numa primeira estimativa que realizamos quanto às necessidades de disponibilidades de recursos financeiros, fizemos uma divisão dessa análise em dois períodos com relação à necessidade de disponibilidades de recursos financeiros até 31 de dezembro de 1970. Já que, como mencionamos, os projetos industriais aprovados nesse período garantiriam um crescimento de 15% até 1975.

Então procuramos estudar qual o ponto que esse crescimento dos próprios projetos já aprovados poderia ser garantido no que diz respeito a recursos financeiros. Chegamos à conclusão de que, em face da necessidade de reavaliação e atualização dos investimentos industriais já aprovados, em 31 de dezembro de 1970, já teríamos um déficit em torno de 1 bilhão de cruzeiros no que se refere a recursos do 34/18.

Para o período subsequente, consideramos duas hipóteses alternativas. Trabalhamos com as disponibilidades de recursos de 1971 a 1975, admitindo que somente os projetos aprovados durante esse período garantiriam a taxa de crescimento do setor industrial até o final da década, já que consideramos que um projeto levará de três

a cinco anos para entrar em operação. Então, de acordo com as nossas estimativas, o déficit previsto nessa primeira hipótese, considerando apenas as disponibilidades de recursos até 1975, em face da necessidade de cobertura do déficit verificado até 1970 e da atualização de alguns investimentos que ainda estão sendo implantados e de novos financiamentos para o período 76 a 80, seria de 3 bilhões de cruzeiros. Outra hipótese que admitimos foi a de, em vez de considerarmos a disponibilidade de recursos de 71 a 75, consideramos o período de 71 a 77, já que o recurso orçado em 77 só estaria disponível em 78. Consequentemente, haveria um prazo mínimo para que a empresa, ainda que estivesse recebendo recursos em 78, pudesse, até o final da década entrar em funcionamento e gerar seus frutos em termos de crescimento industrial.

Por essa estimativa, admitindo a disponibilidade de recursos de 71 a 77, teríamos um déficit da magnitude de 1 bilhão de cruzeiros para o financiamento do setor industrial. Já sondamos uma série de possibilidades de cobertura desse déficit. Inclusive uma delas seria a redução da participação média de recursos por projeto, do

nível de 43% para, digamos, 30%. Seria uma das alternativas.

A segunda poderia ser a ampliação de uma série de projetos a serem realizados, por meio de melhor utilização do mercado de poupanças particulares regionais, ou seja, mediante a utilização do mercado de papéis, do mercado de capitais. Esse esquema poderia funcionar da seguinte maneira: o Banco do Nordeste iniciaria uma operação de *underwright* e, por meio dela, anteciparia os recursos obtidos com o lançamento de ações na Bolsa. Isso poderia permitir cobrir alguns desses deficit no caso de projetos de implantação.

Há outra alternativa na qual se poderia pensar também, que é a da criação, patrocinada por uma entidade financeira nacional, digamos, o BNDE, de fundo de investimento formado por um conjunto de boas empresas já consolidadas na região. As ações seriam lançadas por meio desse fundo, que poderia permitir a geração de recursos para o financiamento dos novos projetos industriais. Temos outra sugestão nessa área específica. Já começamos a realizar esse trabalho. Estamos procurando trazer missões estrangeiras ao Nordeste e interessá-las nos projetos existentes.

Elas partiriam para associações com capitais regionais, principalmente naquelas áreas de matérias-primas estratégicas para alguns dos grupos industriais estrangeiros e efetuariam a exploração dessas matérias-primas. Algumas outras empresas viriam, por meio dessas associações, explorar algumas linhas de produção de bens duráveis e de bens de capital na região. Poderiam também fortalecer o polo de exportação de produtos industriais da região, trazendo nova tecnologia, não só no que diz respeito à produção como também à experiência, em termos de mercado internacional. Há uma série de outras medidas que dizem respeito a créditos externos, visando a aumentar o volume do crédito de repasse, quer dizer, criando uma oferta maior de financiamentos externos, no que se relaciona à área de recursos financeiros. Portanto, há possibilidade, dentro de um esquema de promoção de investimentos bem dirigidos, de que possa ser coberto o déficit previsto para os recursos financeiros 34/18, desde que não se alterem as tendências referentes à própria ação desses benefícios para os anos futuros. Havíamos procurado comentar a compatibilização das metas de crescimento do setor industrial com os gran-

des objetivos do desenvolvimento regional, bem assim com os objetivos de viabilização desse processo de crescimento industrial.

Há uma dúvida sempre levantada, sobre até que ponto o mercado regional responderia de maneira correta, dinâmica e precisa a essa nova oferta de produtos industrializados. Aqui se mostra em princípio como se vem expandindo o mercado para manufaturados na região. Se de 1958 a 1968 a taxa de crescimento do mercado nordestino de manufaturados foi em torno de 5%, 5,5% ao ano, significa dizer que a demanda por produtos manufaturados vem crescendo 40% acima da demanda geral por habitante. Isso dá uma ideia, mais uma vez, da taxa dinâmica que procurávamos mostrar do crescimento econômico da região apoiado num processo de industrialização intensivo. Houve, portanto, um crescimento bastante acelerado.

O esquema de incentivos, no entanto, de certa maneira, chegou tarde, inclusive poderia ter-se antecipado mais. Se isso tivesse ocorrido, os frutos desse dinamismo do setor industrial teriam sido melhor aproveitados e propiciado crescimento mais acelerado à região, bastando mencionar que

as importações de produtos manufaturados, que representavam 39% da demanda interna desse produto, passaram para 52%, dando uma demonstração de que a demora no início do processo de industrialização na região fez com que não pudessemos ter aproveitado essa boa margem apresentada pelo próprio dinamismo no mercado regional.

Para comprovar isso, basta mencionar que a taxa de crescimento das importações foi de 9,5% a 10% ao ano enquanto que a produção regional cresceu em torno de 5% ao ano, o que dá uma ideia bastante patente de como o mercado regional tem sido dinâmico. A experiência histórica tem demonstrado para a América Latina, assim como os modelos que têm sido elaborados do crescimento do setor industrial, que a demanda vem crescendo em torno de 40% acima da demanda geral por habitante.

Há outro aspecto particular: o processo de crescimento da região nordestina não se procurou dirigir para o que normalmente tem sido mencionado, ou seja, a substituição de importações; simplesmente partimos do princípio de que não há dentro do sistema econômico nacional essa suposta estagnação de mercados. Esse quadro (mos-

tra), da composição dos projetos aprovados pela SUDENE, demonstra que as indústrias tipicamente produtoras de bens intermediários, principalmente os industriais químicos — aqui a petroquímica — e minerais não metalúrgicos são responsáveis por 53% dos investimentos aprovados. Isso demonstra que o processo se orientou inclusive para o aproveitamento das potencialidades regionais.

A própria orientação desses investimentos não implicou qualquer problema no que diz respeito a mercado específico — poderia ter ocorrido, desde que anteriormente não se conhecia a dinâmica do mercado regional — nem tampouco se orientou para substituição de importações como se previa.

Antes, o mercado se orientou fundamentalmente para o aproveitamento dos recursos regionais, para a produção de alguns bens, cuja oferta é insuficiente no mercado nacional, como é o caso do setor metalúrgico, em que a produção de aço, se o Governo Federal não criar urgentemente estímulos e conseguir recursos para uma ampliação bastante acelerada nos próximos anos, virá a apresentar déficit que estrangulará todo o processo de crescimento da economia nacional. Então, no ramo da metalúrgica, que é o da produção de aço

laminado, de alumínio, de cobre, de ferroliga — inclusive a região nordestina exporta 70% dessa produção — fica evidenciada a orientação do processo para aproveitamento dos recursos naturais e para o atendimento às necessidades nacionais.

Outro aspecto que ainda se menciona sobre mercado diz respeito à característica de muitos empreendimentos que se estão montando na região, porque são nacionais ou multinacionais. Esses mesmos empreendimentos, sem qualquer orientação, estão procurando especializar as fábricas em determinadas linhas de produção. É o caso, digamos, de uma fábrica produtora de eletricidade industrial dedicar-se exclusivamente à produção no Nordeste de velas e componentes de velas, ou o de uma fábrica produtora de fios que passe a produzir só um tipo de cabos e fios na região, deixando para outra fábrica do Centro-Sul do País o resto da produção. Essa fábrica atenderia a todo o mercado regional, como é o caso da produção de componentes de lâmpadas, hoje já exportadas da região por meio da Philips. Essa é a orientação do processo.

Há ainda possibilidades de integração de uma série de setores industriais no Nordeste,

como, por exemplo, a integração da indústria têxtil algodoeira com a de produção de fios e fibras sintéticas; a própria integração dessas indústrias com a de vestuário; a integração da indústria de couros e peles com a de calçados. O próprio processo autoalimentado da indústria petroquímica tanto cria oportunidades no sentido, digamos, para frente e para trás, como cria oportunidades de novas indústrias, no que diz respeito a seus requisitos de insumos, e oferece oportunidade para instalação de outras indústrias que forneçam matéria-prima à sua linha de produção.

Então, de modo geral, se a região crescer à taxa de 10% ao ano, o crescimento que se espera — caso se admita que a experiência histórica do País é significativa — do mercado regional poderá atingir cerca de 14% ao ano, não representando, sob hipótese alguma, limitações em termos globalizados. Pode ocorrer que algum produto específico apresente alguma limitação, mas em níveis globalizados essas limitações não deverão ocorrer. Outro problema diz respeito a empregos.

Há algumas discussões quanto à geração de empregos no processo de industrialização regional. As observações que devem ser feitas se re-

ferem, primeiramente, como foi demonstrado, à maior aplicação de recursos na região, em termos de projetos industriais, muitos dos quais já entraram em funcionamento e começaram a gerar seus efeitos. Essa aplicação de recursos ocorreu, normal e precisamente, nas indústrias tradicionais. E a indústria têxtil foi a maior responsável pela apropriação desses recursos. O próprio programa de reequipamento e modernização da indústria têxtil, um programa acelerado de salvamento dessa indústria, implicou que aparentemente houvesse redução de empregos. Digo aparentemente porque se o programa de modernização não se iniciasse como se iniciou, os empregos existentes hoje na indústria têxtil, praticamente todos eles, com raras exceções, teriam desaparecido.

Não fora o urgente programa de modernização na indústria têxtil responsável pela maior parte da criação dos empregos no Nordeste, esses empregos não teriam sido mantidos. Nisso se deve levar em conta que a transformação qualitativa da indústria implicou manutenção de um nível bastante significativo de emprego.

Aqui (mostra) uma estimativa preliminar, ainda sujeita à qualificação, quanto aos empregos

a serem criados durante a década pelos setores industrial, de serviços e agrícola. Pelos cálculos levantados, os empregos diretos do setor industrial, considerados como um todo, seriam da ordem de 600 mil, sendo que os empregos indiretos gerados a partir da indústria de transformação e da indústria extrativa mineral e de energia elétrica atingiram 1 milhão e 200 mil. No que diz respeito a serviços, as novas atividades de turismo, o desempenho que deverão observar os programas de educação e de saúde poderão criar cerca de 600 mil empregos diretos.

Então, o total de empregos não agrícolas seria da magnitude de 2 milhões e 400 mil novas oportunidades. O setor primário poderia criar, no período, cerca de um milhão e duzentas mil novas oportunidades. Pelo levantamento feito, com base no Plano de Integração Nacional, este poderia contribuir, por meio da transferência dos programas de colonização, com cerca de 700 mil novas oportunidades para o Nordeste.

Dessa maneira, considerando que os atuais desempregados e as novas pessoas que atingirão a idade de trabalho somam 5 milhões e 400 mil pessoas, e que a oferta total de emprego na década-

da será de cerca de 4 milhões e 300 mil oportunidades, haverá, ao final da década, 1 milhão e 100 mil desempregados. Esse desemprego funcional é admitido em todas as economias de mercado e gira em torno de 5% a 6% do total da força de trabalho. Assim, esse desemprego funcional admitido seria da ordem de 600 mil pessoas, admitindo as flutuações normais de desemprego, isto é, os desempregos cíclicos, etc. Teríamos, então, uma faixa de desemprego declarada de 500 mil pessoas. O que representará esse esforço de criação de empregos nos próximos anos? Representará uma redução do desemprego atual, estimado em cerca de 18% da força de trabalho para a metade, ou seja, o desemprego atual será reduzido de aproximadamente 50% até o final da década.

O último aspecto que deveria mencionar diz respeito à especialização dos benefícios. Há um problema bastante sério no que se refere ao comportamento ou à distribuição dos benefícios em termos espaciais. Parece que, quanto às dúvidas levantadas, alguns casos não apresentam um quadro tão dramático como, às vezes, tem sido suscitado. Os dados oficiais da indústria de transformação, a mais ponderável do setor industrial,

indica que, de 58 a 68, os Estados que apresentaram mais alto ritmo de crescimento industrial na região nordestina foram, pela ordem, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. Todos eles ultrapassaram a taxa média verificada para a região nordestina. Efetivamente, entre os Estados menores, os que teriam uma taxa mais baixa seriam os Estados de Sergipe e Maranhão. Mas esse quadro demonstra que, de 58 a 68, as coisas não foram tão negras, em termos de distribui o espacial dos benefícios, como normalmente tem sido levantado. Quais são as perspectivas para o futuro de especializa o dos benefícios?

Em termos de perspectiva, pela nossa estimativa de impacto direto dos projetos, nenhum Estado apresentar  taxa de crescimento industrial inferior a 10% ao ano. Isso significa, mais uma vez, que o esquema de incentivos fiscais, montado com o objetivo de resolver problemas em nível regional, chegou a funcionar, mesmo que não representasse um esquema dirigido para corrigir disparidades inter-regionais. Ou seja, se fosse objetivo do Governo Federal têm conseguir uma redu o sensível das disparidades regionais, então as recomenda es, as orienta es, o esquema de

política econômica deveria ser totalmente distinta para a consecução desses objetivos.

Se queremos aumentar substancialmente a base industrial do Estado do Piauí, em termos de participação relativa do Nordeste, considerando-se as características de base física, o tamanho de mercado da Bahia, as próprias características do Estado de Pernambuco, em termos de tamanho de mercado, ou em termos de nível de renda, a direção dos investimentos procuraria essas áreas onde as economias internas, de localização, de aglomeração, seriam mais significativas. Caso fosse pretensão corrigir essa maior direção dos investimentos, não para o Estado de Pernambuco, cuja taxa de crescimento será uma das mais baixas a ser esperada nos próximos anos e fará, inclusive, com que sua participação relativa, que é de cerca de 41%, em nível de 68, caia para 32%, e a participação relativa da Bahia passe de 22% a 32,8%. Isso significa que a Bahia crescerá a uma taxa duas vezes maior que a do Estado de Pernambuco. Mas, se se pretender política de modificação dessa composição industrial, fazendo com que o Estado do Piauí, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte aumentem fundamentalmente a sua base

industrial, então, recomendações específicas para atingir esses objetivos poderiam ser formuladas.

A título de sugestão, colocaríamos algumas recomendações específicas para melhorar essa distribuição especial nos próximos anos. Aqui é importante mencionar que poderíamos considerar a área da Bahia à Paraíba, já que nesse dado do Estado de Sergipe não se inclui o projeto de potássio, pois ele ainda não foi devidamente elaborado, cujo valor agregado representará a duplicação da produção industrial daquele Estado, nem tampouco os de sintonio-magnésiano e bromo-metálico. No Estado de Alagoas também não se incluem outros projetos específicos.

Se considerarmos esses novos projetos, poderemos admitir que as áreas de Pernambuco e da Bahia representarão uma área contínua de desenvolvimento industrial, ou seja, aquilo que o Dr. Rómulo de Almeida chamou de polo linear de desenvolvimento industrial. Assim, nossos grandes problemas estarão justamente nesta área do Maranhão e do Piauí, fundamentalmente. Para esses Estados, onde a própria ação de recursos não foi suficientemente adequada — não sei se é pretensão do Governo Federal a redução substancial das

suas disparidades — sugerimos medidas que deveriam ser profundamente agressivas, de efeitos significativos para essas áreas.

Até aqui não definimos se seria viável a instalação de um distrito internacional de industrialização nessa área, tipicamente voltado para a exportação. Por que não estudar a viabilidade de concessão para o Piauí e Maranhão de incentivos aos custos de processamento das indústrias? Os incentivos fiscais existentes são às custas de implantação dos investimentos industriais e não às custas de processamento. Por que não se dá, como se faz na Itália, tarifas especiais de energia elétrica? Por que não se faz com que o resto do País subsidie os altos encargos sociais sobre a mão de obra? Por que não criar margem preferencial para as compras do setor público, pelo menos para as indústrias que aqui estiverem instaladas? Poderíamos ir mais adiante, chegando ao extremo de uma sugestão, cuja responsabilidade é pessoal. Já que a representatividade disso que vou colocar para os outros é tão diminuta e o problema nessas áreas é tão significativo, por que não se pensa na possibilidade, já que o Imposto de Circulação de Mercadorias incide diretamente sobre os consu-

midores, de se estudar a viabilidade de que referido imposto, pago pelos produtos industriais, que saem das fábricas, em São Paulo, e demandam o Centro-Sul; por que, repito, não se estudar a possibilidade de que esses impostos sobre essas importações de produtos industriais de Estados mais adiantados não revertam, em termos de receita, para o fomento do desenvolvimento industrial do Nordeste como uma fonte adicional de recursos? Por que não se faz isso? Se se pensa em soluções efetivas, agressivas, reais para o problema, teria de ser ele enfrentado com uma posição bastante definida nessas áreas.

Gostaria de mencionar ainda outro aspecto. Acredito que os recursos postos à disposição, no que diz respeito a programas de pequenas e médias indústrias, preferencialmente, nesses Estados deveriam representar maior parcela. Ainda mais, dentro do esquema do PROTERRA, as agroindústrias, as indústrias de fertilizantes, as indústrias de produção de rações para aves e bovinos e outras já consideradas, que se implantassem nessa área, deveriam receber prioritariamente os recursos disponíveis do PROTERRA. Então, colocamos aí uma série de sugestões que deveriam ser — já que

essas sugestões fogem, digamos assim, do escopo de um trabalho dessa natureza, pois são tipicamente políticas — melhor analisadas, para se ver até que ponto são viáveis.

Portanto, como considerações finais, gostaríamos de dizer que procuramos frisar, como ponto fundamental desta exposição, a imprescindibilidade de demonstrar que o crescimento industrial, pela sua própria natureza, e a experiência o demonstra em todas essas áreas, antecipa as transformações estruturais no setor primário. Demonstramos a magnitude do esforço a realizar. As comprovações existentes mostram a viabilidade desse esforço. Por outro lado, mostramos também que, para assegurar esse esforço, deveria ser tomada uma série de recomendações. Mostramos, ainda, que esse esforço de industrialização não é de modo algum incompatível com os grandes objetivos de desenvolvimento regional, de redução de disparidades e de geração de emprego, e é perfeitamente viável em termos de mercado.

A título de conclusão, sobre mercado, queria dizer que o parque industrial nordestino nada representará, em nível de 1980, de prejuízo para o industrial do País como um todo, já que a sua

participação relativa não será de tanta envergadura e significação. Estas são as considerações que gostaríamos de fazer.

Agradeço a paciência de V. Exas. (Palmas).



DISCUSSÕES

O SR. PRESIDENTE — De acordo com a lista de oradores inscritos para inquirir os Srs. Convidados, dou, em primeiro lugar, a palavra ao Deputado Antônio Florêncio. Faria um apelo ao nobre colega para se cingir àquele nosso prazo de cinco minutos, não só pelo adiantado da hora, como também porque S.Sas. estão comprometidas com outros afazeres.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO FLORÊNCIO — Considerando o apelo do nosso Presidente, serei bastante sucinto. Realmente os dados que nos trouxeram S.Sa. confirmam aquilo que já esperávamos, ou seja, que o quadro industrial do Nordeste não é muito animador. Muita coisa terá que ser adicionada de maneira extra àquilo que tinha sido previsto até então, para que realmente se possa atingir a situação em que se encontra o resto do País. Vimos, por exemplo, que teremos de crescer à taxa muito superior à do Brasil, para podermos recuperar, pelo menos, 50% do seu poder aquisi-

tivo. Não quero entrar em maiores considerações, porque todos entenderam perfeitamente o que foi aqui representado. Gostaria, porém, de saber se na previsão de um aumento no setor industrial de 15% foi levada em consideração pelo Banco do Nordeste a redução nos recursos dos incentivos fiscais, que agora foi de 20%.

O SR. PAULO LUSTOSA DA COSTA — Os cálculos apresentados já deduzem os 20% relativos ao PROTERRA. A única menção que gostaríamos de fazer diz respeito à estimativa das disponibilidades de recursos com base nas tendências verificadas até hoje, ou seja, modificações que possam ocorrer na apropriação de recursos por parte de reflorestamento, turismo e pesca, que talvez alterem essas estimativas. Então, é preferível ter cautela quanto a esses recursos e trabalharmos com certa margem de segurança em termos de déficit, que, talvez, possa acentuar-se um pouco mais do que aquele mínimo. Quer dizer, ficaria naquele intervalo de um a três, como foi considerado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO FLORÊNCIO — Vimos que, no setor da agricultura, tendo em

vista as medidas tomadas pelo Governo central, provavelmente poderemos atingir, até com certo superávit, as previsões feitas pelos técnicos. Mas consideramos quase inatingíveis, mesmo pelos dados apresentados, os índices indicados para o setor industrial, porque, além dos recursos previstos por meio dos incentivos fiscais, necessitaríamos de uma quantidade imensa de recursos de outras origens. Sabemos, por exemplo, que o Banco do Nordeste já chegou a conseguir, em fontes internacionais, quantias apreciáveis de recursos, mas que não houve tomadores na região, ou seja, nenhum industrial, ou empresário da região, animou-se a receber esses recursos para utilizá-los na implantação dos seus projetos. Como pensa V.Sa. utilizar esses recursos de origem estrangeira? Com toda certeza seria mediante empréstimos, com juros mínimos, mais a correção monetária, como sempre ocorre nos casos de empréstimos estrangeiros.

O SR. PAULO LUSTOSA DA COSTA — Quanto ao primeiro aspecto da pergunta formulada, essa disponibilidade de recursos no Banco não foi utilizada de imediato e agora começa a ser aplicada de maneira mais significativa pelo

empresário, porquanto não havia essa perspectiva no que diz respeito aos recursos do 34/18, embora fosse demorada essa captação, que poderia ocorrer, mas não a preços tão altos para projetos industriais. Então, o preço dessa captação, em termos de custos de processamento, não seria tão significativo como os custos de financiamento industrial de imediato. Com a perspectiva de boas disponibilidades de recursos do 34/18 naquele período, houve, por algum tempo, certa ociosidade em alguns recursos internacionais do Banco. Mas, pelas informações que temos, o Departamento Industrial já está inclusive solicitando do Banco um número bem maior de técnicos para analisar e aprovar os projetos, em tempo mais rápido, porque as necessidades são significativas. Tem ocorrido que muitos empresários de projetos de implantação ou de ampliação não estão interessados em receber os recursos do 34/18, nem do mercado de capitais.

Não gostaria de mencionar algumas indústrias especificamente, mas dois casos já ocorreram com o Departamento Industrial em que o interessado foi sondado pelo Banco sobre o motivo por que não estava utilizando ou não queria utilizar os

recursos do 34/18, nem tampouco os recursos do mercado de capitais, principalmente deste como empresa consolidada. Ele simplesmente mencionou que a rentabilidade da empresa no momento estava em torno de 48% a 50%, que significava dizer que, em colocando as ações no mercado de capitais, ele estaria dando cerca de 28% desses recursos aos acionistas, enquanto que, tomando emprestado, estaria pagando em torno de 20% a 22% desse financiamento. Quer dizer, o grupo dirigente apropriar-se-ia de uma parcela maior desses recursos. Acredito que as próprias missões estrangeiras pensam assim. Fomos sondados agora pela missão espanhola, por meio da Tecnibéria, e esses empresários queriam elementos bastantes preciosos, quanto a oportunidades industriais, para implantação de indústrias para exportações. Gostariam de ter bem detalhadas essas oportunidades para estudarem a viabilidade de se associarem aos capitais nacionais. Então, há possibilidade para esse tipo de associação.

Outra sugestão que fizemos foi a da diminuição da participação média do 34/18. Essa diminuição reduziria o déficit dos incentivos na composição do investimento total, e novos recursos

poderiam ser obtidos por meio daquele meio que mencionamos e das próprias ampliações feitas por meio do mercado de capitais. A implantação de novos projetos poderia ser efetuada com a associação de grupos estrangeiros. Com relação a essa perspectiva, digamos, do bromometálico e do sintemagnésiano, está-se pretendendo, depois de feitos os levantamentos básicos, abrir concorrências internacionais para o financiamento desses projetos por meio de outras fontes que não especificamente a dos recursos do 34/18.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Deputado Parsifal Barroso.

O SR. DEPUTADO PARSIFAL BARROSO —, A primeira pergunta é dirigida ao Mestre José Nicácio. Na avaliação dos resultados de estudos do ETENE, tendo em vista os objetivos de desenvolvimento visados pelo próprio Governo Federal, na sua política de desenvolvimento, foram considerados ou analisados os déficits e prejuízos que resultaram para o Nordeste do não funcionamento de programas previstos em lei, da inexecução de obras de infraestrutura essenciais ao próprio

desenvolvimento e ainda da deficiência resultante da própria execução dos programas da SUDENE, pela diminuição crescente dos recursos alocados a ela?

O SR. JOSÉ NICÁCIO DE OLIVEIRA — Na mensuração do impacto dos programas e projetos, procuramos levar em conta apenas o que foi realizado, portanto mensurável em termos de coisas já contadas como certas, e do que está previsto para o futuro. Aquilo que se perdeu não é levado em conta.

O SR. DEPUTADO PARSIFAL BARROSO — E naquilo que não se realizou, sendo considerado prioritário e essencial pelo próprio Governo, no seu programa de desenvolvimento, haveria a perspectiva de recuperação, como, por exemplo, o zero que está na execução do programa de engenharia rural financiada? A Lei nº 138, do Presidente Castello Branco, regulamentada pelo Presidente Costa e Silva e mantida pelo Presidente Médici, representou um zero. Há possibilidade de recuperação? É viável a perspectiva de se realizar esse programa de engenharia rural financiada, restrito à área do cristalino, à área da agricultura

do sequeiro, na região são-franciscana, que está agora voltada para a reforma agrária por falta de solução?

O SR. JOSÉ NICÁCIO DE OLIVEIRA — Não tenho conhecimento do projeto em si. Não tenho ideia da viabilidade de ser realizado o que está previsto. Neste caso, não teria condições de responder no momento.

O SR. DEPUTADO PARSIFAL BARROSO — A segunda pergunta já não é para o Mestre Nicácio, mas para o Mestre Sisnando. Se efetivamente, no que se refere ao setor primário, a perspectiva maior e melhor que ainda existe de mercado, no presente e no futuro, é na área da pecuária — carne e laticínios — estando os projetos agropecuários excluídos totalmente do decreto PROTERRA, vamos ver na prática quando o PROTERRA começar a ser executado, se sobrar margem para a agropecuária, dada a prioridade da agroindústria. Por isso é que me estou referindo a uma perspectiva sombria para os projetos agropecuários, porque, segundo o Senador Dinarte Mariz, a nova política do decreto PROTERRA, que visava especificamen-

te a esses projetos, não dá margem de atendimento aos projetos que a própria SUDENE considera válidos, pois os aprovou para a agropecuária.

O SR. SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA — Eu não como carne de pavão, mas vou dar aqui a minha deixa. Naquele discurso que proferi, pedi o fundo de 20% justamente de todos os incentivos para essas atividades. Parece que fui atendido. Não pensei, porém, que o fosse com a elasticidade desse programa. Talvez, é uma ideia, pode ser que me engane, o PROTERRA vai dar um prazo de um ano para os projetos agropecuários já aprovados capturem recursos. Caso não, eles serão aproveitados em meros financiamentos do banco de desenvolvimento local, o BNB ou o BASA, nos mesmos moldes do art. 181. É apenas, digamos assim, um palpite que tenho. Vamos ver se dá certo.

O SR. DEPUTADO PARSIFAL BARROSO — Não. Estou perguntando ao Mestre Pedro Sisnando é se estando em melhor perspectiva de desenvolvimento, de melhoria da produtividade, de expansão de mercado estribada nessa atividade, por que ela não teve, ou não tem — e não vejo

dentro da perspectiva virgiliana uma certeza de que, pelo menos, ocorra isso em relação aos projetos que a SUDENE já considerou válidos — o seu financiamento assegurado?

O SR. SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA — É só V.Exa. aguardar um pouquinho. Estou com um palpite que será tal qual eu disse.

O SR. DEPUTADO PARSIFAL BARROSO

— Qual é a resposta do Mestre Pedro Sisnando?

O SR. PEDRO SISNANDO LEITE — Tenho pouco a acrescentar. Gostaria apenas de mencionar que, como V. Exa. afirmou e os estudos indicam, a atividade pecuária é que apresenta maiores perspectivas. Ora, do ponto de vista puramente econômico, essa é a atividade que terá possibilidade de apresentar rentabilidade suficientemente atrativa, para que os empreendedores individualmente entrem nesse ramo. Não obstante, creio que poderíamos sugerir a inclusão da pecuária como beneficiária dos recursos do PROTERRA, na sua regulamentação. O Ministro do Interior, em declarações ao O Estado de S. Paulo, que tenho em

mãos, deixa transparecer que a pecuária também será contemplada mediante o decreto PROTERRA.

O SR. DEPUTADO PARSIFAL BARROSO —
Última pergunta ao Mestre Paulo Lustosa da Costa. Por que excluíram da Região os subsídios, restringindo-os ao Maranhão e ao Piauí, quando, no meu juízo, o Ceará é que tem uma problemática pior, mais dura, mais sem horizontes, no conjunto do Nordeste Oriental?

O SR. PAULO LUSTOSA DA COSTA —
Aqueles observações preliminares sobre especialização têm mais o sentido de sugestões. Mas, há poucos dias, fizemos um trabalho sobre oportunidades industriais para o Governador Cesar Cals, a pedido do seu Secretário. Começamos, então, a arrolar uma série de oportunidades industriais. Algumas indústrias existentes — ainda em implantação — apresentavam problemas e representavam uma oportunidade muito maior e novas possibilidades para o Estado em uma série de áreas específicas. E chegamos à conclusão de que aquilo garantiria pelo menos manter a posição relativa ao Estado do Ceará, que representa, como foi vis-

to, cerca de 11,1% do produto industrial, ou seja, o terceiro polo de desenvolvimento industrial da região. Já há uma definição, se não me engano explícita, do Governo Federal no sentido de considerar o Estado do Ceará um dos polos de desenvolvimento do País, com uma ênfase toda especial, com carregamento pesado, vamos dizer, de recursos infraestruturais, inclusive adotando até aquela solução básica de os recursos de reflorestamento serem aplicados em grande parte no Estado do Ceará, por meio das plantações de caju etc. Então, considero que, de certa maneira, em desenvolvimento industrial, o Ceará, com esses elementos, já dispõe de boas perspectivas. Acredito que os outros Estados, pela base muito pequena, é que não têm essa perspectiva mais favorável.

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores, cabe-nos agora apresentar aos representantes do Banco do Nordeste, que têm sido tão solícitos em nos atender, os agradecimentos muito sinceros da nossa Comissão. Ficaremos aguardando a colaboração que o Banco do Nordeste se comprometeu a nos dar, que, tenho certeza, não falhará na complementação necessária para a conclusão de

nossos trabalhos. Agradeço ao Dr. José Nicácio de Oliveira, ao Dr. Pedro Sisnando Leite e ao Dr. Paulo Lustosa da Costa, em nome da nossa Comissão. Repito, ficaremos aguardando, permanentemente, a colaboração de V. Sa. até o último dia dos nossos trabalhos.

Está encerrada a sessão.



**DOCUMENTOS APRESENTADOS
PELOS PALESTRANTES DO BANCO
DO NORDESTE**



▪ **DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO DR.
JOSÉ NICÁCIO DE OLIVEIRA DURANTE A SUA
EXPOSIÇÃO**

NOVA POLÍTICA PARA O NORDESTE

1. Diminuição das Disparidades Regionais:
 - a) Crescimento do NE mais rápido que o do País;
 - b) Meta de 9%-10%: Maior Desafio.
2. Emprego Produtivo para a Mão de Obra:
 - a) Forma mais válida de valorização social do homem;
 - b) Aceleração da taxa de crescimento da população;
 - c) Expansão das empresas existentes e instalações de novas.
3. Desenvolvimento Autossustentado:
 - a) Alta taxa de desenvolvimento por prazo longo;
 - b) Teoria e experiência: 20 a 30 anos para demarragem;
 - c) Diminuição gradativa da ajuda após ingresso nessa fase.

DISPARIDADES REGIONAIS EXPERIÊNCIA PASSADA

	r.p.c. NE/BB%
1939	48,0
1950	42,4
1955	38,0
1960	46,8
1965	48,9
1968	46,5

HIPÓTESES PARA DÉCADA DE 70

Hipótese I			Hipótese II		
Taxa 1971-80		r.p.c. NE/BR 1980	Taxa 1971-80		r.p.c. NE/BR 1980
BR	NE		BR	NE	
9%	7%	37%	9%	10%	49%

NORDESTE

CRESCIMENTO E MUDANÇA ESTRUTURAL

Setores	Estrutura Setorial da Renda	Taxa Cresc. 1971-80	Estrutura da Renda em 1980
Agricultura	36,0	6,5	26,7
Indústria	13,0	15,0	23,7
Serviços	51,0	10,0	50,6
Total	100,0	9,9	100,0

▪ **DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO DR.
PEDRO SISNANDO LEITE DURANTE A SUA
EXPOSIÇÃO**

**TABELA 1 – NORDESTE
TAXAS DE CRESCIMENTO DA AGRICULTURA**

Grupos	Taxa Anual	Estrutura da Demanda (%)
ALIMENTOS	5,4	63,1
Vegetal	4,5	34,3
Animal	6,3	28,8
PROD. EXPORTAÇÃO	6,9	26,3
Exterior	5,0	18,0
Resto País	11,0	8,3
MATÉRIAS-PRIMAS	4,2	4,3
Ext. Vegetal	4,8	6,3

**TABELA 2 – NORDESTE
VALOR REAL DA DEMANDA
TOTAL DE ALIMENTOS**

Grupos	Cr\$ 1.000 de 1965	Crescimento (%) Anual – 1970-80
Cereais	371	4,5
Raízes e Tubérculos	248	4,2
Hortaliças	61	7,5
Leguminosas	265	2,7
Frutas	175	6,4
Carnes frescas	875	5,9
Pescado	132	4,6
Leite, derivados e ovos	796	6,8
óleos e gorduras	120	5,2
Outros	89	4,5

**TABELA 3 – NORDESTE: CONSUMO DE PROTEÍNAS
E CALORIAS COMPARADOS COM O MÍNIMO
(EM PERCENTAGEM)**

Anos	Proteínas		Calorias	
	71g = 100	Origem Animal	2.550 = 100	Origem Animal
1965	82	32	79	15
1970	85	33	83	15
1980	97	38	93	18

**TABELA 4 – NORDESTE: BALANÇO ENTRE
DEMANDA E OFERTA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS**

1980

Produtos	Demanda Milhões t	Total		
		Taxa Anual Crescimento (%) 70-80	Oferta Milhões t	Deficit ou Superavit 1.000 t
Cana-de-açúcar	34,4	5,1	36,4	+2.000
Mandioca	14,6	3,6	14,7	+456
Algodão	2,0	9,9	1,2	-775
Cacau	0,2	3,2	0,2	-
Feijão	1,2	2,7	1,1	-42
Milho	3,1	5,2	2,3	-777
Arroz	2,2	3,6	1,6	-534
Mamona	6,0	4,1	0,8	-295

**TABELA 5 – NORDESTE: UTILIZAÇÃO DA TERRA
(1.000 HA)**

	Potencial Total	Utilizável	
		1980	Adicionalmente Após 1980
Lavouras	37,8	18,4	19,4
Pastagens	60,4	41,3	19,1
Florestas, Cidades, Rios, Estradas	38,3	38,3	-
Aproveitamento a investigar	17,0	17,0	-
Inaproveitáveis	1,4	1,4	-
Reservas disponíveis	-	21,0	21,5
Total	154,9	154,9	60,0

TABELA 6 – ESTIMATIVA DO DÉFICIT DE TERRAS

Estados	Ano Provável do Déficit	Déficit 1.000 ha
Ceará	2.000	1.970
Rio Grande do Norte	1.980	56
Paraíba	1.990	1.034
Pernambuco	1.990	1.674
Alagoas	1.980	30
Sergipe	1.980	571
Maranhão
Piauí
Bahia

TABELA 7 – NORDESTE: PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA

Produtividade em 1980 (Kg/ha)			
Produtos	Tendência histórica	Viável	Aumento (%)
Algodão arbóreo	278	360	29
Algodão herbáceo	354	500	41
Cacau	400	550	37
Cana de açúcar	45.000	60.000	34
Arroz	1.416	2.000	41
Mandioca	12.461	15.200	23
Feijão	564	800	41
Milho	823	1.000	30
Sogro	–	1.800	–

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO DR. PAULO LUSTOSA
DA COSTA DURANTE A SUA EXPOSIÇÃO
NORDESTE – OFERTA DE MÃO DE OBRA**

1970

Em 1.000 pessoas

I – DESEMPREGO ATUAL	<u>1.754,3</u>
– Atividades Agrícolas	576,0
– Atividades não Agrícolas	1.178,3

1980

II – OFERTA ADICIONAL DE MÃO DE OBRA NA DÉCADA DOS SETENTA	<u>3.675,5</u>
– Atividades Agrícolas	828,8
– Atividades não Agrícolas	2.848,7
DESEMPREGO EM 1970 + OFERTA ADICIONAL NA DÉCADA	<u>5.429,8</u>

Fonte: Estudo – “Perspectivas do Desenvolvimento do Nordeste até 1980”.

NORDESTE – EXPRESSÃO

Mineral	Brasil	Nordeste
Cobre	10	100
Ferro	150	15
Carvão	54	0
Petróleo	60	200
Gás Natural	5	25
Urânio	7	21
Enxofre	6	6
Fosfato	56	70
Potássio	50	50
Calcário	70	70
TOTAL	468	557
Expressão Mineral	41,68	5,57

NORDESTE – TAXAS DE CRESCIMENTO ESTIMADAS

1968-80

Setor Industrial	14/16% a.a.
Indústria de Transformação	13/15% a.a.
Indústria da Construção Civil	14/15% a.a.
Indústria Extrativista Mineral	13/14% a.a.
Serviços Industriais de Utilidade Pública	15/18% a.a.

NORDESTE – ESTRUTURA DO PRODUTO INDUSTRIAL

(INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO)

PERCENTAGENS

1958 – 68 – 75 – 80

Setores	1958	1968	1975	1980
1. Bens de Consumo	73,9	62,2	45,2	38,5
2. Bens Intermediários	25,2	33,3	45,6	52,3
3. Bens de Capital e de Consumo Durável	0,9	4,5	9,2	9,2
	100,0	100,0	100,0	100,0
A. Tradicionais	74,3	62,5	46,8	40,0
B. Dinâmicas	25,7	37,5	53,2	60,0
	100,0	100,0	100,0	100,0

NORDESTE – BALANÇO DE RECURSOS ORIUNDOS DO SISTEMA 34/18

Até 31-12-70 (1º período) (Em milhões de cruzeiros de 1970)

Necessidades	
– Parcela deferida de 34/18 nos Investimentos Industriais	Cr\$ 2.497,8
Disponibilidades	Cr\$ 2.241,4
– Liberações realizadas para a Indústria	Cr\$ 1.415,8
– Saldo de 34/18, no BNB para a Indústria em 31-12-70	Cr\$ 825,6
Balanço das Necessidades versus Disponibilidades	
– Diferença, Necessidades e Disponibilidades	Cr\$ 277,1
– Atualização ou reavaliação dos Investimentos a realizar já aprovados até 31-12-70	Cr\$ 772,3
Déficit total declarado até 31-12-70	Cr\$ 1.049,4

NORDESTE – BALANÇO DE RECURSOS FINANCEIROS (HIPÓTESE I)

(Em milhões de cruzeiros de 1970)

Disponibilidades no período 71/75 para o setor industrial (2º período)	Cr\$ 2.986,3
1) Estimativa dos recursos à ordem da SUDENE no período 71/75	Cr\$ 3.732,9
2) Menos: Parcela de 20% destinada a outras atividades que não indústria	Cr\$ 746,6
Necessidades	Cr\$ 6.128,3
1) Deficit relativo ao primeiro período (até 31-12-70)	Cr\$ 1.049,4
2) Estimativa das atualizações de cerca de 400 projetos ainda em implantação (projetos aprovados até 31-12-70)	Cr\$ 388,4
3) 34/18 nos investimentos industriais previstos para o período 76/80 (42,9% de participação da SUDENE no Investimento)	Cr\$ 4.690,5
Deficit previsto	Cr\$ 3.142,0

NORDESTE – BALANÇO DE RECURSOS FINANCEIROS (HIPÓTESE II)

Disponibilidades – (1971/77)	Cr\$ 2.986,3
Necessidades	Cr\$ 6.128,3
a) Parcela de 34/18 nos investimentos previstos para o período 76/80	Cr\$ 4.690,5
b) Deficit relativo ao primeiro período	Cr\$ 1.049,4
c) Atualizações exigidas dos projetos ainda em implantação	Cr\$ 388,4
Deficit previsto	Cr\$ 1.029,3

NORDESTE – INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO
OFERTA E DEMANDA TOTAL

Cr\$ 1.000
1958-68

Anos	Oferta Total			Demanda Total			Exp. Import.	Imp./ D.I.	Exp./ V.P.	Prod. p. consumo interno/ demanda interna	Taxa de crescimento das importações
	Import.	V.P.	Total	Export.	Demanda Interna	Total					
Hipótese A (1)											
1958	1.354.843	2.658.981	4.013.823	719.669	3.294.154	4.013.823	53,1	41,1	27,1	58,9	9,5%
1968	3.355.949	4.044.384	7.400.333	967.149	6.433.184	7.400.333	28,8	52,2	23,9	47,8	
Hipótese B (2)											
1958	1.270.935	2.658.981	3.929.966	635.762	3.294.154	3.929.966	50,00	38,6	23,9	61,4	10,2%
1968	3.355.949	4.044.384	7.400.384	967.149	6.433.184	7.400.333	28,8	52,2	23,9	47,8	

**NORDESTE – COMPOSIÇÃO DO PRODUTO DOS PROJETOS
DA SUDENE (1)
63/70 (2)**

Discriminação	Valor Absoluto	Valor Relativo
Indústrias tipicamente produtoras de bens de consumo	994.882	34,7
Alimentos, Bebidas e Fumo	275.375	9,6
Têxtil	478.422	16,6
Vestuário e Calçadas	113.595	4,0
Madeira e Mobiliário	65.026	2,3
Editorial e Gráfica	26.217	0,9
Couros e Peles	36.247	1,3
Indústrias tipicamente produtoras de bens intermediários	1.532.387	53,4
Papel e Papelão	146.312	5,1
Borracha	75.533	2,6
Química	796.839	27,8
Minerais não Metálicos	294.692	10,3
Metalúrgica	219.011	7,6
Indústrias tipicamente produtoras de bens de capital e de consumo durável	341.831	11,9
Mecânica, Mat. Elétrico e de Transporte Diversos	278.416	9,5
Total	2.869.100	100,0

Notas: (1) Projetos até junho de 1970. (2) Excluiu-se desse cálculo os que haviam entrado em funcionamento até 31/12/68 e os desistentes até 1969.

NORDESTE – ABSORÇÃO DE EMPREGO NO PERÍODO 1970/80

INDÚSTRIA

- Transformação	260.000
- Construção Civil	300.000
- Extração Mineral e Energia Elétrica	40.000
Empregos diretos	600.00
Empregos indiretos (multiplicador de quatro para indústria de transformação, extração mineral e energia elétrica)	1.200.000
Total de Empregos	1.800.000

SERVIÇOS

- Turismo, Educação, Saúde etc.	600.000
Total de empregos não agrícolas	2.400.00

AGRICULTURA

- Empregos diretos	1.200.000
--------------------	-----------

PLANO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL 700.00

Demanda total de empregos a ser gerado na década 4.300.000

Oferta total de pessoas que necessitam de empregos 5.400.000

DESEMPREGO AO FINAL DA DÉCADA 1.100.000

- Desemprego funcional admitido 600.000

- Desemprego declarado 500.000

PERCENTAGEM DE DESEMPREGADOS DA FORÇA DE TRABALHO 9%

NORDESTE – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA

MANUFATUREIRA

1968 e 1975

CR\$ 1.000,00 de 1970

Estados	Valor de 1968	Valor de 1975	Participação Relativa		Taxa Geométrica de Crescimento Anual
Maranhão	44.722	36.578	2,5	1,9	9,9
Piauí	17.889	36.467	1,0	0,8	10,7
Ceará	205.719	517.648	11,5	11,1	14,1
Rio Grande do Norte	73.343	178.260	4,1	3,8	13,5
Paraíba	125.220	331.498	7,0	7,1	14,9
Pernambuco	738.799	1.527.950	41,3	32,8	10,9
Alagoas	135.953	348.348	7,6	7,5	14,4
Sergipe	50.088	104.912	2,8	2,2	11,1
Bahia	397.127	1.526.298	22,2	32,8	21,2
NORDESTE	1.788.860	4.657.959	100,0	100,0	14,6

Fonte: Produção Industrial de 1968 e pareceres da SUDENE.

**NORDESTE – VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL
1958 e 1968**

Estados	1958	1968	Taxa Geométrica de Crescimento Anual
Maranhão	27.239	40.226	3,98
Piauí	7.971	15.791	7,08
Ceará	75.322	185.211	9,41
Rio Grande do Norte	26.301	65.763	9,60
Paraíba	89.695	112.072	4,86
Pernambuco	395.920	663.914	5,31
Alagoas	83.890	122.227	3,84
Sergipe	35.849	44.489	2,18
Bahia	226.649	357.159	4,65
NORDESTE	948.834	1.606.852	5,41

SEGUNDA PARTE

RESUMO DAS CONCLUSÕES DO ESTUDO DA COCENE



SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E
PUBLICAÇÕES — SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES
TÉCNICAS

COCENE
COMISSÃO COORDENADORA DE
ESTUDOS DO NORDESTE

ESTUDO Nº 1

EDIÇÃO FAC-SIMILAR BRASÍLIA
2012



*Sinceramente chegamos à hora de não mais viver da
ilusão de um crescimento parcial em proveito de poucos
e frequentemente com sacrifício de muitos.*

SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA, 1971



Em meados do decênio de 1950, o des-nível econômico entre o Nordeste e o Centro-Sul atingiu o seu hiato mais agudo. Fixou-se então a convicção de que a economia nordestina precisava receber um impulso exógeno bem mais amplo do que a tradicional política de defesa contra as secas. Essa convicção conduziu, em poucos anos, à criação da SUDENE, à instituição dos incentivos fiscais, às inversões na região, e à elaboração de um modelo de desenvolvimento do Nordeste baseado na industrialização.

Inegavelmente, ao longo do decênio de 1960, as desigualdades entre o Nordeste e o Centro-Sul se atenuavam, em termos de renda global. A política de incentivos fiscais permitiu que o produto industrial da região crescesse a taxas extremamente rápidas, e que se desenvolvessem na região dois importantes polos manufatureiros em torno de Salvador e Recife.

Alguns problemas importantes, contudo, continuaram sem solução satisfatória. Em primei-

ro lugar, a recuperação econômica do Nordeste, ao longo do decênio de 1960, foi geograficamente desigual. Algumas regiões, principalmente em torno do eixo Salvador-Recife, conseguiram registrar notáveis índices de progresso. Vastas áreas nordestinas, no entanto, permaneceram à margem dos benefícios dos projetos da SUDENE. Em segundo lugar, a fórmula do desenvolvimento via industrialização, se se demonstrou eficaz em termos de taxa de crescimento do produto, não parece ter solucionado a contento o problema da empresa numa área onde a oferta de mão de obra é excepcionalmente pressionada pelos altos índices de natalidade. Como se sabe, a indústria moderna se tem revelado bastante intensiva de capital. Os critérios de aprovação de projetos adotados pela SUDENE, por sua vez, parecem ter incentivado esse uso predominante do capital, em boa parte sem custo alternativo na mecânica dos incentivos fiscais, com baixos índices de absorção de mão de obra. É verdade que o parâmetro relevante não consiste apenas na criação direta de empregos pela indústria, mas na geração total de procura de mão de obra, a qual inclui o multiplicador do emprego no setor terciário. Ainda assim, o desen-

volvimento do Nordeste, ao longo do decênio de 1960, se foi brilhante em termos de expansão do produto real, parece ter sido algo decepcionante em matéria de geração de empregos. Nesse sentido, recente pesquisa desenvolvida pelo Banco do Nordeste pôs à mostra um dos elementos de desequilíbrio do crescimento da região nos últimos dez anos. Segundo sugere essa pesquisa, a renda *per capita* média do Nordeste evoluiu apreciavelmente na década de 1960. Mas a fatia mais pobre da população a faixa de mão de obra não qualificada, tão fortemente pressionada pela explosão demográfica, piorou em termos de padrão de vida.

O impacto emocional da seca de 1970 levou o Governo Federal a reformular a política de incentivos fiscais, procurando a maior integração Norte-Nordeste e o maior estímulo ao desenvolvimento agrícola na região. A opção pelos projetos da SUDENE antes correspondia a até 50% do imposto de renda das pessoas jurídicas. Hoje corresponde a apenas 25%, no máximo, desse total, já que 15% foram destinados à Transamazônica e 10% ao PROTERRA. Isso sem levar em conta o fato de que os demais incentivos fiscais, relativos a SUDAM, SUDEPE, EMBRATUR e REFLORES-

TAMENTO, concorrem cada vez mais intensamente com os relativos à SUDENE.

O presente trabalho, de autoria do eminente Senador Virgílio Távora, representa uma análise profunda dos problemas do desenvolvimento do Nordeste, avaliando objetivamente a ação da SUDENE e as repercussões das novas medidas adotadas pelo Governo Federal. A lucidez e a experiência do autor dispensam maiores explicações quanto ao escopo do estudo. O importante não é apenas a amplitude do diagnóstico, mas a validade da terapêutica recomendada, que reconhece os aspectos positivos da experiência obtida no decênio de 1960, mas que propõe um aprimoramento capaz de assegurar o crescimento do Nordeste não apenas em termos de produto global, mas também no que diz respeito à geração de empregos e ao equilíbrio intrazonal.

SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA

Finalizamos hoje nosso trabalho, realizado no prazo restrito que nos foi atribuído, com as dificuldades maiores a serem transpostas, desde o arrefecimento de ânimo da maioria dos componentes da COCENE, face à decretação do PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste) com renúncia de alguns dos mais categorizados relatores setoriais — até duas faltas de resposta às informações solicitadas a vários órgãos governamentais.

Norteamos nossa tarefa partindo de premissas e constatações básicas, com o sentido de procurar apresentar soluções exequíveis, capazes de receber *a posteriori* apoio operacional das autoridades federais competentes, e não outras, otimizadas para a Região, mas inaceitáveis dentro do contexto nacional.

Inicialmente, sem deixar de consignar e levar em conta as chocantes desigualdades inter

-regionais e consequente fragilidade da economia nordestina face à do Sul, ignoramos a tendência, ora generalizada nas elites da área, de atribuir ao crescimento do polo de desenvolvimento nacional do Centro-Sul todas as desgraças que se abatem sobre o Nordeste, atitude esta, a nosso ver, sem sentido.

É incontestável que o órgão desenvolvimentista da Região, a SUDENE, vem perdendo força, em sua função coordenadora, quer por decisão do Executivo, quer por novas leis, retirando-lhe atribuições, as mais diversas.

Não padece dúvida também que o Nordeste, no princípio administrando incensos sozinho mais tarde estendidos à Amazônia viu este seu mecanismo copiado e levado às regiões mais ricas para aplicação em Pesca, Turismo e Reflorestamento. Além da perda de recursos, agravada pela emulação entre órgãos públicos, dificultou-se em muito a ação da Autarquia. Hoje, qualquer medida a ser tomada, no âmbito regional, neste setor, exige que saibamos e pesemos as repercussões no comportamento dos outros órgãos alocadores destes recursos.

Não foi a esperada a distribuição dos incentivos, espacial e setorialmente, dentro da Região,

criando-se disparidades intrarregionais e interse-
toriais e, conseqüentemente, sociais.

Idêntico fato aconteceu quanto aos investi-
mentos diretos por parte do Governo Federal: sua
maior parte concentrou-se na Zona Litoral Orien-
tal-Mata (7,7% da superfície e 23,4% da popula-
ção da Região), bem menor parcela cabendo as
demais, entre as quais, por sua importância, cum-
pre destacar a Semiárida (51% e 48,5% respecti-
vamente da área e população nordestinas), o que
deu em resultado não estar a economia desta de-
vidamente modificada nem apta para enfrentar a
crise climática que sobre ela se abateu em 1970.

Por outro lado, o Fundo de Participação dos
Estados e Municípios, criado com objetivo pre-
cípua de compensar os Estados consumidores
quando da reformulação tributária, foi posterior-
mente reduzido em drástico corte de 40%, que-
brando-se com isso o equilíbrio pretendido por
ocasião da instituição do ICM, imposto este cuja
atual sistemática é altamente danosa aos Estados
consumidores.

Também o Fundo Constitucional das Secas
(art. 198 da Constituição de 1946), que ensejava
recursos estáveis ao Banco do Nordeste do Bra-

sil, foi supresso. Aqueles outros, vinculados ao DNOCS, deixaram de exercer sua função multiplicadora na Região, havendo, pelo contrário, uma diminuição em valores reais, no tocante aos investimentos deste órgão, na área, o que facilmente poderá ser corrigido por meio do PROTERRA.

Acresce que a participação dos Fundos Nacionais, no Nordeste, diminuiu. Não existe a obrigatoriedade de uma percentagem mínima de sua aplicação, na Região, sendo porém este óbice, em parte, sanável.

Não é necessário ser economista para sentir o empobrecimento relativo do Nordeste: vende ele seus produtos ao Exterior a preços internacionais, gerando divisas necessárias à Região Sul e é obrigado a adquirir produtos manufaturados, a preços duas a três vezes mais elevados, sem falar na sangria que o ICM e as transferências torrenciais para fora de suas fronteiras realizam.

O PIN e o PROTERRA tiveram seus recursos em grande parte retirados dos incentivos, o que tornou mais agudo ainda o problema da captação, para a indústria nascente na Região, dos recursos remanescentes, que exigem, portanto, uma complementação.

É hoje indiscutível a afirmativa de que o Nordeste, tal como o concebe a SUDENE, constitui-se de uma soma de seis zonas que, embora tendo a ligá-las o subdesenvolvimento e pauperismo e, como traço comum, a decidida vontade de sua população de vencê-los, apresentam problemas específicos, muito diversos uns dos outros, a exigirem soluções diferentes, com grande parte da maior delas (a Zona Semiárida) com solos rastos e impróprios para uma mecanização maciça, justamente aquela área mais sujeita ao fenômeno periódico das secas.

Procurar diagnosticar o Nordeste, atentos a estes fatos acima citados cuja enumeração não teve outro fim a não ser o de estabelecer uma base para discussão após ter o Relator-Geral ouvido dezesseis depoimentos (inclusive de cinco Ministros de Estado, Presidente do BNB, Superintendentes da SUDENE e SUVALE, Diretor-Geral do DNOCS, Presidente da CHESF, Diretores dos Bancos do Brasil e do Nordeste, Chefe e Técnicos do ETENE), discutido longamente com membros da Comissão e compulsado uma vasta documentação sobre o assunto, foi o objetivo deste trabalho.

São pontos a destacar no Relatório:

- I. Apresentação realística, sem demagogia nem omissão, da atual situação do Nordeste e sua comparação com a do Centro-Sul do País.
- II. Fixação de uma política de desenvolvimento da Região, procurando corrigir as distorções ora existentes e com um crescimento harmônico (relação 2.5/1) entre Indústria e Agricultura, baseado nos seguintes pontos:
 1. No setor AGRICULTURA:
 - a) Aumento da produtividade, com expansão do emprego dos insumos modernos (fertilizantes, inseticidas, maquinaria, irrigação);
 - b) Adaptação das culturas às condições ecológicas ambientais;
 - c) Reestruturação agrária e alargamento da fronteira agrícola;
 - d) Fortalecimento e expansão do sistema de instituições de pesquisas agronômicas;
 - e) Revigoração e ampliação do sistema de extensão;

- f) Aumento da produção e produtividade dos bens de exportação não gravosos;
- g) Fortalecimento da agricultura, com implantação de programas espaciais por Zonas: Litoral Oriental-Mata, Semiárida, Agreste, Meio-Norte, Cerrado e Mancas Férteis;
- h) Execução do PROTERRA, com indicação da repartição de recursos, espacial e setorialmente;
- i) Combate às secas antes, durante e após o fenômeno cíclico;
- j) Reforma agrária em bases práticas e diretrizes para a sua realização;
- k) Pesca racionalização da atividade;
- l) Fomento às exportações;
- m) Financiamento do crescimento agrícola: na área dos incentivos fiscais e micro crédito agrícola;
- n) Reformulação da atual política da agroindústria açucareira.

2. No setor INDÚSTRIA:

2.1. Quanto à indústria de transformação: consolidação do esforço já realizado, por meio dos seguintes setores:

- a) Financiamento do crescimento industrial na área de incentivos fiscais, do mercado de capitais e na dos recursos de financiamento bancário; qualificação de mão de obra e assistência técnica;
- b) Transformação do programa de desenvolvimento industrial em agressivo programa de promoção industrial, por meio da criação de uma agência de promoção industrial subsidiária da SUDENE;
- c) Melhor distribuição espacial do crescimento da Indústria;
- d) Intensificação dos investimentos naquelas indústrias altamente absorvedoras de mão de obra;
- e) Intensificação do crescimento industrial, com base no aproveitamento de novas oportunidades;
- f) Integração da produção industrial do Nordeste à do País;

2.2. Quanto à indústria de construção civil:

- a) Adaptação do programa do órgão nacional às peculiaridades nordestinas (urbanas e do meio rural);

- b) Estímulos especiais à indústria na Região;
- c) Alívio no ônus dos serviços públicos, nos conjuntos de baixa renda;

2.3. Quanto à indústria extrativa mineral:

- a) Implantação, baseados nela, de grandes complexos químicos na Região: polo petroquímico da Bahia; mineral petroquímica, em Sergipe e Alagoas; de fertilizantes, em área a ser selecionada; salino-mineral, no Rio Grande do Norte;
- b) Exploração, ao máximo, dos recursos minerais da área;

2.4. Filosofia básica no setor: industrialização local dos recursos da Região (polo nacional têxtil de fios finos, na região de algodão de fibra longa; refinação, no Nordeste, do petróleo lá produzido etc.).

III. Exploração integrada das grandes bacias multiestaduais e das estaduais, com especial atenção aos vales úmidos.

IV. Aporte de novos recursos à área:

1. Dedução de 5% do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, destinados a constituir, com outros recursos, um Fundo Mútuo do Banco do Nordeste do Brasil para, entre outros fins, corrigir distorções industriais, espaciais e setoriais;
2. Obrigatoriedade de financiamento por parte do BNDES dos grandes projetos de interesse nacional localizados na área e, no caso de petroquímicos, além deste financiamento, participação societária do mesmo Banco no empreendimento;
3. Atribuição de, no mínimo, 3/4 dos recursos do PROTERRA ao Nordeste;
4. Supressão dos incentivos setoriais de Pesca e Turismo e redução da alíquota de Reflorestamento a 20% no momento é de 50% restante revertendo necessariamente em benefício do Norte e Nordeste;
5. Determinação de limite mínimo de aplicação, no Nordeste, dos recursos oriundos do PIS, PFPSP e Resolução 71 do Banco Central;
6. Execução da Portaria 181 do mesmo Banco, com recursos alotados e dotados pelo

Governo Central ao Banco do Nordeste e não com recursos próprios destes;

7. Distribuição do valor da primeira cobrança do ICM em partes iguais entre Estado produtor (via de regra Centro-Sul) e Estado consumidor (Nordeste quase sempre). Implantação progressiva da nova sistemática.

V. Estímulos especiais, fiscais e tributários:

1. Isenção total do IPI para as indústrias que se instalarem no Maranhão e Piauí e redução do mesmo tributo de 20% a 50% nos demais Estados, de acordo com a natureza e localização da obra;
2. Redução do Imposto Territorial até de 80% de seu valor, conforme a área que utilizar insumos modernos em relação ao total da propriedade agrícola;
3. Tarifas especiais de serviço de utilidade pública para o campo e os conjuntos habitacionais de pequena renda.

VI. Tentativa de estabelecimento de uma Política de Transportes para a região, em novas bases.

- VII. Desenvolvimento dos polos macrorregionais e dos microrregionais.
1. Apoio à implantação do eixo de desenvolvimento Recife-Salvador, com a consolidação das indústrias retrocitadas e do terceiro polo macroeconômico Fortaleza, com a instalação de um Distrito Industrial Livre para Exportação e da Segunda Central Termonuclear Brasileira (esta de dupla finalidade).
 2. Ativação do crescimento dos polos das microrregiões da área.

VIII. Estes são, em síntese, os principais pontos do Relatório apresentado.

É convicção nossa que, se plenamente alcançados estes objetivos, aí sim, teremos o grande Novo Nordeste, tão sonhado por todos nós, baseado em realidades e não de meros desejos.

Somos os primeiros a reconhecer não esgotar o nosso trabalho. Pontos há que precisam ser bem amadurecidos, como, por exemplo, o da captação e alocação dos incentivos, objeto que foi da maior controvérsia quando dos trabalhos da Comissão, da

discussão do magnífico relatório setorial – Indústria da responsabilidade do nobre Senador Milton Cabral e do Seminário da Confederação Nacional da Indústria, de 17/7/71, realizado por solicitação da COCENE. Desde a tese do primeiro, captação e aplicação destes incentivos por Bancos de Investimentos particulares, até a do eminente Senador Dinarte Mariz, Presidente da Comissão, que propugnava pela sua extinção e criação de um Fundo Orçamentário, a opção não sendo mais do usuário, uma enorme gama de soluções foi aventada. Optamos por um sistema que se nos afigurou o mais consentâneo com as necessidades do momento:

1. Realizar o equilíbrio entre compromettimentos e recursos disponíveis, como regra para todos os órgãos alocadores de incentivos;
2. Conservar, com medidas acauteladoras e moralizadoras, o atual processo de captação e alocação de recursos;
3. Criar um Fundo Mútuo estatal a cargo do Banco do Nordeste, aplicado por este nos projetos aprovados pela SUDENE e destinado a, entre outros fins, diminuir as disparidades regionais e setoriais.



SENADO FEDERAL

DISCURSO DO SENADOR DINARTE MARIZ
POR OCASIÃO DA SOLENIDADE DE
ENCERRAMENTO DA PRIMEIRA FASE DOS
TRABALHOS DA COCENE



Meus companheiros de Comissão:

Ao transmitir ao Presidente do Diretório Nacional do nosso Partido, Deputado Baptista Ramos, o Relatório que condensa as pesquisas e conclusões da Comissão Coordenadora de Estudos do Nordeste (COCENE), quero, preliminarmente, agradecer a todos os companheiros o esforço feito e dizer que, realmente, o Nordeste deu uma demonstração de unidade.

Aqui está consubstanciado o pensamento de todos os Estados do Nordeste, por meio de seus representantes, pois, nos debates que tivemos oportunidade de manter com os Ministros de Estado e com todos os técnicos que nos vieram trazer seus depoimentos sobre a situação de nossa Região, foram oferecidos argumentos ou, sobretudo, expostas ideias que concorreram para que se fixassem os pontos fundamentais deste Relatório.

Chegamos ao final da tarefa que representa apenas o início de uma batalha, cuja duração será medida pela nossa existência. Como principal inspirador da COCENE, encampada que foi minha ideia pela Executiva do nosso Partido da qual sou um dos integrantes coube a mim a responsabilidade de presidi-la. Orientando os seus trabalhos e assegurando-lhe continuidade nas horas mais difíceis, com o auxílio de todos, sinto-me, hoje, confortado pelo dever cumprido, e, de espírito forte, decidido palmilhar novos caminhos.

Cada um manifestou seu ponto de vista, trazendo para debate o que lhe parecia mais útil ao progresso do Nordeste. Coube ao Senador Virgílio Távora, Relator-Geral, o ingente trabalho de corporificar as diretrizes indicadas pela maioria, e, ao Senador Waldemar Alcântara, Coordenador-Geral, o pesado encargo de verdadeiro líder na articulação e na distribuição das tarefas. Fui vencido na ideia central que defendi, sem deixar de emprestar minha colaboração ao substancial trabalho do Senador Virgílio Távora.

Na qualidade de um dos organizadores da SUDENE, em companhia de outros colegas que, à época, governavam os Estados nordestinos, onde

se destacou, como verdadeiro líder da ideia, o então Governador Cid Sampaio, venho acompanhando, com o maior empenho, o seu desenvolvimento.

Cheguei à triste realidade de que os incentivos fiscais, dentro das atividades da SUDENE, não têm condições de promover a integração econômica do País. Isto só poderá ocorrer por meio de medidas que atentem para o problema social; dentro de tal princípio, enquadra-se, como uma luva, no contexto nacional, a situação do Nordeste.

A Revolução encontrou o País com toda sua estrutura econômica esclerosada, e tudo mudou. A SUDENE terá que mudar também; depois de onze anos, não é preciso ser gênio para fazer o seu diagnóstico.

Negar os benefícios dos incentivos, em determinadas áreas do Nordeste, seria temerário; da mesma maneira, admitir que sejam eles instrumentos válidos para promover o incremento da Região é não se aprofundar na análise da falsa filosofia que ainda se procura defender.

Os incentivos que, há dez anos, foram criados para o desenvolvimento do Nordeste, sob a orientação da SUDENE, praticamente já não existem, tão pulverizados se encontram, além de terem con-

corrido para implantar um sistema de corrupção que é a negação da própria filosofia revolucionária. Raro é o projeto que, na captação de recursos para sua implantação, não tenha de despende 20%, reduzindo a 80% o que se destina ao seu desenvolvimento. E quais os beneficiários? Os intermediários e alguns inescrupulosos investidores que, recebendo um dinheiro que já não lhes pertence, com aplicação definida, adotam, logo de início, a maneira mais prática de multiplicar o seu ilícito enriquecimento. Tenhamos a franqueza de dizer: sob as vistas dos próprios órgãos responsáveis pelo setor, impotentes para corrigir tão deplorável crime, repetem-se estas distorções, como um anátema aos princípios revolucionários. E isto acontece exatamente na outra Região Centro-Sul de onde provêm os recursos. Dessa forma, o Nordeste perde 20% dos subsídios que lhe deveriam chegar.

Permitir a continuidade do atual sistema de incentivos é concorrer para que algumas empresas do Centro-Sul, por intermédio de prepostos seus, multipliquem suas fortunas e escravizem cada vez mais a Região empobrecida. Senão vejamos: a indústria, em toda parte onde pode prosperar e só assim ela será útil à economia que lhe alimenta –

torna-se o agente captador dos lucros que possam ser tirados dos produtos primários. Que vai ocorrer? Ao se fixar, não tendo outro interesse senão perseguir o lucro, o empresário levará o *know how*, deixando ao nordestino meia dúzia de empregos primários. Em contrapartida, canalizará para a região de origem todo o rendimento que a empresa tenha capacidade de produzir. A implantação de uma indústria, por si só, não significa desenvolvimento. O seu progresso, a sua capacidade lucrativa, a multiplicação dos recursos advindos da sua atividade, aplicados na área de implantação, é o que gera riqueza e promove o desenvolvimento.

Seria ingenuidade admitir que isto pudesse ocorrer dentro do mesmo país, contrariando toda a filosofia capitalista: reter numa região pobre o capital sempre ávido de lucros, quando a outra lhe oferece condições mais favoráveis.

Não creio que uma Nação enriqueça outra Nação; que um Estado venha desenvolver outro Estado; que o capital emigre de um setor próspero e de economia estável para outro mais pobre e sem perspectivas na sua economia.

Sempre evitei, durante os diálogos e as discussões aqui travadas, particularizar a situação do meu

Estado, mas, para melhor ilustrar estes argumentos, não devo ocultar uma realidade decorrente da política de incentivos. Após dez anos, ou seja, no início deste ano de 1971, o Rio Grande do Norte havia recebido, por meio dos incentivos, apenas 76 milhões de cruzeiros, quantia irrisória para implantação de uma indústria, mesmo pequena.

Estas as considerações preliminares que me ocorreram para chegar ao ponto central do meu raciocínio e apontar, com o patriotismo e a vivência de quem já governou um dos Estados mais empobrecidos da Região e por ele foi três vezes eleito seu representante no Senado Federal, os rumos mais indicados para promover o desenvolvimento do Nordeste.

Começarei por afirmar que somente buscando os recursos em muitos que os detém, e nunca lhes adicionando somas pertencentes ao País, é que se propiciará o desenvolvimento da Região. Como fazer? Por meio da criação de um fundo orçamentário, sem nenhum ônus para o Tesouro, pois seu limite deveria ser o correspondente aos atuais incentivos. Uma vez incluído no Orçamento, anualmente se repetiria, na mesma proporção, e a soma de sua arrecadação seria depositada,

trimestralmente, no Banco do Nordeste, com a finalidade de atender ao financiamento de projetos estudados, aprovados pela SUDENE, que orientaria, ainda, sua execução. Sou contrário a qualquer tipo de paternalismo, especialmente no plano econômico; por isso mesmo, advogo que sejam tais recursos utilizados para empréstimos, por vinte anos, com quatro de carência, a juros de 4% anuais, ficando o investidor obrigado a despende soma idêntica à que atualmente é prevista nos investimentos pelos incentivos fiscais. À proporção que fossem sendo pagas as prestações, o Banco as escrituraria a crédito do fundo, propiciando uma rotatividade de recursos que, em meio século, mudaria a face econômica do Nordeste.

Será ilusório pensar em mudança rápida da economia nordestina, se para ela não voltarem os altos Poderes da República, dispostos a carrear grande, diria melhor, gigantesca soma de recursos, com aplicações setoriais, a começar pela educação profissional e manutenção de um sistema de preços justos para os produtos da Região.

Entendo que não seria exagerada a concessão das vantagens previstas no plano esboçado, uma vez que os incentivos (34/18) entregues gratuita-

mente, como ocorre no momento, sem obrigação de retorno, significam uma fórmula paternalista, condenada nos países desenvolvidos do mundo, notadamente quando o beneficiário é uma classe por si já privilegiada.

O fundo, que até bem pouco tempo era recusado liminarmente pela política econômica do Governo, já foi admitido na assistência à Agroindústria e, de maneira indireta, em alguns itens do PROTERRA.

Deixo, aqui, meus companheiros de Partido e colegas de representação, embora em traços rápidos, o que a minha experiência, a minha inteligência, o meu amor que nos irmana no sofrimento, pelo afã de servir, levem-me a seguir os caminhos que possam conduzir as novas gerações de nordestinos a um futuro mais ameno.

POSFÁCIO

Pedro Sisnando Leite

Nas últimas décadas, o Nordeste mudou muito. De uma economia baseada na agricultura, tornou-se uma região urbanizada.

Com enormes contingentes de pessoas que se deslocaram do campo para as cidades em busca de novas oportunidades, ou que foram expulsos das lastimáveis condições de vida em que se encontravam. Com o passar do tempo, foram emergindo centros industriais importantes impulsionados por incentivos fiscais, financiamentos do Banco do Nordeste e crescimento dos mercados consumidores de bens duráveis e manufaturados. São exemplos dessas tendências os centros metropolitanos de Salvador, Recife e mesmo Fortaleza, que passou a ser conhecido como o Terceiro Polo industrial da região Nordeste.

Enquanto essas transformações ocorriam, a riqueza se concentrava, gerando desigualdades econômicas e sociais graves, com destaques nas

estatísticas comparativas internacionais. As diferenças de renda se afastavam entre o campo e as cidades, entre estados da própria Região e, principalmente, entre o Nordeste e o Sudeste.

Como é sabida, essa situação não era nova e foi sendo mais bem estudada desde a década de 50 e 60, quando foram criados o Banco do Nordeste e a SUDENE com o propósito de harmonizar melhor o crescimento de uma nação reconhecidamente referenciada pelas potencialidades e destino estratégico na economia mundial.

Os jovens economistas, sociólogos e cientistas políticos do Sudeste e do Nordeste tinham um consenso de que eles sabiam o que fazer, com apoio nas doutrinas econômicas que se popularizavam na América Latina e nos Órgãos das Nações Unidas. Todo o modelo econômico internacional elaborado desde o final da Segunda Guerra Mundial, que havia impulsionado a Era de Ouro do Capitalismo, estava em crise na entrada dos anos 70, quando a COCENE focava para a Região Nordeste as suas preocupações.

Na verdade, desde a década de 60 aceitava-se, independente do matiz ideológico, que havia disparidades regionais elevadas no Brasil e que

eram necessárias providências urgentes para saná-las. Para isso, alguns defendiam que deveria ocorrer uma vigorosa intervenção do governo por meio de políticas públicas com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais.

A preocupação era a ameaça à integridade nacional. A ala esquerda do pensamento regional de então defendia políticas de subsídios aos empresários e investidores locais como política de desenvolvimento regional. Neste caso, a prioridade deveria ser direcionada aos pequenos empresários.

A influência no Nordeste da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), comandada pelo renomado economista Raul Prebisch, exerceu uma grande influência nas ideias que nortearam os formuladores de políticas dos planos da SUDENE e do Governo Federal para o Nordeste. Desnecessário lembrar que Celso Furtado pertencia aos quadros dessa Instituição.

A concepção predominante nos meios acadêmicos nordestinos, por sua vez, era de um modelo de desenvolvimento baseado numa economia nacional fechada ao mercado mundial e numa economia que produzisse para o mercado interno. Os próprios regimes militares, no Peru, no Equador e mesmo no

Brasil, adotaram-no. De maneira geral, a lógica era de uma economia de modo autárquico, como os países socialistas de então estavam seguindo.

Outra influência marcante seguida na filosofia de trabalho da SUDENE, comandada por Celso Furtado, era baseada na teoria econômica neoclássica, segundo a qual há retornos crescentes de escala na produção industrial. Ou seja, a produtividade do capital e do trabalho tende a aumentar quando a produção de uma empresa aumenta a produção: quanto maior a empresa, menores são os custos médios, como Paul Samuelson ensina. Outro pressuposto popularizado da teoria econômica clássica é de que há uma tendência a aglomeração espacial da produção industrial. Quando vários fatores estão juntos em uma determinada área (matérias-primas, mercados, qualificação da mão de obra, serviços) verifica-se um processo de causação circular acumulativa, conforme a teoria de Gunnar Myrdal.

Esses comentários estão sendo feitos à guisa de explicação ao leitor no sentido de que as políticas propostas para o desenvolvimento regional não eram ideias aleatórias, mas moldadas por princípios científicos ou doutrinários, alguns dos quais ainda perduram até os dias de hoje.

Outro enfoque seguido pelas políticas econômicas brasileiras repercutiu nas diretrizes regionais no contexto do projeto de integração nacional. De fato, o Nordeste entrou tarde na era da industrialização, e mesmo assim buscou o caminho da substituição das importações. Sem maiores investimentos na pesquisa e inovações tecnológicas, enquadrou-se por consequência no modelo de dependência e da armadilha do chamado capitalismo central. Os trabalhos do GTDN (1959) foram marcos na literatura sobre a questão regional no Brasil na década de 70.

Mesmo sendo oriundo da Cepal, na década de 60, Celso Furtado achava que o desenvolvimento era possível no Nordeste desde que se tivesse um Estado mais atuante e se estabelecesse uma nova política de relacionamento com o capital estrangeiro. Como essa alternativa não se tornou viável, a SUDENE buscou as fontes de financiamento para a industrialização nordestina no capital e empresários alienígenas do Sudeste do Brasil. Essa orientação, mesmo que relativamente bem sucedida, tem merecido severas críticas dos analistas das políticas do Nordeste. Muitos documentos e pronunciamentos de pessoas dessa Re-

gião abordaram essa polêmica questão, que não vamos tratar nessa oportunidade.

A política de desenvolvimento regional de hoje terá que ser bem distinta da que se propôs e se programou no passado, embora não se deva perder a visão do que restou dessas iniciativas. Ou seja, a antiga política de desenvolvimento regional dos anos 60 e 70 não pode ser ressuscitada em termos originais como o governo está desordenadamente tentando. Os programas de investimentos estão sendo criados por sugestões ou demandas de Estados ou grupos de apoio político da chamada base aliada, sem estudos, planejamento e metas claras. Certamente o governo está desperdiçando recursos com essas ações e mais cedo ou mais tarde serão desativados.

Os programas regionais demandam maior sofisticação de instrumentos e abordagens voltadas a um desenvolvimento sustentável no contexto da globalização. A diversidade socioeconômica das várias regiões carece de tratamentos quase individualizados, mesmo que dentro de uma tipologia nacional. Não se justifica mais a tentativa de copiar o modelo proposto em 1970 pelo Ministro da Fazenda do Governo Médici (Delfim Netto) cha-

mado de Programa Nacional de Desenvolvimento Regional. Aliás, este tem sido na prática o que o Brasil tem feito nos últimos quarenta anos, com resultados invariavelmente favoráveis ao Sudeste e Sul do Brasil.

A dimensão regional do novo desenvolvimento econômico com menos desigualdade e pobreza deve ser de natureza inclusiva social e territorialmente. A agenda principal carece de maior atenção para as estratégias que coloquem no centro das prioridades o tecido produtivo das regiões e as empresas dinâmicas. Deve tratar da educação de qualidade desde o ensino fundamental ao universitário.

Estudos sobre o desenvolvimento regional da União Europeia (Bachtler, 1995) apresentam algumas conclusões oportunas sobre esse assunto. A abordagem das disparidades regionais ou o conceito de problema regional vai além da renda e do emprego para contemplar itens como capital humano, recursos educacionais, acesso a financiamentos tecnológicos. Além disso, outros estudiosos (Holthus, 1996) destacam, com base na experiência europeia, que os instrumentos tradicionais de subsídios às empresas estão desaparecendo ou sendo suplementados por medidas para aprimorar

as disponibilidades de infraestruturas, sistemas de consultoria e informação, mecanismos de transferência de tecnologias, treinamento, capacitação e desenvolvimento de redes.

Em alguns países, o papel do governo central está se tornando decrescente, passando para o de coordenação das políticas, facilitando e financiando o desenvolvimento regional. Com base nas experiências internacionais, a visão nova é de que mesmo que a redução das disparidades regionais de renda e emprego permaneçam relevantes, a expectativa é de que o desenvolvimento regional promova a competitividade e o crescimento econômico nacional mediante a autossuficiência regional. A nova geografia econômica do Brasil deverá ser de uma política de coesão do desenvolvimento ou de agregação de sub-regiões, tendo a participação conjunta do apoio direto da União e dos Estados de cada Região.

Temos vários Brasis que não podem ser tratados igualmente, mas com programas específicos de acordo com cada situação. A política nacional de desenvolvimento regional está na Constituição de 1988. O que precisamos agora são planos regionais para as áreas subdesenvol-

vidas que irão contribuir para o desenvolvimento nacional. Como afirmou o ex-ministro de estudos estratégicos Roberto Mangabeira Unger (2009): Nunca teremos um Brasil desenvolvido sem a solução do problema do Nordeste.

Os estudos do Banco do Nordeste que subsidiaram a COCENE, que é o tema deste livro, foram sobre o Nordeste e propuseram uma política para o Nordeste. Os resultados foram excepcionais, representado por taxas de crescimento médio de 10% ao ano na década de 1970-1980, como estipulado nesses estudos. Parte do milagre brasileiro de crescimento da economia nesse período foi resultado dessa ação regional.

Para realizar trabalho de tal magnitude, o Banco mobilizou perto de 20 técnicos de seus quadros. Contou ainda, para elaboração de algumas monografias, com a valiosa colaboração de entidades como a ELETROBRÁS, o Grupo Executivo e de Integração da Política de Transportes (GEIPOT), Laboratório de Ciências do Mar (LABOMAR), da Universidade Federal do Ceará, e de alguns técnicos contratados. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) contratou o professor Stefan H. Robock, da Universidade de

Columbia, em Nova Iorque, para dar assistência técnica na elaboração do estudo. Colaboraram na discussão de aspectos metodológicos e no fornecimento de dados órgãos como a SUDENE, IPEA e Fundação Getúlio Vargas. Técnicos desses órgãos e de outros como o BID, Banco Nacional de Habitação (BNH), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) deram valiosas sugestões durante a discussão de várias monografias do projeto. O Prof. Benjamin Hopenhayn, do Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Econômico e Social (ILPES), passou duas semanas em Fortaleza, discutindo aspectos metodológicos e resultados com a equipe responsável pelo estudo. O economista Juvenal Osório, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), deu assessoramento, em diversas oportunidades, aos estudos do setor industrial.

Em busca de experiências internacionais para subsidiar esses estudos do Banco do Nordeste, o Dr. José Nicácio de Oliveira e o organizador deste livro (Pedro Sisnando Leite) fizeram uma viagem ao redor do mundo em 1970. Mantiveram contatos com as principais autoridades dos principais

órgãos das Nações Unidas, dos ministérios e destacadas personalidades no campo do desenvolvimento econômico.

Os principais países visitados foram Espanha, França, Inglaterra, Iran, Índia, Japão, Estados Unidos e México. Na época, o Japão vivia sua fase de “milagre econômico”, e a missão dedicou muita atenção em entender esse fenômeno, que se manifestava também no Brasil. Foram 50 dias de estudo e aprendizado sobre as estratégias e ações na luta pelo desenvolvimento (Pedro Sisnando Leite, *A Luta pelo Desenvolvimento Regional e Rural do Mundo*: relato de políticas e resultados em países visitados pelo autor. Fortaleza, BNB, 2006).

O certo é que, em cada nação, o desenvolvimento regional se apresenta com uma face distinta, como ensinava o Dr. Paul Hoffman, ex-diretor do Fundo das Nações Unidas: “cem países, cem problemas”. A tarefa que se impõe ao Nordeste do Brasil é construir a sua identidade histórica e encontrar o caminho de um desenvolvimento com menos pobreza e mais justiça social.



ANEXOS

EXCERTOS DAS EXPOSIÇÕES DE
ALGUNS MINISTROS NA COCENE



**REUNIÃO DE 3 DE AGOSTO DE 1971, SOB
A PRESIDÊNCIA DO SR. DEPUTADO JOSÉ
BONIFÁCIO. (EXCERTO)
SENADO FEDERAL**

Expositor: Prof. Antônio Delfim Netto

MINISTRO DA FAZENDA
EXPOSITOR

“Antes de discorrer sobre as realizações do Governo Federal no Nordeste, cumprir-se-á fazer três observações:

- a) Acredito que o problema do Nordeste, na sua complexidade, depende muito do conhecimento factual.
- b) Creio que não existe um só Nordeste: existem vários nordestes. Não existe uma estrutura à qual se possa chamar de Nordeste a que se possa aplicar uma política. Existem muitos nordestes, pelo menos três ou quatro. Teremos de estudar cada um desses Nordestes, de acordo com as suas peculiaridades geográficas e sociológicas, se quisermos entender o problema.

Portanto, quando eu falar em termos genéricos, compreende-se que estou certo de que cada uma das minhas afirmações será mais válida para uns e menos para os outros Nordeste. Cada uma delas poderá ser, inclusive, negada em um ou outro dos nordestes. Mas será válida para alguns deles. No decurso desta exposição é importante que se guarde esta observação.

- c) A terceira observação que gostaria de fazer é de que creio fundamentalmente numa lei de mínimos, isto é, o fator limitante de maior importância determina o nível de produtividade de cada região. Quando estivermos falando, portanto, no papel do fertilizante ou em mecanização da agricultura, é preciso ficar claro que, para cada um dos Nordeste a que nos estamos referindo, existe um fator limitante interior, que tem de ser atacado, sem o qual não há condições de se elevar o nível de produtividade. Por exemplo, se o solo é pobre, se é raso, se existem deficiências de nutrientes, se, relativamente ao nível de produtividade, a deficiência de água é superior a de nutrientes, a simples superação da deficiência de nutrientes será incapaz de resolver o problema da região.

Gostaria, portanto, que, no desenvolvimento subsequente de meu raciocínio, fossem levadas sempre em conta essas duas restrições: Primeira, de que estou perfeitamente ciente de que existem muitos Nordeste; segundo, de que estou perfeitamente ciente de que existe uma lei de mínimos.

É de minha intenção analisar o problema do Nordeste dentro da estratégia global do Brasil. Não se trata, realmente, de desenvolver apenas o Nordeste. Trata-se de desenvolver o Nordeste dentro do Brasil; trata-se de manter a identidade nacional. Este é problema básico que temos de resolver. Não estamos procurando construir um entreposto comercial eficiente. Estamos procurando construir uma nação. É por isso que nem sempre o ponto de vista puramente econômico pode ser o decisivo na escolha das políticas. Se quiséssemos construir apenas um entreposto comercial, certamente este seria o ponto de vista que viria sobrepujar todos os outros. Mas não é só. Estamos tentando construir uma nação, e o problema do Nordeste, portanto, tem de ser enquadrado dentro do ponto de vista nacional. Que desejamos mais? — O ponto de vista nacional e o desenvolvimento. De que depende esse desenvolvimento? Quais

são os fatores que estão por baixo dele? — Verificamos que crescer significa desenvolver pelo menos dois setores da economia: o setor agrícola e o setor industrial. De fato, quanto a essa parte, se pegarmos as estimativas da Fundação Getúlio Vargas, veremos que o crescimento da agricultura e o da indústria explicam, praticamente, todo o crescimento do produto. Portanto, se quisermos crescer, teremos de desenvolver a agricultura e a indústria. Mas não queremos apenas crescer. Queremos que o crescimento “*per capita*” seja maximizado. Queremos, portanto, que ele se realize em termos máximos, descontada a taxa de crescimento da população. Se pensarmos um pouco, vamos verificar que teremos de expandir a taxa máxima tanto na agricultura como a indústria”.

**REUNIÃO DE 21 DE JULHO DE 1971,
SOB A PRESIDÊNCIA DO SR. SENADOR
DINARTE MARIZ (EXCERTO)
SENADO FEDERAL**

Expositor: Dr. João Paulo dos Reis Velloso

MINISTRO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

O SR. PRESIDENTE — Declaro aberta a sessão. Concedo a palavra ao Ministro João Paulo dos Reis Velloso, para que S. Exa. faça sua explanação sobre assunto de interesse da nossa região, o Nordeste.

“Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente da Comissão, Sr. Coordenador-Geral, Srs. Coordenadores desta Comissão, Srs. Senadores e Srs. Deputados, minha presença nesta Comissão da ARENA tem o sentido claro de evidenciar o apreço que, como Ministro do Governo Médici e como nordestino, tenho pelo trabalho deste órgão técnico. Devo fazer uma exposição, embora não seja longa, sobre o Terceiro Governo da Revolução e a transformação do Nordeste. Começaria apresentando alguns quadros, que me permitirão desenvolver o raciocínio. No final do primeiro semestre de 1970, o Presidente Médici visitou o

Nordeste, quando se configuraram as secas daquele ano. Do pronunciamento do Presidente, gostaríamos de destacar o trecho em que S. Exa. diz que “nesta cidade do Recife, perante Governadores de Estado e Ministros, pensando no povo, particularmente no povo nordestino, quero dizer que não me sinto com poderes e dons para fazer milagres, mas tenho firmeza, confiança e decisão para proclamar à Nação inteira que, com a ajuda de todos os brasileiros, e com a ajuda de Deus, o Nordeste afinal haverá de mudar”. Essas palavras deflagraram toda uma sequência de decisões do Governo e colocaram o Nordeste no primeiro plano das preocupações nacionais. Na ocasião, o Sr. Presidente autorizou que fosse anunciado um conjunto de medidas em favor da Região, de sentido imediato e de médio e longo prazo, já com a ideia da transformação do Nordeste. Poderia dizer, em síntese, que todas as medidas foram executadas, ou seja, na primeira parte, as de caráter imediato, sendo que as de médio e longo prazo se encontram em execução. V. Exas. conhecem o elenco de medidas. Elas diziam, na primeira parte, respeito principalmente ao problema da seca. Já as medidas de médio prazo se referem à mudança da economia

e da sociedade do Nordeste. Pediria a atenção de V. Exas. para a referência que aqui já existe, fortalecendo a ênfase na política de desenvolvimento mais integrado da região, com a intensificação do esforço de tornar a sua agricultura menos vulnerável ao fenômeno do ciclo das secas. Também quando se fala em maior apoio financeiro e técnico à agricultura do Nordeste, inclui-se o desenvolvimento da pesquisa agrícola. A última medida, qual seja da integração da política de fortalecimento da agricultura do Nordeste com o programa de ocupação de vales úmidos e espaços vazios, para a utilização de forma ordenada e racional da mão de obra não utilizável na região semiárida, inclui um programa de irrigação e colonização nos vales úmidos do Nordeste, no Maranhão, no Planalto Central e outras áreas disponíveis para a expansão da fronteira agrícola. Pode-se observar que o embrião de dois grandes programas anunciados posteriormente pelo Governo já estavam nessas definições básicas, quando tomamos as medidas um, dois e quatro, ou seja, o Programa de Integração Nacional e o PROTERRA. A partir de então, tivemos realmente uma sequência de providências: o Decreto-Lei nº 1.106, que estabeleceu o Programa

de Integração Nacional, com a aprovação da construção da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém e do Programa de Irrigação do Nordeste; a Resolução nº 147, ainda de junho do ano passado, que destinou inicialmente 20 milhões de cruzeiros para o fortalecimento da agricultura no Nordeste, na emergência da seca; mais para o fim do ano, as visitas dos Ministros do Interior e do Planejamento à Zona da Mata, para examinarem os problemas daquela área; o Programa de Incentivos ao Algodão, inclusive sob o aspecto de pesquisa e plantio; mais recentemente, a Resolução nº 175, no início de março deste ano; posteriormente, a Resolução nº 181, do final de março, que aprovou um Programa de Crédito Rural orientado para o Nordeste e a Amazônia, no valor de 800 milhões de cruzeiros, até 1974; a destinação de recursos do Programa de Integração Nacional à Transamazônica, no valor de 270 milhões de cruzeiros, no corrente exercício, e 70 milhões de cruzeiros à área do Ministério do Interior, particularmente ao Programa de Irrigação; a Lei nº 5.654, de maio deste ano, que aprovou o programa relativo à produção açucareira. Durante toda essa fase, tivemos a elaboração do Programa Regional de Desenvolvimento

para o Nordeste, e, finalmente, mais recentemente, a aprovação do PROTERRA, como resultado de uma série de estudos que já vinham sendo realizados há vários meses. A verdade é que houve uma continuidade nas medidas em relação ao Nordeste, que deve prosseguir, estou certo, pois realmente não há problema que mais preocupe o Presidente da República e o seu Ministério do que o do Nordeste. Teremos, portanto, medidas em favor do Nordeste até o último dia do Governo Médici. Para apresentar o papel do Terceiro Governo da Revolução, no tocante à transformação do Nordeste, gostaria de projetar uma perspectiva do crescimento do Nordeste. (Projeção de slides.) Conhecemos — creio que o Presidente do Banco do Nordeste as apresentou aqui — as previsões preliminares do Banco do Nordeste para a década de 70, em termos de crescimento para o Nordeste da ordem de 10%, em comparação com 7% do período anterior, com algo da ordem de 5% a 6,5% para o setor primário, 15% para o secundário e 10% para o terciário, significando uma mudança de estrutura da economia do Nordeste, de modo que o setor secundário passará de 15% a 23% do produto regional até 1980.

Vimos dois tipos de problemas numa projeção como esta, realizada cuidadosamente, mostrando a dificuldade de uma estratégia para o Nordeste. Primeiro, o crescimento da agricultura é ainda relativamente lento, ou seja, é praticamente o crescimento que se observou no período anterior. Mesmo se se aceitar uma projeção da agricultura da ordem de 6,5%, sabemos que o pessoal do Banco do Nordeste está examinando detidamente o problema existente da demanda, capaz de sustentar esse crescimento. Ao mesmo tempo, vamos indagar se haverá demanda para um crescimento industrial de 15% ao ano, cumulativamente durante uma década, particularmente quanto ao mercado, ou seja, se vamos conseguir sustentar, durante 10 anos, um crescimento industrial de 15% com uma agricultura com baixo nível de renda, que iria crescer de forma ainda relativamente lenta, na ordem de 5% ou 6% ao ano. Talvez por isso possamos definir, de maneira um pouco menos precisa, as perspectivas e, depois, voltar à natureza desses problemas já mencionados.

Para conhecimento de V. Exas., apresento agora o elenco das principais medidas aprovadas pelo governo Médice em favor do Nordeste do Brasil”.

I – MEDIDAS IMEDIATAS

- 1) Garantia de recursos, por meio de créditos adicionais, para execução pronta do Plano de Emergência da SUDENE. Será mantido o sistema de frentes de trabalho e de programas especiais necessário a empregar toda a mão de obra tornada disponível pela ocorrência da seca.
- 2) Garantia de abastecimento normal dos gêneros essenciais – notadamente arroz, leite em pó, farinhas de mandioca e milho, feijão, sal – particularmente nas áreas próximas às frentes de trabalho. Com a criação recente de mais seis centros de abastecimento, já se encontram em operação no Nordeste doze centros de abastecimento. A fiscalização será tornada rigorosa para evitar especulação, que não será tolerada em qualquer circunstância.
- 3) Autorização de crédito especial à agropecuária nas zonas atingidas pela seca, para retenção dos trabalhadores nas fazendas e melhoria da infraestrutura das unidades agrícolas, a ser regulado pelo Conselho Monetário Nacional, com prazos longos e juros baixos, dentro do limite

inicial de até Cr\$ 20 milhões, para execução por meio do Banco do Brasil SA. O crédito permitirá, principalmente, execução de estocamento; construção e conservação de açudes e aguadas, compreendendo o levantamento de pequenas barragens, abertura de canais, instalação e perfuração de poços, cacimbas, tanques, barreiras e bebedouros, formação, limpeza e restauração de pastagens; e formação de culturas forrageiras, especialmente as arbóreas e xerófilas.

- 4) Reforço do apoio creditício à agricultura das zonas atingidas pela seca, pelo Banco do Brasil e Banco do Nordeste, por meio, sempre, do exame, caso a caso, dos pedidos de assistência financeira, com ênfase em reescalonamento da dívida no caso de safras frustradas, com redução da taxa de juros; apoio à preparação de condições para maior rendimento na próxima safra; deferimento pronto dos projetos agrícolas, já em exame, com capacidade de maior absorção de mão de obra; programa intensivo de preparação de sementes.
- 5) Antecipação de recursos do Fundo Especial, destinado aos Estados do Nordeste. Decisão recente do Governo Federal, nesta semana, libe-

rou novas quotas para os Estados nordestinos correspondentes a cerca de Cr\$ 33 milhões, já disponíveis, nas agências do Banco do Brasil.

- 6) Antecipação da implementação de projetos de habitação, abastecimento de água e esgotos, em pelo menos mais 40 cidades do Nordeste, ainda no corrente ano, significando investimentos adicionais de Cr\$ 20 milhões.
- 7) Na área dos Transportes, determinação já transmitida a todos os Distritos Rodoviários no sentido da intensificação das obras na região, com o máximo aproveitamento adicional da mão de obra local, ainda que permaneça subutilizada; e criação de novas tarefas, no setor de conservação de estradas, com destinação imediata à SUDENE, para tal fim, de Cr\$ 1,5 milhões provenientes de taxa rodoviária federal.
- 8) Na área do Trabalho e Previdência Social, utilização maciça, no Nordeste, dos recursos já existentes do Fundo de Assistência aos Desempregados, que já conta com Cr\$ 20 milhões; destinação imediata de Cr\$ 1 milhão do FUNRURAL para assistência às populações assoladas; e execução urgente de programas de formação acelerada de mão de obra, na cons-

trução civil (convênio com o BNH) e na agricultura (convênio com a ANCAR), mediante concessão de pelo menos 20.000 bolsas anuais de formação profissional, no Nordeste.

- 9) Na área de Saúde, garantia de assistência médico-sanitária às populações flageladas, cujo índice médico-sanitário, dentro dos padrões da região, apresenta-se normal, até o momento. O Ministério da Saúde apoiará as Secretarias de Saúde nos Estados, particularmente no tocante à vacinação em massa dos trabalhadores nas frentes de trabalho, e acompanhará detidamente a evolução do índice de saúde na área, para controle imediato de qualquer eventual surto epidêmico.

II – MEDIDAS DE MÉDIO PRAZO

- 1) Fortalecendo a ênfase na política de desenvolvimento mais integrado da região, com intensificação do esforço de tornar a sua agricultura menos vulnerável ao fenômeno cíclico da seca, execução acelerada de amplo progresso de irrigação no Nordeste, cujos projetos prioritários já estão definidos. Além dos recursos

internos já identificados ou em consideração, fontes externas de recursos serão utilizadas para permitir elevação substancial das metas de expansão de área irrigada.

- 2) Maior apoio financeiro e técnico à agricultura do Nordeste, incluindo o desenvolvimento da pesquisa agrícola na região e as políticas de preços mínimos, extensão rural e disseminação de insumos modernos.
- 3) Execução de programa sistemático e permanente, a ser executado todo ano, no período de janeiro a março, de desenvolvimento da técnica de precipitações induzidas (chuvas artificiais), mediante colaboração institucionalizada dos Ministérios do Interior, Agricultura e Aeronáutica com as Universidades.
- 4) Integração da política de fortalecimento da agricultura no Nordeste com o programa de ocupação de vales úmidos e espaços vazios, para utilização, de forma ordenada e racional, da mão de obra não utilizável na região semi-árida em programas de irrigação e colonização nos vales úmidos do Nordeste, no Maranhão, Planalto Central e outras áreas disponíveis para a expansão da fronteira agrícola.



**REUNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 1971,
SOB A PRESIDÊNCIA DO SR. DEPUTADO
BATISTA RAMOS (EXCERTO)
SENADO FEDERAL**

Expositor: Dr. Luis Fernando Cirne Lima

MINISTRO DA AGRICULTURA

“Ao analisarmos o mapa que mostra a distribuição de área, de população e de renda no Brasil, creio que temos perfeitamente delineado o que consideramos como o maior problema nacional. No Nordeste, temos cerca de 15% da área do País, 25% de sua população e 13% de sua renda. No Norte, 59% do território, 8% da população e 4% da renda. No Sul, 26% da área, 67% da população e 83% da renda. Esses dados, evidentemente, para serem tomados como das três grandes regiões brasileiras, são difíceis de sofrer limitação. Acredito que, no Nordeste, a área seja um pouquinho inferior e a população maior. Mas, de qualquer maneira, este quadro serve perfeitamente para caracterizar o que consideramos como o maior problema nacional: as desigualdades regionais. E cremos fundamentalmente não ser este

apenas um problema do Nordeste ou do Norte, mas de todo o Brasil. Realmente, não acreditamos que um País possa ser forte e a sociedade livre e aberta, como pregamos, quando coexistem desigualdades regionais tão acentuadas. Acreditamos que a solução desses problemas e a minimização dessas diferenças constituem o grande problema político, social e econômico desta Nação e acreditamos também que, antes de tudo, este é um problema de todos os brasileiros. Somente quando o encararmos assim, quando todos se conscientizarem da gravidade da situação, considerando-o problema nacional, é que estaremos dando os primeiros passos firmes no sentido de sua solução.

Assim, não é um problema apenas de homens do Nordeste, mas, sim, de todo o País. Da população nordestina, estimada em torno de 28 a 30 milhões de habitantes, cerca de 50% vivem da terra. E, em termos de força de trabalho, de cada três homens, dois trabalham na agricultura. Tem, portanto, a agricultura importância fundamental, dentro da vida econômica da região. Para que se possa fazer uma ideia do que representa a comparação, no aspecto de população rural e urbana, bastaria lembrar que, no nosso fulgurante Estado

de São Paulo, hoje, cerca de 80% a 82% da população vive na cidade e apenas, de 18% a 20%, no campo, como índice do seu alto desenvolvimento. Todos sabemos, e é frequentemente citado, o exemplo dos Estados Unidos que, com cerca de 4 a 5 milhões de pessoas vivendo nos campos, consegue produzir alimentos, com excedentes exportáveis, para uma nação de 200 milhões de habitantes. Naquele país, reduzidíssima percentagem vive na terra. A maioria esmagadora da sua população vive na cidade.

Em termos de análise geral do quadro da situação nordestina, não creio, por outro lado, que se possa divorciar a solução do Nordeste da solução do Norte. São problemas que se interligam. E, como muito bem disse o Presidente Médici, em Manaus, mais cedo ou mais tarde, em prazo ainda difícil de precisar, deveremos unir o destino dos homens sem terra do Nordeste à terra sem homens do Norte amazônico. Aliás, outra não é a ação do Presidente Médici, em atos concretos, por meio da instituição do Plano de Integração Nacional e do PROTERRA.

A solução não é fácil, pois, ao encararmos a realidade nordestina de hoje, temos diante de

nós 400 anos de História das mais ricas da nacionalidade brasileira. E os problemas dá região já tiveram a seu serviço o que há de melhor em matéria de talento e capacidade de realização do homem brasileiro, para não falar no Príncipe Maurício de Nassau. Suas recomendações, pelo menos algumas delas, são ainda válidas e importantes nos dias de hoje. Estamos, portanto, cônscios da responsabilidade que representa o desafio nordestino, principalmente em matéria de dificuldade. Seria extrema ingenuidade de nossa parte pensarmos que fomos anteceditos em 400 anos de História brasileira por homens desprovidos de sensibilidade e incapazes de encarar problemas dessa magnitude.

Desejamos tomar como base quadros que são bastante conhecidos, a respeito de distribuição de renda entre setor urbano e setor rural do País, no Nordeste, em São Paulo e em outras regiões. Entendemos que aqui (mostra o quadro) se encontra o aspecto crucial da questão: o Nordeste, com 312 dólares de renda anual *per capita*, no setor urbano, e 136 no setor rural; o sul, com 757 dólares e 337; São Paulo, com praticamente 800 e 520; outros, com 644 e 174. E a média brasileira, logo abaixo,

é de 614 e 210. Sinceramente, acreditamos que existe um gravíssimo ponto entre essas duas cifras.

Mas desejamos chamar a atenção dos Srs. Parlamentares para o problema da renda do Nordeste no setor rural. Se, na verdade, ela é bem inferior, é evidente, de outra parte, que existe uma correlação entre urbano e rural nas diferentes regiões. No Nordeste, a composição é de menos 2,3; no Sul, de 2,2; em São Paulo, de 1,5; em outras regiões, de 3,7; no Brasil, de 2,9. Existe, portanto, uma correlação entre renda urbana e rural, que, aliás, não é característica econômica nordestina ou brasileira, mas bem conhecida. Se esta cifra de 136 dólares de renda anual *per capita* se constitui num elemento de perplexidade para nós, desejava convidar V. Exas. para juntos debatermos este aspecto e fazermos a decomposição da população nordestina que vive na terra. Quais os seus diferentes níveis de renda? Ao analisarmos esta situação, tivemos oportunidade de receber dados de estudos realizados pela SUDENE, pelo INCRA e pela FAO, em que se mostrava que 79% da população rural do Nordeste, ou seja, cerca de 15 a 16 milhões de pessoas, dentro da população global de 30 milhões, tinha renda em termos de 40 a 50

dólares *per capita*. Quando nos foram apresentadas essas cifras, apesar da idoneidade dos organismos de onde provinham, como V. Exas. neste momento devem estar pensando, não as aceitamos como absolutamente verossímeis, por não se poder acreditar que exista percentagem tão elevada de população com nível de renda tão baixo. Mas, se fizermos análise da verdadeira situação do Nordeste e lembrarmos ainda um fato bem próximo no tempo, o da seca de 1970, em que cerca de 500 mil homens acorreram às frentes de trabalho em troca de uma remuneração de dois cruzeiros por dia, começaremos a aproximar-nos da realidade nesta análise.

Desejo agora apresentar este outro quadro: índice de crescimento da agricultura do Nordeste, nos períodos de 1900 a 1965, de 1965 a 1970, e a projeção de 1970 a 1980 que aqui está. Vejam que temos uma média de 5,3% e 6,3% na segunda metade da década. Estes dados, comparados com os do Brasil, de 4,5%, indicam que a agricultura do Nordeste cresceu economicamente mais do que a média brasileira. Com isto, queremos afirmar que não é pura e simplesmente fazendo crescer a agricultura do Nordeste que iremos equacionar

esses problemas, do contrário eles já estariam resolvidos, porque estamos crescendo a índices bem superiores aos das demais regiões do Brasil. Existem outros problemas, como, por exemplo, o da distribuição.

Nossa presença aqui hoje visa justamente enfatizá-lo. Tenho outro dado de aspecto de emprego. Quero mostrá-lo, ainda que se refira ao setor urbano, porque é muito difícil se apresentar no setor rural. São também dados do Banco do Nordeste, em que vemos que o Nordeste gerou apenas 62 mil empregos novos para 532 mil brasileiros, quando sabemos que, aquela região conta com cerca de 1/3 da população nacional. Essa diferenciação de capacidade de geração de emprego se constitui para nós num problema gravíssimo.

Concordamos plenamente em que o plano de industrialização do Nordeste levou a muitas distorções, uma vez que os empreendimentos se caracterizam por alta utilização do fator capital, que era barato, porque 50% do capital provinha de incentivos fiscais liberados pelo Governo. No entanto, não tivemos significativos resultados na criação de novas oportunidades de trabalho, o que me parece também um dado evidente e incontestável.

Sinto-me perfeitamente à vontade, como Ministro da Agricultura e como ruralista, que na vida privada sempre fui e continuarei a ser, para dizer que a grande batalha da agricultura se trava nas cidades, nos serviços, na indústria, pois a mão de obra liberada pela modernização da agricultura tem de ser absorvida nas cidades, nos setores secundário e terciário. Não se pense, pois, que a agricultura possa fazer sozinha o milagre de resolver o problema do Nordeste, embora a região tenha uma tradição agrícola de mais de quatro séculos e certamente esteve sob a orientação, durante esse período, de muita gente inteligente”.





Este livro, com o formato final de 14cm x 21cm, contém 230 páginas.

O miolo foi impresso em papel Off-Set 75g/m² LD 66cm x 96cm.

Fonte utilizada no texto: Rockwell 12.

A capa foi impressa no papel Triplex 245g/m² LD 66cm x 96cm.

Impresso no mês de outubro de 2014.

Fortaleza-Ceará